

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Projectar com o Lugar: Sustentabilidade Patrimonial

Projecto de Reabilitação para a Quinta dos Alfinetes



Ana Luísa Gomes dos Santos Graça

(Licenciada)

DISSERTAÇÃO E PROJECTO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA

Orientador científico: Professor Doutor Amílcar de Gil e Pires

Júri:

Presidente: Prof. Dr. José Cabido

Vogal: Prof. Dr. Miguel Baptista Bastos

Vogal e Orientador: Prof. Doutor Amílcar de Gil e Pires

Lisboa, FAUL, Julho, 2014

Nota: Este documento não foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA

Título da Dissertação: *Projectar com o Lugar: Sustentabilidade Patrimonial. Projecto de Reabilitação para a Quinta dos Alfinetes*

Nome do Aluno: Ana Luisa Gomes dos Santos Graça

Orientador: Prof. Doutor Amílcar de Gil e Pires

Mestrado: Arquitectura

Data: Lisboa, FAUL, Julho, 2014

RESUMO

A presente dissertação tem como objectivo a compreensão do acto de Projecto em perfeita sintonia com o Lugar, físico e cultural, da Quinta dos Alfinetes, localizado em Marvila, na cidade de Lisboa. Uma Quinta de Recreio devoluta e expectante, onde se pretende realizar uma intervenção que suporte o conceito de *Sustentabilidade Patrimonial*, recuperação e património – numa simbiose entre o novo e o velho. Aliado a este, surge o conceito de *Educação Ambiental*, que se destaca pelos seus objectivos de consciencialização do Homem pela preservação do meio ambiente, na sua utilização de forma sustentável e no incentivo de concretizações arquitectónicas conscientes do seu meio.

A partir de uma análise histórica, tipológica e de vários casos de estudo, obtivemos os elementos-chave para a realização da nossa proposta de recuperação da Quinta dos Alfinetes: a implementação de um programa ligado às raízes tipológicas da propriedade original (de carácter recreativo e de produção agrícola), a educação para o ambiente, e a comercialização da sua produção como meio de subsistência da propriedade.

Surge assim o Centro de Educação Ambiental de Marvila, um programa já bastante disseminado nacionalmente e que achamos servirá a necessidade futura da freguesia, pela sua vertente comunitária, na criação de hortas urbanas que apoiem a população maioritariamente desempregada e de baixa escolaridade. A proposta arquitectónica tem uma abordagem de enfatização do objecto principal existente e os seus componentes principais da tipologia da Quinta de Recreio e a sua adaptação a uma estrutura arquitectónica nova, que se pretende una e indissociável.

Palavras-chave: *Projectar com o Lugar, Sustentabilidade Patrimonial, Quinta de Recreio, Educação Ambiental*

UNIVERSIDADE DE LISBOA – FACULDADE DE ARQUITECTURA

Título da Dissertação: *Designing with the place: Sustainable Heritage. Rehabilitation plan for Quinta dos Alfinetes*

Nome do Aluno: Ana Luisa Gomes dos Santos Graça

Orientador: Prof. Doutor Amílcar de Gil e Pires

Mestrado: Arquitectura

Data: Lisboa, FAUL, Julho, 2014

ABSTRACT

This dissertation aims at the understanding of the act of planning in perfect harmony with the physical and cultural place of Alfinetes Villa, located in Marvila, in the city of Lisbon. A Leisure Villa vacant and expectant, where we intend to carry out an intervention that supports the concept of Sustainable Heritage, recovering de heritage – a symbiosis between the new and the old. Allied to this, the concept of Environmental Education, which stands out by for its goals to raise awareness for the preservation of the human environment, its sustainable use, and its use of sustainably and in encouraging architectural achievements that are aware of their environment.

From a historical and typological analysis of several case studies, we obtained the key elements for the realization of our proposed recovery of Alfinetes Villa: the implementation of a program linked to the typological roots of the original property (recreational and agricultural production), environmental education, and the marketing of their production for their livelihoods property.

So it arises the Environmental Educational Center of Marvila, a program already quite widespread nationally and that we will serve the future needs of the town, for its community dimension, the creation of urban gardens that support mostly unemployed and low education population. In terms of architectural proposal, is intended an approach of emphasizing the existing main purpose and the main components of the typology of the Leisure Villa and its adaptation to a new architectural structure, intended to be one and inseparable.

Key Words: *Designing with Place, Sustainable Heritage, Leisure Villa, Environmental Education*

AGRADECIMENTOS

Um especial agradecimento ao Professor Dr. Amilcar de Gil e Pires, por toda a dedicação demonstrada e incansável apoio, ao longo de todo o processo de elaboração desta dissertação e projecto.

Dedico-te a ti, querido Francisco, pelo apoio e carinho incondicional, e a Ti, querida mãe, espero-te orgulhosa do meu trajecto e expectante pelo meu futuro.

ÍNDICE GERAL

RESUMO

ABSTRACT

1.	INTRODUÇÃO	1
1.1.	Conceitos	3
1.1.1.	Projectar com o Lugar	3
1.1.2.	Quinta de Recreio	3
1.1.3.	Sustentabilidade Patrimonial	3
1.1.4.	Educação Ambiental	4
1.2.	Objeto de estudo	5
1.3.	Objetivos e intenções	6
1.4.	Metodologia de trabalho proposta	7
2.	PROJECTAR COM O LUGAR	9
2.1.	O conceito de Lugar	11
2.2.	Análise fenomenológica do Lugar	14
2.3.	O Lugar e o carácter da Quinta de Recreio	17
3.	SUSTENTABILIDADE PATRIMONIAL	21
3.1.	Critérios e fundamentos para intervir no património arquitectónico.....	23
3.1.1.	Caso de Estudo: A Casa dos Cubos, Embaixada Arquitectos.....	29
3.2.	O programa de Educação Ambiental como veículo de valorização patrimonial	31
3.2.1.	Caso de Estudo: O Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras, ASPMM, Arquitectos	35
3.2.2.	Caso de Estudo: A Quinta da Gruta, Arq. João Álvaro Rocha	37
4.	ESTADO DA ARTE	41
5.	A QUINTA DOS ALFINETES	47
5.1.	Enquadramento histórico-cultural de Marvila.....	49
5.2.	Enquadramento físico e social de Marvila	55
5.3.	Análise formal, geométrica e espacial	61
5.3.1.	A Casa senhorial e o Pátio de Honra.....	67
5.3.2.	O Jardim Formal (Horto de Recreio), Hortas e Pomares	73

5.3.3. A Mata e a área de produção agrícola.....	75
5.4. A Quinta dos Alfinetes, no passado e no presente	77
6. DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO	81
6.1. O jardim público e as hortas urbanas	87
6.2. Programa funcional proposto – O Centro de Educação Ambiental de Marvila.....	89
6.2.1. Síntese programática.....	91
6.2.2. Estrutura funcional e Fruição espacial.....	95
7. CONCLUSÃO	105
8. BIBLIOGRAFIA.....	109
9. ÍNDICE DE IMAGENS	115
10. ANEXOS.....	121
I – Memória Descritiva.....	123
II - Processo criativo.....	141
III - Peças desenhadas Levantamento.....	145
IV - Peças desenhadas Proposta	147
V - Maquetes de trabalho	149
VI – Modelo Digital	153

1. INTRODUÇÃO

O edifício entendido como obra arquitectónica torna o Homem presente, no sentido definido por Norberg-Schulz de “reunir a sua presença numa coisa ou objecto”. Este não é meramente representativo mas, através da Arquitectura, torna o espaço visível no Mundo e identifica-o como Lugar – o propósito da Arquitectura será o de proporcionar um “suporte existencial” que permita a orientação no espaço e a “identificação com o carácter específico do Lugar”.¹

¹ Juhani Pallasmaa, *The Geometry of Feeling, A Look at the Fenomenology of Architecture*, consultado em Kate Nesbitt, *Theorizing a new agenda for architecture: an anthology of architectural theory: 1965-1995*, Ed. Princeton Architectural, New York, 1996, p.452.

1.1. CONCEITOS

1.1.1. PROJECTAR COM O LUGAR

O Lugar é uma porção de espaço significativa, ou seja, a cujos fixos e fluxos são atribuídos signos e valores que reflectem a cultura de uma pessoa ou grupo. Essa significação é menos uma forma de se apropriar desses elementos, e mais de impregná-los culturalmente para que sirvam à identificação da pessoa ou do grupo no espaço, para que encontrem a si mesmos reflectidos em determinados objectos e acções, e possam, assim, guiar-se, encontrar-se e construir sua medida cultural no espaço.²

O acto de projectar, mais do que uma intervenção impositiva do sítio, deverá procurar um compromisso entre a arquitectura e a paisagem, realizado através do desenho como instrumento de síntese da interpretação e realização completa do Lugar³.

1.1.2. QUINTA DE RECREIO

Chama-se Quinta de Recreio à propriedade rústica que, independentemente da dimensão, inclui terrenos de cultivo, hortas e pomares, edifícios de apoio à exploração agrícola e pecuária, habitações de trabalhadores rurais e, junto à residência do proprietário, zonas de lazer, designadamente jardins, pavilhões, fontes, lagos, pombais e matas, variando em função do estatuto social dos moradores.⁴

Vegetação, água, luz e morfologia do relevo são os componentes fortes no desenho da Quinta de Recreio como o são em todos os jardins. Mas, em Portugal, a forma como estes elementos são ordenados, desenhados, determina o surgimento de um espaço onde o ócio e o negócio se conciliam criando um espaço com características únicas.⁵

1.1.3. SUSTENTABILIDADE PATRIMONIAL

(...) a faculdade (ou “qualidade”) patrimonial de um objecto verte da sua capacidade excepcional de ser. (...) património construído é tudo aquilo que verte de

² Fábio Duarte, *Crise das Matrizes Espaciais*, Ed. Perspectiva S.A., São Paulo, 2002, p.65.

³ Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 140.

⁴ Marieta Dá Mesquita, *História da Arquitectura, Uma Proposta de Investigação – O Palácio dos Marqueses de Fronteira como Situação Exemplar da Arquitectura Residencial Erudita em Portugal*, Tese de Doutoramento em História da Arquitectura, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992 (Policopiado), p.231

⁵ Artigo do Diário de Notícias por Aurora Carapinha, consultado em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=998218

*uma epifania do lugar. (...) Ou seja: o espaço pré-existe só se torna lugar quando é qualificado, quando é investido simbolicamente através de uma edificação.*⁶

*A conservação do monumento implica a conservação de um enquadramento à sua escala. Quando subsiste o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, e qualquer construção nova, qualquer distribuição e qualquer arranjo susceptível de alterar as relações de volume e cor, devem ser prescritos*⁷.

1.1.4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*O objetivo da Educação Ambiental para a Sustentabilidade consiste na promoção de valores, na mudança de atitudes e de comportamentos face ao ambiente, de forma a preparar os jovens para o exercício de uma cidadania consciente, dinâmica e informada face às problemáticas ambientais atuais.*⁸

*A existência de equipamentos para a educação ambiental e para a educação para o desenvolvimento sustentável, a sua distribuição territorial, a crescente e necessária diversificação de destinatários numa perspetiva de educação ao longo da vida, o tipo de recursos de que dispõem e as atividades educativas que neles se desenvolvem, constituem um indicador da capacidade que a sociedade tem para criar condições culturais que tornem possíveis formas alternativas e diversificadas de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente mais justas e equitativas para todos os cidadãos.*⁹

⁶ Paulo Pereira, *Património Edificado, Pedras angulares*, Ed. Aura, Lisboa, 2004, p. 10.

⁷ Carta de Veneza, II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, Veneza, Maio 1964, Art.6º

⁸ Direcção Geral de Educação, sobre o tema Educação Ambiental, consultado em <http://www.dgidec.min-edu.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=126>

⁹ Idem

1.2. OBJETO DE ESTUDO

Portugal é profícuo em Património Arquitectónico, mas pobre em reabilitação e conservação. Temos assistido a décadas ininterruptas de construções novas de grande intensidade, o que tem impacto directo sobre o património natural e arquitectónico. O esforço que tem de ser feito neste momento é de subverter esta tendência, e olharmos para a nossa cidade, que decai a cada dia que passa, onde edifícios de grande valor histórico e patrimonial são deixados ao abandono e ao vandalismo, e produzir iniciativas de reabilitação deste património e da sua reconversão em programas estimulantes, no âmbito turístico, habitacional e educativo. Será por aqui que passará a estratégia de reabilitação do objecto arquitectónico em estudo.

Nos arredores do centro de Lisboa, na freguesia de Marvila, encontramos um terreno extenso e expectante, uma antiga Quinta de Recreio, que contém, no seu ponto mais elevado do terreno, as ruínas de um antigo Palácio Oitocentista, denominada Quinta dos Alfinetes. Este edifício do século XVIII, anterior ao grande terramoto de 1755, sobreviveu dificilmente até aos dias de hoje.

Esta Quinta pertenceu aos Duques de Lafões e albergou várias funções ao longo dos séculos, como indústria de trefilaria, escritórios empresariais e até serviu como oficina de automóveis, tendo sofrido um violento incêndio que destruiu toda a sua estrutura de madeira interior, permanecendo apenas as paredes exteriores de alvenaria. Nos anos 90 foi encomendado ao Arq. Óscar Niemeyer um projeto de intervenção na Quinta e recuperação do edifício, a servir de sede da fundação Luso-Brasileira. Mas, por falta de fundos, nunca foi terminado, restando dele apenas um esqueleto de betão e ferro de fundações de um edifício que nunca chegou a existir.

Encontra-se actualmente sob a tutela da CML e num estado de degradação extremo. É premente investir na reabilitação deste património nacional para não se perder a sua história.

1.3. OBJETIVOS E INTENÇÕES

Com esta proposta de Projecto Final de Mestrado, pretende-se o estudo da reabilitação sustentável de património arquitetónico aplicada à elaboração de um projeto para as ruínas e propriedade da Quinta dos Alfinetes. Esta está integrada num *Lugar* caracterizado por áreas de terrenos expectantes, com construções habitacionais de cariz social e escassez de espaços públicos, que inclui áreas verdes complementares aos equipamentos escolar que lá existem, alheado por redes viárias ineficazes.

Será necessário atribuir a esta antiga Quinta de Recreio um novo uso, um equipamento que promova a consciencialização da importância do ambiente e a sinergia entre este e o Homem, e também um espaço público para a comunidade de Marvila. O novo programa não poderá conflitar com o *Lugar* e a própria arquitetura – articulação entre a pré-existência e o novo – tendo este obrigatoriamente o objectivo de acrescentar-lhe valor, num relacionamento criativo e devidamente sustentado.

Será premente a valorização do acto de reabilitação patrimonial pela sua carga histórica e seu valor intrínseco - exploração do conceito de Sustentabilidade Patrimonial – repondo a geometria, os materiais tradicionais e tipos de técnicas construtivas pré-existentes justapostos com elementos estruturais e arquiteturas modernas e sustentáveis.

Tendo em conta todos os objetivos mencionados para este projeto, como hipótese de trabalho propõe-se a recuperação da Quinta dos Alfinetes em Marvila, sob o estudo do conceito de Sustentabilidade Patrimonial, do conceito de Lugar na Arquitectura, e produção de um programa educacional, social e cultural para a comunidade – o Centro de Educação Ambiental de Marvila.

Será importante promover espaços verdes públicos, fomentar a formação ambiental, numa perspectiva de afirmação de um programa que dê sentido urbano ao *Lugar*, sem que se perca a memória e o carácter do espaço rural da Quinta de Recreio. Apostamos então num diálogo entre os tempos passados e presentes, na criação de hortas pedagógicas e urbanas nos jardins da propriedade para produção e

comercialização no próprio espaço, e pensando sempre na criação de postos de trabalho ou de colaborações e iniciativas sustentáveis para auxílio social. Ou seja, este novo equipamento pretende ser um polo unificador e promotor de relações de proximidade entre os vários bairros da freguesia e o combate ao analfabetismo, ao baixo índice de escolaridade e à elevada taxa de desemprego¹⁰.

1.4. METODOLOGIA DE TRABALHO PROPOSTA

A metodologia de trabalho para a abordagem do tema do Projeto Final de Mestrado é baseada na estratégia metodológica apreendida no âmbito da cadeira de Laboratório de Projecto do Prof. Amílcar Gil Pires, que passa por, numa fase inicial, na experiência física do espaço a intervir, por uma recolha fotográfica de todos os elementos que a compõem, e o desenho do sítio numa abordagem fenomenológica do Lugar, numa intuição sensitiva e espacial do espaço.

Seguiu-se a fase de investigação, com programas funcionais adequados para o Lugar, através da análise teórica do conceito primordial do trabalho e tema base de investigação do orientador – Projectar com o Lugar –, numa procura de elementos justificativos para o aparecimento da tipologia arquitectónica em análise, e tendo como base fulcral para elaboração desta dissertação a leitura da sua tese de doutoramento, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*¹¹.

Procedeu-se, também, à recolha de casos de estudo, assim como a pesquisa de critérios e fundamentos para intervir no património arquitectónico, na sub-temática trabalhada, a Sustentabilidade Patrimonial, que terá em conta os conceitos e premissas gerais aquando da intervenção no património arquitectónico da Quinta de Recreio, que nos proporciona a compreensão e interpretação da complexidade desta mesma temática arquitectónica, dos seus espaços e da sua relação com o sítio dos

¹⁰ Promove a criminalidade, a pobreza e a exclusão social que tanto preocupa a comunidade.

¹¹ Amílcar de Gil e Pires, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento no ramo de Arquitectura, FAUTL, Lisboa, 2008.

tempos passados e dos tempos presentes (de características urbanas), para nos dotar de ferramentas para a elaboração da nossa proposta de intervenção.

Noutra fase procedeu-se à análise da sua geometria e morfologia, e, também, do contexto do lugar físico, cultural e histórico, tendo como base a documentação cartográfica com levantamento arquitetónico da cidade de Lisboa, executada pelo Eng. Silva Pinto em 1910, e cartas militares mais atuais.

Relativamente ao desenvolvimento do projecto na parte prática, procedeu-se ao estudo de hipóteses de adaptações do programa proposto à pré-existência, e propostas de ampliação arquitetónica adaptada ao edifício, tirando partido da ideia do Palácio num promontório. Na parte teórica houve uma recolha exaustiva, de uma forma geral e especificada no capítulo da bibliografia, de documentação em forma de livros, teses e artigos de revistas e virtuais sobre a temática em estudo.

O processo de trabalho baseou-se no desenho conceptual, estudos de geometrias e eixos estruturais, na elaboração de maquetes de estudo a várias escalas para verificação das propostas, na procura de ideias e conceitos através de projectos de referência, culminando na produção de desenhos técnicos para validação dos mesmos, em forma de plantas, cortes, alçados, corte construtivo e pormenores representativos da ideia estruturante de projeto, terminando com a conclusão final.

2. PROJECTAR COM O LUGAR

Para Norberg-Schulz, a abordagem da Arquitectura, de certa forma analítica e científica, do Movimento Moderno, leva à perda do carácter concreto da envolvente do edifício e das qualidades de identificação do Homem com o Lugar. Para o contrariar, ele cria o conceito de “Espaço Existencial”, um termo que compreende as relações básicas entre o Homem e o seu meio envolvente e que é composto por dois termos complementares, “Espaço e Carácter”, directamente relacionados com as funções básicas psíquicas de “orientação” e “identificação”.¹²

¹² Amilcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 277.

2.1. O CONCEITO DE LUGAR

*O Homem habita quando pode orientar-se a si mesmo, identificar-se ele mesmo com um ambiente, ou quando vive essa envolvente como plena de sentido. Morada significa algo mais do que refúgio/esconderijo, implica que os espaços onde a vida se desenvolve são Lugares, no verdadeiro sentido da palavra. Um Lugar é um espaço com carácter distinto. Desde tempos antigos o Genius Loci, ou espírito do Lugar, tem sido reconhecido como a realidade concreta que o homem tem que afrontar e com a qual se relaciona na sua vida diária. A arquitectura significa visualizar o Genius Loci e a tarefa do arquitecto é criar Lugares com sentido, com o que ajuda o Homem a habitar.*¹³

O conceito de Lugar surge de uma noção de pertença a um determinado espaço físico, da natureza, por parte do Homem, que o habita através das suas acções e construções, e lhe atribui significado e carácter. *A partir do seu conceito clássico, o conceito de Lugar adquire um conteúdo singular: o Lugar dá acesso ao Mundo, ordena-*¹⁴.

Este conceito foi amplamente estudado por Christian Norberg-Schulz, que defende que a obra arquitectónica deve, enquanto forma, conter e significar-se através da experiência colectiva e individual do seu principal utilizador, o Homem.

O Homem deve reconhecer-se, identificar-se e orientar-se na sua vida com o Lugar que escolheu para si. O papel do Arquitecto aqui é crucial no elo entre os dois, como “intérprete dos valores existentes no ‘Lugar’”¹⁵, na relação intrínseca entre a Arquitectura e o “espaço existencial”.

Para Norberg-Schulz o Lugar é o elemento vital para a existência da Arquitectura, e o seu espaço é obrigatoriamente o “espaço existencial”, em que este teórico concilia a ideia de espaço com o habitar e com o novo conceito de Lugar.¹⁶

Segundo este autor, o Lugar tem um conteúdo cultural, por si só, pela história e memória de experiências antigas atribuídas pelo Homem aos lugares, pois ele próprio,

¹³ Christian Norberg-Schulz, *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, Ed. Rizzoli, New York, 1984, p. 5.

¹⁴ Martin Heidegger, *Construir, Habitar, Pensar* (Bauer, Wohnen, Den Ken), in Martin Heidegger, *Votrage und Aufsätze*. Pfullinger: Gunther Neske, 1954 (tradução do original alemão por Carlos Botelho)

¹⁵ Amílcar de Gil e Pires, *Op. cit.*, p. 117.

¹⁶ *Idem*, p. 114.

como ser de cultura, transmite aos Lugares o tal carácter de que se fala, e cria o seu próprio *genius loci*, um termo clássico explorado pelo mesmo autor, *onde segundo os gregos, cada ser 'independente' tinha o seu 'genius', o seu espírito-guardião, que dava vida às pessoas e aos lugares, que as acompanhava desde o nascimento até à morte e determinava as suas características e essência*¹⁷. Trata-se então de uma atitude de intervir no *património construído a partir da experiência e de legados culturais preexistentes*¹⁸.

*A definição, caracterização e apropriação dum espaço urbano, constituído por um complexo e heterogéneo conjunto de elementos e espaços vividos colectivamente, faz-se com base no reconhecimento e entendimento dos seus lugares. Estes são construídos a partir da materialização tectónica de usos fundamentais que dão origem a processos de significação partilhados entre conjuntos de elementos e revelados pela sua matéria e expressão formal. A casa como o seu elemento constituinte pode ser entendida como a síntese do processo de construção dum Lugar e revelar, também, a identidade cultural do seu criador.*¹⁹

O espaço de habitar, muito ligado então ao génio de um determinado lugar físico, está também intrinsecamente ligado ao conceito de carácter, que por sua vez está relacionado com o Homem, que se orienta e se identifica com os espaços através dos seus sentidos e dos seus sentimentos. *Espaço e carácter não são tratados de modo estritamente filosófico (...) mas são directamente relacionados com a arquitectura como uma concentração de espaço existencial*²⁰.

¹⁷ Christian Norberg-Schulz, *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, Ed. Rizzoli, New York, 1984.

¹⁸ Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 88.

¹⁹ Fábio Duarte, *Crise das Matrizes Espaciais*, Ed. Perspectiva S.A., São Paulo, 2002, p.75.

²⁰ Christian Norberg-Schulz, Op. cit., p. 5.

Os conceitos de espaço e de lugar podem ser diferenciados claramente. O primeiro tem uma condição ideal, teórica, genérica e indefinida. E o segundo possui um carácter concreto, empírico, existencial, articulado, definido até aos detalhes. O espaço moderno baseia-se em medidas, posições e relações. É quantitativo: desdobra-se mediante geometrias tridimensionais; é abstracto, lógico, científico e matemático; é uma construção mental. (...) Ao contrário, o Lugar é definido por substantivos, pelas qualidades das coisas e dos elementos, pelos valores simbólicos e históricos; é ambiental e está relacionado fenomenologicamente com o corpo humano.²¹

Cada lugar tem as suas características específicas e cada lugar, cada pessoa ou coletivos de pessoas, identificam-se com ele, como pertencentes ao mesmo e com ligação emocional ou cultural aos próprios edifícios, pois (...) *O Lugar é a porção de espaço identitário, construído para que quem o significou encontre-se nele e, desse modo encontre segurança identitária, sem que isso abale a sua dinâmica interna²².*

A noção de pertença em Norberg-Schulz contribui para a distinção do carácter específico de cada Lugar. O pensamento de Heidegger – o Mundo que um objecto reúne é o seu significado – enquadra-se no ‘Genius Loci’ de Norberg-Schulz, cujo conteúdo se alcança através da descrição da estrutura do Lugar, da envolvente concreta onde a vida tem Lugar.²³

Essa identidade atribuída aos Lugares advém da história desse mesmo lugar, e é essa história, a cultura, que segundo Norberg-Schulz, serve de mediador entre o Homem e a realidade, *o meio e o modo como o Homem se enraíza na realidade, de uma maneira em que é simultaneamente livre e dependente de uma situação particular. Assim estabelece na Arquitectura o conhecimento e acção simultâneos²⁴.*

Será então importante pensar no acto arquitectónico como criador de espaço existencial, de espaço com carácter definido e com uma ligação irrefutável e vinculativa a um determinado Lugar – um projecto que fomente o sentimento de pertença do Homem ao Lugar físico e arquitectónico, a sua significação no seu Mundo.

²¹ Christian Norberg-Schulz, *Existencia, Espacio y Arquitectura*, Ed. Blume, Barcelona, 1975.

²² Fábio Duarte, Op cit., p.68.

²³ Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 121.

²⁴ Idem, p. 121.

2.2. ANÁLISE FENOMENOLÓGICA DO LUGAR

O termo ‘Fenomenologia’ expressa a máxima formulada por Edmund Husserl (1859-1938) – o regresso às próprias coisas – que *manifesta a vontade de descrever simplesmente – antes de qualquer tentativa de explicação – a forma como uma coisa se apresenta à consciência, o modo como as coisas se manifestam*²⁵.

*A nossa vida quotidiana é constituída por fenómenos concretos, constituída por pessoas, por animais, flores, árvores e florestas, por pedras, terra, madeira e água, por cidades, ruas e casas, portas, janelas e mobílias. E ainda pelo sol, lua, estrelas, nuvens em movimento, noite dia, e pelas estações do ano. Mas também inclui fenómenos mais intangíveis como os sentimentos. Isto é o que nos é ‘dado’, este é o ‘conteúdo’ da nossa existência.*²⁶

Os fenómenos chegam até nós, utilizadores dos Lugares, primeiramente, através dos nossos sentidos. Eles são o veículo para realizarmos posteriormente a análise fenomenológica do objecto em estudo e do seu enquadramento físico e social. É a nossa percepção sobre o meio que nos envolve que nos permite orientarmo-nos nesse mesmo espaço.

*Quando apreende a Arquitectura, o observador assume uma posição activa que lhe permita o alcance dinâmico de todas as suas características formais e espaciais. Este tipo de experiência perceptiva é, por um lado, determinado pelo objecto arquitectónico e pelo conjunto de sugestões que este provoca no seu usufruidor. Esta interacção faz da apreensão da Arquitectura uma “experiência imaginativa” que tem, inevitavelmente, uma forte dimensão de subjectividade e pode, mesmo, “reflectir uma concepção do seu objecto que não está, de modo algum, ligada aos significados literais explorados pela percepção comum”.*²⁷

O ‘Método Fenomenológico’ trata a abordagem ao objecto de forma empírica, *o mais aberta possível de proposições conceptuais pré-definidas*²⁸ e numa leitura formal ao invés de uma abordagem de investigação filosófica. Consiste em *examinar*

²⁵ *Dicionário Prático de Filosofia*, Ed. Miramar, citado em Amilcar de Gil e Pires, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento no ramo de Arquitectura, FAUTL, Lisboa, 2008, p. 185.

²⁶ Christian Norberg-Schulz, *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, Ed. Rizzoli, New York, 1984, p. 6.

²⁷ Roger Scruton, *Estética da Arquitectura*, Ed. 70, Lisboa, 1979, p. 100.

²⁸ Amilcar de Gil e Pires, *Op. cit.*, p. 211.

*todos os conteúdos da consciência, mas em vez de determinar se tais conteúdos são reais ou irrealis, ideais ou imaginários, etc, procede-se a examiná-los enquanto são puramente dados*²⁹.

*O sentido de audição (escutar/ouvir), o olfato (perfume) e o sentido do tacto (tocar/acarinhar), como a visão e o sentido do movimento, não são simples funções psicológicas mas, também, habilidades que podem ser aprendidas e aperfeiçoadas. O ouvido, o nariz e a pele não são mais inocentes do que os outros. As nossas capacidades intelectuais, a nossa capacidade para aprender e memorizar torna os dispositivos sensitivos ligados à nossa própria experiência, à nossa cultura e ao nosso tempo.*³⁰

Eduard T. Hall trabalha esta ideia do homem experienciar o “mundo perceptivo” através dos sentidos e os seus “sistemas de recepção sensorial” e distingue as várias experiências que este pode ter em duas categorias: os “receptores à distância” e os “receptores imediatos”.³¹

Os receptores à distância, como facilmente se apreende, são os sentidos que captam a uma maior distância física, as coisas ao nosso redor, e esses são os sentidos da visão, audição e olfato. Os receptores imediatos são, então, aqueles que nos permitem, através do tacto, a apreensão dos mesmos de forma directa – sentir o seu calor, a sua brisa, a sua forma e a sua textura.

*A quantidade de informação apreendida simultaneamente pelos diferentes sentidos permite ao homem obter uma percepção completa dos espaços onde se move. As suas capacidades intelectuais e as capacidades para apreender e memorizar os fenómenos liga estes dispositivos sensitivos à sua própria experiência, à sua cultura e ao tempo em que vive*³².

²⁹ José Ferrater Mora, *Dicionário de Filosofia*, Pub. Dom Quixote, Lisboa, 1982, p. 158.

³⁰ Leland M. Roth, *Entender la Arquitectura, sus Elementos*, Historia e Significado, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 1993, p. 59.

³¹ Eduard T. Hall, *A Dimensão Oculta*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 1986, p.56.

³² Amílcar de Gil e Pires, *Op. cit.*, p. 222.

Ao ter uma estrutura imaginativa, a experiência da Arquitectura é, obviamente, um exercício de gosto, de estética, que aborda o aspecto visual do seu objecto, a leitura da sua forma, mas também todos os efeitos que este provoca nos sentidos do seu perceptor. “Escutamos os edifícios, ouvimos ecos, murmúrios, silêncios, e todos eles podem contribuir para a nossa impressão do todo.”³³

É com a disciplina da Arquitectura que conseguimos uma união entre o pensamento e a significação da vida quotidiana no mundo, e com a capacidade humana de raciocínio lógico, e de apreensão, através dos nossos sentidos, do todo que nos rodeia.

Para o decorrer do nosso estudo, este conceito de Fenomenologia e o seu método fenomenológico, serão essenciais na elaboração de uma análise mais sensitiva do Lugar da Quinta dos Alfinetes e dele tirar as premissas que nos permitam produzir um projecto de intervenção que promova a boa relação do existente com o construído e da identificação do utilizador com este novo espaço.

³³ Roger Scruton, *Estética da Arquitectura*, Ed. 70, Lisboa, 1979, p. 100

2.3. O LUGAR E O CARÁCTER DA QUINTA DE RECREIO

Um Lugar estrutura-se a partir do meio envolvente, duma paisagem e duma ocupação humanizada. Pode subdividir-se, segundo Norberg-Schulz, em duas categorias – espaço e carácter. O espaço revela a estruturação tridimensional dos elementos que constituem o Lugar e o carácter denota as suas propriedades mais compreensíveis. Estas duas categorias associadas revelam-nos o espaço vivenciado, o espaço habitado e identificado com um colectivo humano.³⁴

O Lugar da Quinta de Recreio é caracterizado por ter um programa de carácter recreativo, denominado por ‘Villa’, um termo italiano de onde é originária, e é uma tipologia maioritariamente localizada *no campo vocacionado para o ócio e prazer do seu proprietário, sendo esta a principal característica que a distingue das casas de campo comuns inseridos num contexto agrícola. Enquanto a casa de campo expressa uma estrutura arquitectónica simples, com formas resultantes de uma tradição cultural, a Villa expressa-se arquitectónicamente pelo seu desenho de carácter moderno, produto da intervenção de um arquitecto³⁵.*

A Quinta de Recreio vive em função da cidade que a rodeia pois, para além ter função recreativa, de lazer do seu proprietário, como escape ao rebuliço da cidade, é também uma quinta de produção agrícola, economicamente dependente das trocas com a cidade, na comercialização dos seus produtos.

No Século XVI chega a Portugal a fama dos jardins e ‘vilas’ construídos em Itália durante o seu movimento renascentista, e surgem as primeiras quintas (de que há notícias) ordenadas prioritariamente com vista à recreação e ao deleite dos sentidos, e em cujos hortos se deparam terraços povoados exclusivamente com plantas ornamentais (...) O seu ordenamento obedeceu a princípios de composição paisagística que por certo mergulham as suas raízes na arte dos ‘topiarii’ romanos, e que viriam a ser desenvolvidos pelos paisagistas ingleses do Séc. XVII.³⁶

³⁴ Amilcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 280.

³⁵ James S. Ackerman, *The Villa, Form and Ideology of Country Houses*, Princeton Univ. Press, Washington, D.C., 1985, p. 9.

³⁶ Ilídio Alves de Araújo, *Jardins, Parques e Quintas de Recreio no Aro do Porto*, separata da “Revista de História”, Vol. II – Centro de História da Universidade do Porto – 1979.

Elas desenvolvem uma relação muito importante entre a Arquitectura e a paisagem onde se integram, e são regradas por esquemas formais arquitectónicos racionalistas de origem Renascentista – (...) *Palladio desenhou um vocabulário modelo em que as componentes articuladas da Villa podiam utilizar-se para obter diferentes combinações, de acordo com os desejos particulares dos clientes*³⁷.

*A estruturação da planta do conjunto e o modo como o ideal de Vilegiatura é expresso são determinantes, fundamentalmente, pela natureza da envolvente, pelas condições de implantação e pelas diferenças do seu programa funcional.*³⁸

*A interacção entre Villa e paisagem define-se pelo modo como estas se organizam, integradas num plano geometricamente racionalizado.*³⁹

Posto isto, ela desenvolve-se num programa complexo e organizado, onde o elemento principal e de destaque é a Casa senhorial (Palácio). Todos os restantes elementos, Mata, Jardim formal, Pomar/horta e edifícios agrícolas, organizam-se ao seu redor de forma versátil, *onde “recreio e produção compartilham o mesmo espaço, invadindo-se mutuamente, estabelecendo relações formais e funcionais. São espaços bucólicos, onde, em áreas confinadas à produção, pontuam elementos arquitectónicos, escultóricos, que definem agradáveis locais de estada, em que sombra, luz, água, aromas e sons se conjugam para criar uma ambiência peculiar.”*⁴⁰

*O interesse renovado pela agricultura coincidiu com a publicação de uma série de tratados que realçavam as virtudes da vida campestre. Em meados do séc. XVI apareceram os “Discorci Della Vita Sobria” de Alvise Cornaro (importante proprietário veneziano), texto onde é realçada a “Vita Sobria”, o antigo ideal da vida simples no campo. Sendo a agricultura equivalente a virtude, era difícil conceber algo mais puro que o dinheiro obtido mediante o cultivo da terra.*⁴¹

Todas estas características transformam as Villas em arquitecturas de singular carácter, no sentido em que *a sua perfeita relação com o sítio e o programa é de tal forma indiscutível que se torna impossível imaginar esse edifício em outro lugar*

³⁷ Amilcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 84.

³⁸ Idem, p. 70.

³⁹ Ibidem, p. 71.

⁴⁰ Artigo do Diário de Notícias por Aurora Carapinha, consultado em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=998218

⁴¹ Clemens Steenbergen, *Wouter Reh, Arquitectura y Paisaje*, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p.131.

*diferente. A sua pertença ao Lugar é tão natural que quase chega a atingir o anonimato de qualquer obra da Natureza*⁴².

Em Arquitectura, o carácter denota-se nos próprios edifícios projectados e nos espaços que eles criam no seu interior, pela sua forma geral e pelos seus elementos de destaque, características distintivas, que o diferenciem de outros edifícios semelhantes.

*A disciplina de Arquitectura, ao ser questionada pelas novas tecnologias postas à disposição da criação arquitectónica no Séc. XIX, procurou uma nova especificidade ao desenvolver a doutrina da composição arquitectónica, aparecendo a Teoria do carácter como um instrumento de interpretação, preferencialmente direccionada para a arquitectura pública, onde se põe em evidência a especificidade de cada género arquitectónico num contexto cultural determinado.*⁴³

Esta teoria parte do pressuposto de que o acto de projectar, em Arquitectura, tem de ter em consideração o seu uso e destino final, ou seja, o programa a que era destinado, correndo o risco de perder a objectividade e a verdade na expressão arquitectónica.

*O conceito de carácter, considerado por Blondel um dos níveis ou mesmo o nível mais importante para a criação da “boa arquitectura”, quer se tratasse de edifícios públicos ou privados, condicionados mais pela sua expressão simbólica ou pela função utilitária, acaba por ser expresso quer na prática profissional como no discurso arquitectónico duma nova geração de arquitectos que integra Ledoux. Estes subscrevem e desenvolvem a teoria de Blondel de que tudo o que decorre da produção arquitectónica tem que ter em conta o destino particular de cada edifício, e todos os edifícios devem ter o seu próprio carácter, determinante da sua forma geral, devendo esta ser objectivamente indicativa da sua própria identidade.*⁴⁴

É nesse sentido que o Lugar e o conceito de Quinta de Recreio se destacam, pelo seu carácter específico, pelas suas características programáticas peculiares, pelo seu uso e localização particular e pelo seu relacionamento directo e identificação com o Homem e o habitar.

⁴² Paul Jacques Grillo, *Form, Function and Design*, Dover Publications, Inc., New York, 1960, p. 20.

⁴³ Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 265.

⁴⁴ Anthony Vidler, *Ledoux*, Ediciones Akal, S.A., Madrid, 1994, p. 15.

3. SUSTENTABILIDADE PATRIMONIAL

*O habitar é entendido muito para além da noção primitiva de abrigo e ocorre em espaços com carácter distintivo (original), em lugares existencialmente identificativos. A identidade do Homem depende directamente da sua pertença a um Lugar e este é, por sua vez, a manifestação concreta do habitar do Homem.*⁴⁵

⁴⁵ Amilcar de Gil e Pires, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento no ramo de Arquitectura, FAUTL, Lisboa, 2008, p. 278.

3.1. CRITÉRIOS E FUNDAMENTOS PARA INTERVIR NO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO

*O nascimento da ideologia do património (Pereira, 1997) pode, grosso modo, situar-se por volta de 1850, na ressaca dos movimentos pós-revolucionários e liberais de laicização da sociedade.*⁴⁶

*(...) a ruptura com o passado só se justifica e fundamenta na manutenção incontornável da memória desse passado e das “coisas” ou objectos que remetem para esse passado.*⁴⁷

É fundamental o aproveitamento e salvaguarda das estruturas antigas, portadoras de valor histórico, e o restauro, a conservação, a intervenção sobre o construído, permitem valorizar a autenticidade do património, e prevalecer a memória do sítio em confronto com uma nova utilização e programa que irá adoptar.

O conceito de ‘Reabilitação’ pressupõe a execução de uma estratégia com propósito de valorização das qualidades do objecto e conservar o património material que se perpetuará pelo futuro. O termo foi sujeito a adaptações e evolução ao longo dos tempos, como vamos perceber mais adiante.

O conceito de Restauro surge no séc. XVIII, numa crescente corrente de valorização do património edificado, que teve a sua origem no Renascimento, numa necessidade de conservação de monumentos históricos que perduram na memória. A sua teoria foi amplamente desenvolvida por todo o Mundo e em especial na Europa, de onde surgiram métodos teóricos e práticos de abordagem ao património a reabilitar, e de onde também resultaram importantes documentos-guias para a elaboração da boa prática, e alguns dos quais, descrevemos em seguida.

⁴⁶ Paulo Pereira, *Património Edificado, Pedras angulares*, Ed. Aura, Lisboa, 2004, p. 30.

⁴⁷ *Idem*, p. 30.

*(...) o monumento era entendido por si só, isolado, como uma coisa única. E no que respeita ao património arquitectónico este entendimento do monumento como coisa isolada vai prevalecer durante, pelo menos, cerca de cem anos. Só por volta de 1950 é que os conceitos patrimoniais começam a ser permeáveis a outras realidades mais abrangentes. Mas até lá, era o monumento (precisamente, o mosteiro, a igreja, o palácio) que constituía a essência do património cultural edificado.*⁴⁸

Eugéne-Emmanuel Viollet-le-Duc⁴⁹, procurou sempre, nos seus processos de actuação para com o património, a procura de uma unidade de estilo, uma metodologia que se caracteriza por dois princípios, a aglutinação e o despojar de elementos construtivos que descaracterizam a originalidade arquitectónica da obra, de modo a alcançar a sua unidade estilística e procedendo, assim, à sua restituição formal, numa tentativa de alcançar o seu aspecto original, mesmo que nunca o tivesse sido⁵⁰.

*O pensamento patrimonial nasce, simultaneamente, com a sensibilidade e com o movimento românticos-ancorados ambos, portanto, numa estética e no seu projecto de sociabilidade. E neste contexto intelectual verifica-se o triunfo de um novo conceito de “monumento”. (...) “coisa” ou um objecto herdado (uma igreja, um mosteiro) que adquire uma acepção eminentemente documental e um valor estético, que se situa para lá do momento e para lá da história que regista esse momento.*⁵¹

Para o autor, era importante manter o património vivo e não abandonado, e conseguiu-o, através de um plano único, de levantamento de peças desenhadas, de fotografias e memórias descritivas e gráficas do objecto, de modo a registar o seu estado de conservação, aquando do início da intervenção de restauro⁵².

⁴⁸ Paulo Pereira, Op. cit., p. 31.

⁴⁹ Um dos primordiais percursos de restauro Moderno – (1814-1879).

⁵⁰ *Atribui-lhe um sentido didático que restitui ao objecto restaurado um valor ‘histórico’ mas não a sua historicidade, conduzindo a um conceito subjectivo de autenticidade do objecto intervencionado*⁵⁰.

⁵¹ Paulo Pereira, Op. cit., p. 30.

⁵² Este método foi adoptado por variados arquitectos durante o séc. XVIII até ao séc. XX, mas, no entanto, a técnica foi-se perdendo e observam-se resultados de restauros que têm o efeito contrário, despojam os edifícios da sua identidade e autenticidade, feito por (...) *arquitectos-restauradores-criativos, sem terem capacidades e conhecimento do mestre, e caem inevitavelmente em excessos, procurando reconstruir e completar os monumentos segundo hipotéticos planos teoricamente imaginados*⁵².

Contrapondo esta ideia, surge John Ruskin⁵³. Este teoriza a pretensão de conservar e consolidar os monumentos com a finalidade de manter a ruína como um elemento presente na natureza, mantendo viva a memória do sítio e do património. Afirma que *nós não temos o mínimo direito de o fazer (tocar nos monumentos). Eles pertencem em parte às gerações humanas que nos seguirão*⁵⁴.

Foram surgindo no século XIX outros teóricos e arquitectos italianos que se insurgiram contra as anteriores metodologias e ideias, surgindo assim movimentos como o Restauro Histórico de Luca Beltrami e o Restauro Científico de Camilo Boito, que previam a salvaguarda do monumento através de registos históricos e provas objectivas dos monumentos, numa análise profunda do mesmo.

Outro nome importante nesta fase de discórdia e indecisão foi Gustavo Giovannoni⁵⁵. Ele tenta valorizar o conceito de monumento e do lugar onde este está implantado, progride em relação ao pensamento de Boito, dando importância à sua protecção e manutenção⁵⁶.

Apesar da ambiguidade reflectida em algumas das suas posições, o pensamento de Giovannoni foi tido em conta por teóricos e artistas, introduzindo, a nível internacional, o respeito pelo verdadeiro envolvimento histórico dos monumentos. Desta forma, os conceitos que sugeriram, estão na base dos princípios fundamentais da Carta Italiana do Restauro (1931), de Atenas (1933) e de Veneza (1964), bem como do espírito que preside à criação e acção de organismos internacionais de salvaguarda do património arquitectónico.⁵⁷

⁵³ Professor, escritor e crítico de arte de Inglaterra com a sua teoria de Restauro Romântico muito ligado à natureza e à liberdade – (1819-1900).

⁵⁴ John Ruskin, citado em Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2000, p. 130.

⁵⁵ Engenheiro civil apologista da apropriação do valor artístico e histórico do património – (1873-1974). Defendia o Restauro Científico, como Camilo Boito, e *aceitava que os monumentos poderiam ser monumentos vivos ou mortos: os monumentos mortos seriam as ruínas e os vestígios de edificações de uma cultura desaparecida, cujo uso original estaria obsoleto, assim como não haveria hipótese de reutilização funcional; monumentos vivos seriam os monumentos que fariam parte da nossa cultura, que mantêm o seu uso e que podem ser reutilizados sem sofrer muitas alterações*⁵⁶.

⁵⁶ José Aguiar, *Cor e cidade histórica – Estudos Cromáticos e Conservação do Património*, FAUP, Porto, 2002, p. 50.

⁵⁷ Maria João Baptista Neto, Op. cit., p. 54.

A Carta de Atenas contemplava, de uma forma geral, o apoio à continuidade da vitalidade do monumento, com o intuito de preservá-lo; a expansão e protecção do conjunto monumental, em relação à sua envolvente; a atitude para não aceitar algumas actuações estilísticas que envolviam um restauro integral; o aceitar da recomposição das partes existentes, com a introdução de técnicas e materiais modernos que não os originais; e, por último, a participação no desenraizar da disciplina do restauro e na oposição quanto à continuidade da arquitectura contemporânea.

Consequentemente surge a Carta de Veneza⁵⁸, que lançou as directrizes gerais sobre conservação, restauro e sobre os princípios de intervenção que a salvaguarda do Património Arquitectónico e Urbano.

Mas, ao longo dos tempos, e motivado pela entrada num novo milénio, pelos processos de unificação europeia, onde a diversidade cultural é imensa e provocam conflitos de interesses em relação aos valores de cada país – atribuídos ao seu património móvel, imóvel e intelectual – surgiu a necessidade de adaptar as premissas da Carta de Veneza e, actuando no seu espírito, foi realizada a Conferência Internacional sobre Conservação “Cracóvia 2000”, de onde resultou a Carta de Cracóvia⁵⁹.

No âmbito desta alteração de valores, a Carta insurge-se e pretende dotar a comunidade responsável pelo Património, de instrumentos e métodos que estejam adaptados a cada situação concreta – situações estas que são normalmente evolutivas

⁵⁸ Aprovada no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, onde estão implícitos novos conceitos como a individualidade e funcionalidade dos monumentos, tornando-os autênticos.

Art.9º – *O restauro pára onde começa a hipótese». Todo o complemento que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá ter uma linguagem adaptada à actualidade.*

Art.11º – *Rejeição da procura da unidade de estilo, integrando todos os contributos válidos das diferentes épocas no monumento, de modo a que a composição final resulte um testemunho de alto valor histórico, arqueológico ou estético.*

Art.12º – *Devem, distinguir-se os elementos destinados a substituir as partes em falta, integrando-se harmoniosamente no conjunto, mas sem falsear o documento histórico.*

⁵⁹ *Cada comunidade desenvolve uma consciência e um conhecimento da necessidade de preservar os bens culturais construídos, pois eles são portadores dos seus próprios valores patrimoniais comuns*⁶⁴. Carta de Cracóvia, *Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído*, Cracóvia (Polónia),2000, p. 1.

e mutáveis – e com isto propuseram princípios para a conservação e restauro do património⁶⁰.

Neste contacto, toda a história do Restauro, será encarada como um princípio que deve ser erguido, de modo a fomentar a análise de critérios e métodos de intervenção nos monumentos históricos portugueses, tal como ter como referência todos estes fundamentos para a boa prática da reabilitação patrimonial.

⁶⁰ Carta de Cracóvia, Op. cit., p. 2.

1 – *O património arquitectónico, urbano ou paisagístico, assim como os elementos que o compõem, resultam de uma dialéctica entre os diferentes momentos históricos e os respectivos contextos sócio-culturais. A conservação deste património é o objectivo desta Carta.*

Idem.

2 – *A manutenção e a reparação constituem uma parte fundamental do processo de conservação do património. Estas acções exigem (...) investigações prévias, testes, inspecções, controlos, acompanhamentos dos trabalhos e do seu comportamento pós-realização. Os riscos de degradação do património devem ser previstos (...) para a adopção de medidas preventivas.*

Ibidem.

3 – *A conservação do património construído é executada de acordo com o projecto de restauro. (...) deverá ser elaborado segundo um processo cognitivo que integra a recolha de informações e a compreensão do edifício ou do sítio (...); estudo dos materiais tradicionais, ou novos, o estudo estrutural, análises gráficas e dimensionadas e a identificação dos significados histórico, artístico e sócio-cultural.*

Ibidem.

4 – *Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o seu “verdadeiro estilo”. (...) Se for necessário para o uso adequado do edifício, podem-se incorporar elementos espaciais e funcionais, mas estes devem exprimir a linguagem da arquitectura actual.*

Ibidem, p. 3.

6 – *O objectivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é de manter a sua autenticidade e integridade, incluindo os espaços interiores, o mobiliário e a decoração, de acordo com o seu aspecto original.*

Ibidem, p. 3.

8 – (...) *Em meio urbano, a conservação tem por objecto, quer os conjuntos edificados, quer os espaços livres. (...) O “projecto de restauro” das cidades ou aldeias históricas deve, não só verificar a sustentabilidade das opções estratégicas que assume, como prever o processo de gestão de futuras alterações, ligando as questões da conservação do património aos aspectos económicos e sociais.*

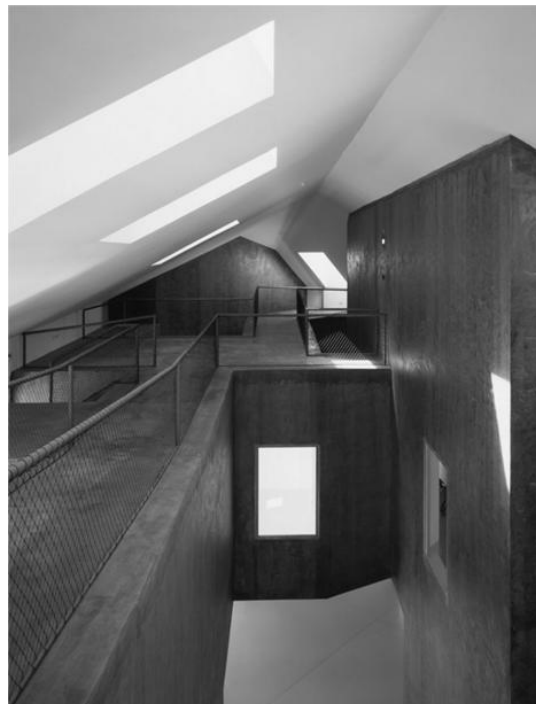
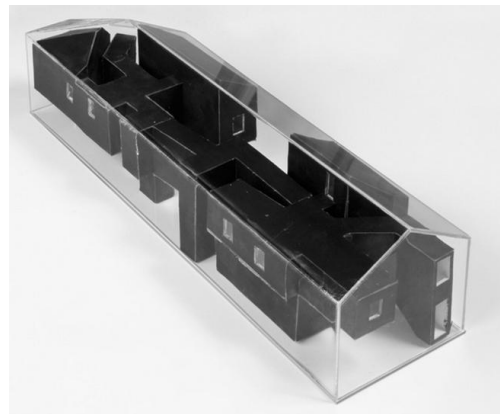


Fig. 1 – Casa dos Cubos, Embaixada Arquitectos
Perspectiva exterior; maquete; espaços interiores

3.1.1. CASO DE ESTUDO: A CASA DOS CUBOS, EMBAIXADA ARQUITECTOS

O presente projecto, da autoria do atelier Embaixada, adequa-se ao tema desta dissertação pela importância de se salvaguardarem as pré-existências desabitadas ou devolutas que caracterizem o *Lugar*, dando-lhes um novo significado e programa, mas, contudo, perpetuando a memória do que ainda persiste.

Situado no centro histórico da cidade de Tomar, encontramos junto à margem do rio Nabão, um edifício *originalmente concebido como casa de armazenamento e contagem de produtos agrícolas sob a forma de pagamento de rendas às ordens religiosas, foi buscar a sua denominação às antigas medidas de capacidade, alqueire e o almude, à época correntemente designados como 'cubos'*⁶¹.

Recentemente foi inserido no Programa Polis e ganhou um novo papel na cidade: o de *Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental*. Este novo programa é constituído por duas partes distintas, uma de carácter público, composta por um espaço expositivo lúdico-pedagógico, e outra de carácter privado, constituída por salas de formação e residência de artistas.

O programa foi organizado no interior despojado, tendo sido mantida a construção existente na totalidade do seu perímetro exterior. Ele aparece sob a forma de volumes sólidos que albergam os programas privados, *cada um com a sua atmosfera, identidade, forma, dimensão e uso*, sendo que todo o restante programa público surge no vazio espacial que sobra do edifício.

Esta nova construção actua como um novo organismo, que se adapta à pele pré-existente e é marcado por um acabamento abstrato e expressionista, baseado numa pigmentação escura, tendo-lhe juntado uma resina acrílica e esferas de vidro refletoras, que contrastam com a leitura das paredes recuperadas com acabamento a tinta branca e resina epoxy mate, numa abordagem de realce da matéria nova que ocupa o espaço e o identifica⁶².

⁶¹ Câmara Municipal de Tomar sobre a Casa dos Cubos, consultado em <http://www.cm-tomar.pt>

⁶² Casa dos Cubos, consultado em <http://www.archdaily.com/202783/casa-dos-cubos-embaixada-arquitectura/>

Extrapolando para o projecto proposto, este caso de estudo apresenta soluções que consideramos viáveis para a elaboração da nossa proposta, no sentido em que, primeiro, apresenta um programa de carácter ambiental, que será desenvolvido de seguida, e em segundo, trabalha a reabilitação do objecto arquitectónico de valor patrimonial, este originalmente com uma função industrial, e atribuem-lhe um novo programa, este institucional e educativo, assim como transforma por completo o ambiente arquitectónico interior do edifício, valorizando-o e atribuindo-lhe um carácter moderno e particular, adaptado ao novo programa que alberga.

3.2. O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO VEÍCULO DE VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL

*A Educação Ambiental constitui uma forma abrangente de educação dos cidadãos, através de um processo que procura despertar para a importância da mudança de comportamentos e atitudes sobre a problemática ambiental.*⁶³

Em termos gerais, a temática de educação ambiental, em Portugal, começou a ganhar notoriedade, numa primeira fase, nos anos 90, através da Comissão Nacional do Ambiente, e, nas décadas seguintes, com a entrada de Portugal na União Europeia, que viria a impulsionar a criação de diplomas importantes para a temática, em 1987, tais como a Lei de Bases do Ambiente e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente, e que culminaria com a criação da Agência Portuguesa do Ambiente (APA)⁶⁴.

A este novo instituto cabe-lhe, como funções primordiais, segundo este mesmo decreto, *desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente, nomeadamente no âmbito do combate às alterações climáticas, de protecção da camada de ozono e qualidade do ar, da avaliação do impacte ambiental dos resíduos (...); desenvolver e acompanhar a execução das políticas de educação e formação dos cidadãos no domínio do ambiente, promover e acompanhar formas de apoio às organizações não-governamentais de ambiente, bem como promover e garantir a participação do público e o acesso à informação nos processos de decisão em matéria do ambiente*⁶⁵.

No que diz respeito ao domínio da participação do cidadão, compete, a esta entidade, promover a educação ambiental no seio dos graus de ensino, na formação

⁶³ Portal de Educação de Torres Vedras, sobre o C.E.A.T.V., consultado em <http://www.educacaotorresvedras.com/servicos-educativos-e-pedagogicos/160-centro-de-educacao-ambiental>

⁶⁴ Decreto-Lei nº 207/2006 de 27 de Outubro, consultado em http://www.apambiente.pt/_zdata/Instrumentos_de_Gestao/ExAPA/Legislacao/DL_207_06_Org_MAOT_DR.pdf.

Em 2001, o Ministério do Ambiente faz a fusão entre o Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB) e a Direcção-Geral do Ambiente, dando origem ao Instituto do Ambiente (IA), que, por sua vez, em 2006, com o intuito de melhorar as condições de eficácia na gestão das políticas de ambiente e desenvolvimento sustentáveis, de acordo com o Decreto-Lei nº 207/2006, é feita a sua fusão com o Instituto dos Resíduos, onde posteriormente é criada a APA.

⁶⁵ Idem

dos agentes educativos das entidades competentes para a sensibilização ambiental, através da realização de cursos e seminários de formação técnica e profissional; disponibilizar documentação e informação em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável; organizar e actualizar o registo racional das organizações não-governamentais de ambiente, por forma a avaliar a sua representatividade, entre outras.⁶⁶

Em 2009 surgem os equipamentos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade⁶⁷. Eles apoiam o ensino principal neste âmbito como importantes recursos complementares para o sistema, com instalações apropriadas para o efeito e equipas educativas especializadas, oferecendo programas e actividades únicas neste contexto temático, sendo verdadeiros centros dinamizadores de educação ambiental para a sustentabilidade das zonas onde são instalados. Exemplos deste tipo de equipamentos são os Centros de Educação Ambiental, Centros de Interpretação de Áreas Protegidas, Quintas Pedagógicas, Ecotecas, ou os Parques Ambientais⁶⁸.

Reconhece-se também o contributo do Protocolo de Cooperação de 2005, para a formação de professores de diversos níveis de educação e de ensino em temáticas ligadas à Educação para a Sustentabilidade, bem como para o alargamento da educação ambiental aos cidadãos em geral, através de um trabalho de intervenção e dinamização local, regional e nacional. Deram origem assim, a uma “Rede de Professores Coordenadores de Projectos de Educação Ambiental”, que desenvolvem

⁶⁶ Ibidem

⁶⁷ Despacho nº 19191/2009 de 6 de Agosto, consultado em http://www.apambiente.pt/_zdata/Instrumentos_de_Gestao/ExAPA/Legislacao/DL_207_06_Org_MAOTDR.pdf

Foi criado um grupo de trabalho com representantes da Agência Portuguesa para o Ambiente, da Direcção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC); do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e da Direcção Regional de Educação, com o objectivo de desenvolver o conceito de Educação ambiental para a Sustentabilidade, tendo como base o Protocolo de Cooperação estabelecido entre o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e o Ministério de Educação em 16 Dezembro de 2005, no sentido de promoção e da execução da educação ambiental para a sustentabilidade nos sistemas do ensino pré-escolar, básico e secundário.

⁶⁸ Agência Portuguesa para o Ambiente, sobre Equipamentos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, in <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=142&sub2ref=698>

trabalho de âmbito nacional que tem garantido uma capacidade de inovação e difusão de boas práticas, quer junto das escolas como do público em geral⁶⁹.

Neste contexto, desenvolvemos o nosso discurso e investigação tendo como base estes conceitos e premissas, e também com o estudo de casos reais de equipamentos exemplificativos da temática estudada, dos quais destacamos os seguintes: o Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras e a Quinta da Gruta em Gaia, que de seguida exemplificamos.

⁶⁹ Agência Portuguesa para o Ambiente, sobre o Protocolo de Cooperação de 2005, consultado em <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=142&sub2ref=694&sub3ref=699>



Fig. 2 – Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras, ASPMM Arquitectos
Cobertura rampeada; entrada principal; pátio interior

3.2.1. CASO DE ESTUDO: O CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE TORRES VEDRAS, ASPMM, ARQUITECTOS

O projecto que aqui estudamos, elaborado por uma equipa de Arquitectos de Torres Vedras, ASPMM Arquitectos, situa-se no Parque Verde da Várzea em Torres Vedras, e veio colmatar a necessidade de substituir o Centro de Educação Ambiental, equipamento da Câmara Municipal, cujas instalações provisórias não permitiam dar resposta às ambições do município na área da educação ambiental.

Ele parte deste pressuposto e desenvolve-se em dois volumes distintos mas complementares: uma rampa verde pertencente ao parque mas de ligação à cidade, uma *continuidade da estrutura verde existente garantindo a valorização ecológica e a interligação de habitats*⁷⁰; e um outro, como limite orgânico e natural de ligação ao parque, mais baixo, leve, flexível, transparente e ecológico, utilizando materiais como a madeira, vidro e cerâmica. São criados percursos diversificados e coberturas percorriáveis, de ligação à cidade e aos miradouros sobre o parque.

O seu programa é dotado de salas de atividades, laboratórios, espaços exteriores para atividades, espaços de exposições, zonas de projeção de conteúdos multimédia alusivos ao ambiente, áreas de palestras, auditório e bar de apoio, que permitirão desenvolver um conjunto de atividades dirigidas à população em geral e mais especificamente à população escolar do concelho.

Conta ainda com recentes e importantes prémios a nível de construção sustentável, possui uma classificação de A+⁷¹, como edifício de grande eficiência energética, pelas suas opções construtivas, como a criação de ventilação natural cruzada, o posicionamento das aberturas criadas nos edifícios orientadas pela posição solar para o máximo de partido da iluminação natural, a utilização de dispositivos de sombreamento e proteção solar, o aproveitamento de energia solar para aquecimento de águas com painéis solares e fotovoltaicos para produção de energia elétrica, entre muitas outras opções, como a escolha de materiais reciclados e de origem sustentável para acabamento do edifício.

⁷⁰ C.E.A.T.V., sobre as suas características de eficiência energética, consultado em <http://www.4rs.pt>

⁷¹ Segundo Lider A, um sistema português de avaliação do grau de sustentabilidade dos edifícios.

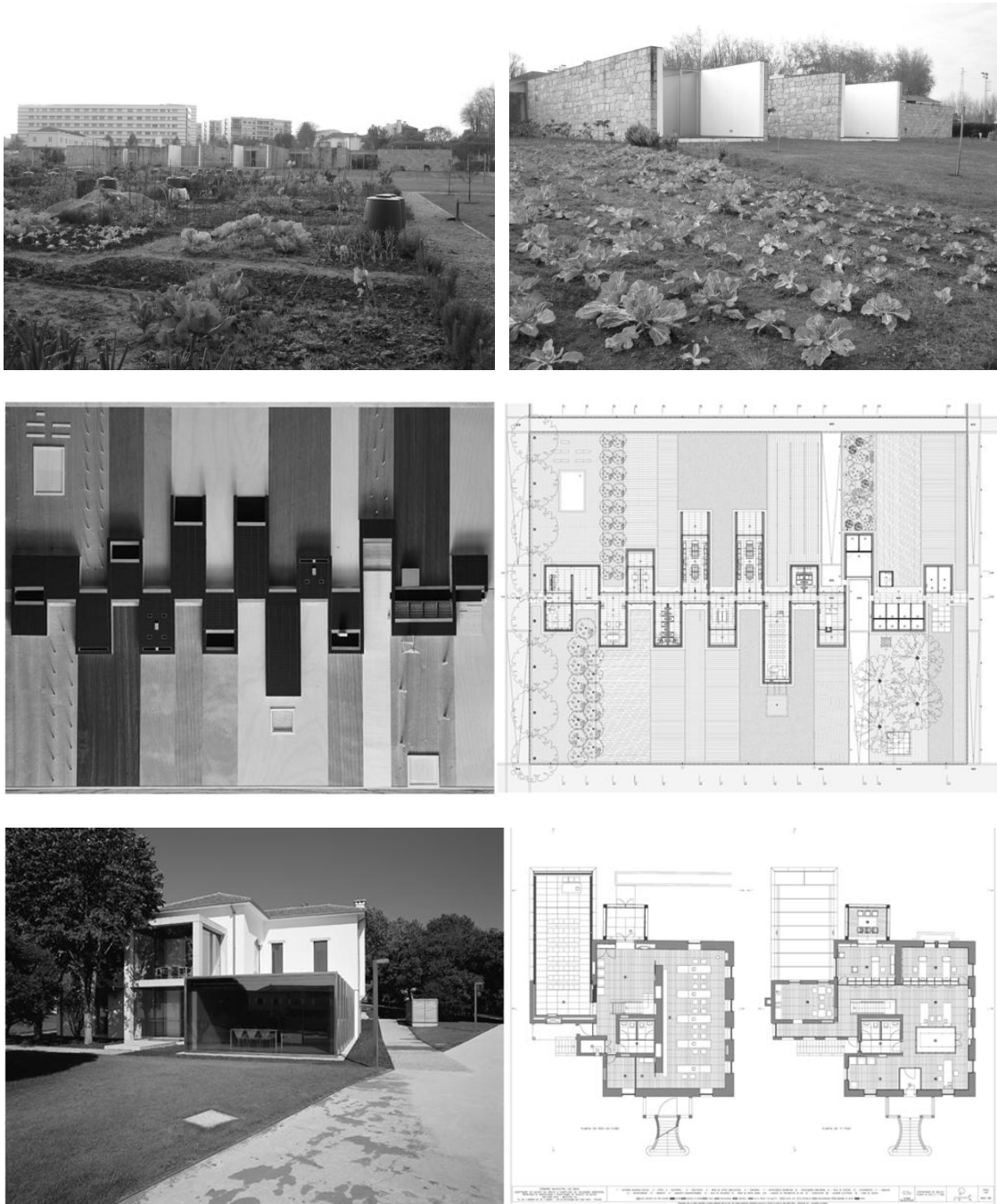


Fig. 3 – Quinta da Gruta, Arq. João Álvaro Rocha
 Relação edifício e hortas; maquete e planta Escola; perspectiva do Palácio; plantas reabilitação proposta

3.2.2. CASO DE ESTUDO: A QUINTA DA GRUTA, ARQ. JOÃO ÁLVARO ROCHA

Iniciamos por referenciar a reabilitação de um antigo Palácio que remonta o início do século XX, situado no centro da Vila do Castelo da Maia, cidade do Porto, projecto este a cargo do Arq. João Álvaro Rocha.

Logo desde o início, o objectivo da intervenção no edifício, por parte do arquitecto, foi *mais do que uma simples reabilitação trata-se de uma reconversão em que foi necessário excluir, recolocar e redefinir, como forma de apagar as marcas das sucessivas intervenções que, ao longo do tempo se foram sobrepondo sem qualquer nexos e sem qualquer relação entre si*⁷². É com este pressuposto que o autor se concentra em recuperar-lhe o espírito do local e transformá-lo em essência para estabelecer um conjunto de conceitos que possam criar novos espaços e outros edifícios.

*Não são as partes de que é feita a Quinta aquilo que é relevante mas sim o sentido que as une e a importância relativa que mantém entre si – tudo se deve reconfigurar num todo uno e indivisível em que edifício e jardim se convertam numa entidade única.*⁷³

A Vila, com grande tradição rural, experienciou nas últimas décadas um crescimento urbano acentuado por uma forte pressão imobiliária, que se manifestou numa sobreposição indiscriminada de edifícios habitacionais desconexas entre si e desarticuladas em relação ao existente, diminuindo a sua capacidade de gerar espaços públicos, elo de coesão de qualquer aglomerado urbano.

O objetivo do autor foi o colmatar dessa falha e utilizar a Quinta da Gruta para o efeito, através da transformação desse espaço num *espaço lúdico e de lazer com uma centralidade atual, contemporânea, mas que, sem prescindir da sua memória rural, seja capaz de reinterpretar naqueles aspetos que dela ainda sobrevivem e merecem ser conservados*⁷⁴.

⁷² João Álvaro Rocha, *Quinta da Gruta – Reabilitação*, Edições ASA, Porto, 2003, p.3.

⁷³ Idem, p.5

⁷⁴ Ibidem, p.10

O primeiro projecto executado foi a ampliação do espaço da Quinta a parque urbano, no sentido de se assumir como agente fundamental e indispensável à transformação do território e gestor da extensão de terrenos agrícolas existentes, como *elemento articulador das restantes actividades instaladas e a instalar, promovendo deste modo, a consciência ambiental dos cidadão e o acréscimo da sua participação na vida urbana*⁷⁵.

No seguimento deste, foi executado o projecto de ampliação, o edifício da *Escola de Educação Ambiental*, cuja premissa baseia-se em não impor-se, em termos de desenho, em relação à pré-existência, a casa principal da Quinta.

*Transformar significa (...) ter a capacidade de gerar mais, de recuar até à origem para encontrar fundamentos, motivos, para que se possa estabelecer na sequência de uma memória. Memória que aqui interessa enquanto afirmação de uma contemporaneidade e também como sinal inequívoco da ligação entre passado e presente.*⁷⁶

Este Palácio foi reabilitado para albergar os serviços administrativos, Biblioteca de temática ambiental e Auditório, sendo que, este último, representa uma ampliação à planta original da casa, numa intervenção moderna e destacada, tal como a criação de outro volume adjacente a este, que alberga um novo acesso exterior, de ligação às traseiras do Palácio, ao nível do piso inferior e, ao nível do piso superior, possui uma sala de reuniões, com vãos envidraçados que se liga visualmente ao enquadramento vegetal envolvente.

Outros elementos que complementam esta intervenção incluem uma Estufa, Hortas urbanas e Hortas pedagógicas associadas ao edifício da Escola, Piscinas, Restaurante e Café.

O programa procurou ter um papel fundamental na Educação Ambiental para a Sustentabilidade e traduz-se, entre outros, em *acções de formação, exposições, debates e parcerias que visem estimular a participação dos seus visitantes na*

⁷⁵ Ibidem, p.19

⁷⁶ Ibidem, p.23

*preservação e valorização do ambiente bem como na necessidade em se alterar hábitos e atitudes que reflectam novos comportamentos*⁷⁷.

O acto de criação em si, baseou-se num *conjunto de gestos compositivos baseados em rectas ortogonais que se distribuíam, um tanto disciplinarmente, numa ampla banda de terreno, ajustando-se aos limites e ocupando-o na sua totalidade, mas sem definir o percurso linear que agora apresenta*⁷⁸.

*Todos os espaços são um só, tanto no interior como no exterior (...). Cada um beneficia da sua própria perspectiva, como se cada volume fosse um casa-pátio, isolado e independente, com um horizonte delimitado por muros paralelos e que é, por sua vez, infinito no seu prolongamento visual até ao limite do terreno.*⁷⁹

Os espaços interiores criados nestes volumes longilíneos e esguios são interceptados por um corredor contínuo *sempre presente através dos vãos deixados pelos volumes que se situam alternadamente à direita e à esquerda, convertem-se num “intercambiador” visual entre o interior e o exterior, dilatando, através das aberturas, a perspectiva até à paisagem*⁸⁰.

⁷⁷ Quinta da Gruta, consultado em <http://www.quintadagruta.cm-maia.pt>

⁷⁸ João Álvaro Rocha, *Quinta da Gruta – Reabilitação*, Edições ASA, Porto, 2003

⁷⁹ *Ibidem*, p.25

⁸⁰ *Ibidem*, p.20

4. ESTADO DA ARTE

Em certo sentido, todo o homem que elege um Lugar do seu ambiente para se estabelecer e viver é um criador de espaço expressivo. Dá significado ao seu ambiente, assimilando-o com determinados propósitos, ao mesmo tempo que se acomoda às condições que este lhe oferece⁸¹.

⁸¹ Christian Norberg-Schulz, *Existencia, Espacio y Arquitectura*, Ed. Blume, Barcelona, 1975, p. 12.

A Freguesia de Marvila é uma freguesia jovem, demográfica e socialmente dinâmica, mas vários são os problemas sociais e situações de risco eminente, que se encontram nos bairros sociais e de génese ilegal que esta freguesia alberga.

Foi uma zona que cresceu de forma pouco organizada nos últimos 40 anos, resultado de expropriações e reservas de terrenos camarários para operações urbanísticas isoladas, o que levou à debilidade na coerência do desenvolvimento urbano, criando imensos vazios urbanos e limitando assim as vivências urbanas indispensáveis à atratividade e valorização dos espaços construídos.

Foi necessário, para a aplicação da programática proposta, e execução do trabalho com uma divisão de tarefas em três fases.

Numa primeira fase, foram abordados os capítulos com a base teórica das temáticas principais do trabalho, *'Projectar com o Lugar'* e *'Sustentabilidade Patrimonial'*, onde tratamos o conceito de Lugar. No primeiro, através do estudo de obras de autores com cunho neste campo, como as de Norberg-Schulz, em *A paisagem e a Obra do Homem*⁸², *Existencia, Espácio y Arquitectura*⁸³ e *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*⁸⁴.

No sentido de perceber a relação entre a Arquitectura com a paisagem e do Homem com o Lugar, onde o espaço existencial se cria pelo espaço arquitetónico; e no segundo desenvolvemos o estudo e a investigação com base nos conceitos de Património arquitetónico, de Reabilitação Patrimonial, de Educação Ambiental e auto-suficiência energética, com recurso a casos de estudo com provas dadas nas temáticas apresentadas de Reabilitação Patrimonial, como a Casa dos Cubos do atelier Embaixada; e de Educação Ambiental, como a Quinta da Gruta do Arq. João Álvaro Rocha e o Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras.

⁸² Christian Norberg-Schulz, *A paisagem e a obra do homem*, Revista Arquitectura, nº 102, 1968.

⁸³ Christian Norberg-Schulz, *Existencia, Espacio e Arquitectura*, Editorial Blume, 1975.

⁸⁴ Christian Norberg-Schulz, *Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture*, Ed. Rizzoli, New York, 1984.

Foi importante, também, para uma investigação aprofundada dos temas indicados, o recurso a bibliografia específica do coordenador da dissertação e projetos teóricos da sua autoria como são exemplo, e em destaque, a sua tese de doutoramento, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*⁸⁵, onde estuda o conceito de reabilitação e sustentabilidade aplicados ao património (Sustentabilidade Patrimonial; a metodologia de Projetar com o Lugar, explorando o espaço existencial e as capacidades do mesmo para o Habitar de um programa novo. Outros como *O carácter da Arquitectura e do Lugar*⁸⁶; *O Lugar da Quinta de Recreio na Periferia de Lisboa*⁸⁷ e *A Quinta, o Lugar, o Território*⁸⁸, onde é explorada a ideia do Lugar e de espaço arquitetónico e do Lugar da Quinta de Recreio.

Numa segunda fase, que se apresentará posteriormente a esta entrada, apresentamos uma pesquisa histórica do contexto cultural do *Lugar* de Marvila e da Quinta dos Alfinetes, onde se destaca o conteúdo do *Plano de Pormenor da Quinta do Marquês de Abrantes e Alfinetes* realizado pela Câmara Municipal de Lisboa, informação disponibilizada em formato digital na página oficial do município; análises fenomenológicas, física, social e histórico-cultural da freguesia assim como análises geométrico-morfológicas do Lugar e da Arquitectura feita através de desenhos do sítio *in loco*, imagens e trabalhos elaborados no âmbito da cadeira de Laboratório de Projecto, sob orientação do Prof. Amílcar Pires.

Na *A casa rural dos arredores de Lisboa no séc. XVIII*⁸⁹ e *Da essência do Jardim Português*⁹⁰, foi possível perceber o enquadramento das Quintas de Recreio de Lisboa e especificamente o caso da Quinta dos Alfinetes, assim como perceber a importância e modo como eram pensados os jardins na composição arquitetónica destas Quintas.

⁸⁵ Amílcar de Gil e Pires, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese para obtenção do grau de Doutor, FAUL, 2008.

⁸⁶ Amílcar de Gil e Pires, *Carácter da Arquitectura e do Lugar*, Artitextos, Julho 08.

⁸⁷ Amílcar de Gil e Pires, *O Lugar da quinta de recreio na periferia de Lisboa*, in Arte e Teoria – Revista de Mestrado em teorias da Arte da Faculdade de Belas Artes da Univ. Lisboa, 2007, nº 9.

⁸⁸ Amílcar de Gil e Pires, *A Quinta, o Lugar, o Território*, trabalho de síntese [texto policopiado], Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica, FAUL, 1997.

⁸⁹ João Vieira Caldas, *A casa rural dos arredores de Lisboa no séc. XVIII*, FAUP Publicações, 1999.

⁹⁰ Aurora Da Conceição Parreira Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Tese para obtenção do grau de Doutor no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora, Évora, 1995.

E, por fim, numa última fase, desenvolvemos o projecto proposto para a Quinta dos Alfinetes, com o recurso a projetos de referência que serviram de justificação para a proposta apresentada, como o Conservatório de Musica de Cascais do atelier ARX Portugal, a Escola Superior de Hotelaria de Portalegre, dos Arqts. Souto Moura e Graça Correia, a Casa das Histórias Paula Rego, do Arq. Souto Moura e, finalmente, o Fluviário de Mora do atelier Promontório.

5. A QUINTA DOS ALFINETES

As quintas de recreio são, acima de tudo, espaços que conjugam o lazer, o ócio e o recreio, com o investimento, com o rendimento económico, determinando uma construção espacial muito particular e distinta – quer pelo edifício quer pelo espaço envolvente – da arquitectura tradicional da quinta de produção e da torre senhorial.

O proprietário desta nova unidade agrícola não é já, o lavrador, o camponês, mas o cidadão que a habita, apenas, temporariamente e cujos requisitos de conforto determinavam novas linguagens arquitectónicas no edifício e cujo sentido de Vilegiatura, que o leva à quinta, implica, também, transformações da propriedade rural e no próprio sistema produtivo.⁹¹

⁹¹ Aurora da Conceição Parreira Carapinha, *Da Essência do Jardim Português*, Tese de Doutoramento no Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora, Évora, 1995 (Policopiado), p. 197.

5.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-CULTURAL DE MARVILA

Historicamente, o Lugar da Quinta dos Alfinetes em Marvila teve numerosas ocupações ao longo dos séculos, desde vestígios dos tempos pré-históricos, passando pela ocupação romana - uma necrópole luso-romana datada do séc. III - ou pela presença visigoda registada em pedras ornamentadas com motivos hispano-godos, pertencentes a pilares ou frisos de um antigo templo que por lá estaria erguido, junto ao Convento de Chelas ainda existente. É realmente um pedaço de cidade com muitos registos de edificações religiosas, que conseguiram chegar até aos nossos tempos incólumes⁹².

Esta tradição de Arquitectura religiosa remonta ao século VII com a fundação do já referido Convento de Chelas, denominado Convento de São Félix e Santo Adrião, no ano de 665, situado no vale de Chelas. Desde então e até ao séc. XV este território passou por domínios muçulmanos que, após a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, todas as suas edificações mouras foram doadas à Mitra de Lisboa que, por sua vez, já no séc. XII repartiu os terrenos em numerosas parcelas, pela mão do Bispo de Lisboa, courelas estas que a partir do séc. XV deram origem a muitas das Quintas que ainda se encontramos hoje em dia em Marvila⁹³.

Durante o séc. XIII Marvila permaneceu debaixo do poder das instituições religiosas, que por aí permaneceram até aos tempos de crescimento suburbano entre o séc. XVI e séc. XVIII, numa tentativa de exílio, de escape à urbanidade da capital, começaram a surgir com grande exaltação um conjunto de Quintas de recreio e de produção, na sua maioria na posse de aristocratas e membros do clero⁹⁴.

⁹² Baltazar Matos Caeiro, *Os Conventos de Lisboa*, Destri Editora, Sacavém, 1989.

⁹³ Francisco Santana, Eduarda Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Ed. Carlos Quintas & Associados-Consultores, Lda, Lisboa, 1994.

⁹⁴ Irisalva Moita, *O Livro de Lisboa*, Livros Horizonte, Lisboa, 1994.



Fig. 4 - Silva Pinto, Lisboa, 1758



Fig. 5 – Silva Pinto, Zona Oriental Lisboa, 1835⁹⁵

⁹⁵ Francisco Santana, *Lisboa na 2ª metade do século XVIII: Plantas e descrições das suas freguesias*, Anuário Comercial de Portugal, Lisboa, (sem data).

*A preferência pela localização da Villa suburbana em lugares altos na proximidade da cidade deve-se a questões de higiene, à procura de vistas desafogadas e também à maior representatividade exigida à sua arquitectura.*⁹⁶

Em termos da sua constituição, as Quintas de Recreio possuíam uma residência senhorial principal e dependências agrícolas, associadas a um vasto terreno de produção. O edifício residencial servia maioritariamente para uso temporário, de lazer ou descanso. É o elemento arquitectónico de maior relevo da propriedade, sendo ele normalmente destacado pela sua centralidade e imponência construtiva e de destaque no terreno⁹⁷.

A Quinta dos Alfinetes é um destes exemplos que nos chega aos dias de hoje, já num estado de degradação avançado e a necessitar de uma recuperação urgente, intervenção essa que será relatada com maior detalhe mais adiante no nosso trabalho⁹⁸.

No século que se lhe seguiu, e com a extinção dos morgadios, muitas destas propriedades recreativas foram repartidas e compradas pela burguesia ascendente. A antiga paisagem, como era conhecida, desapareceu por completo, as suas belíssimas Quintas, Palácios senhoriais e seus sumptuosos Jardins, Hortas, Pomares e campos de cultivo se desmaterializaram, assim como as suas principais azinhagas que as dividiam e as ligavam aos núcleos populares de Marvila, foram substituídas por outros caminhos mais rápidos e directos, até à zona ribeirinha e ao Vale de Chelas⁹⁹.

⁹⁶ Amílcar de Gil e Pires, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento no ramo de Arquitectura, FAUTL, Lisboa, 2008, p. 30.

⁹⁷ João Vieira Caldas, *A casa rural dos arredores de Lisboa no séc. XVIII*, FAUP Publicações, 1999, p.345.

⁹⁸ Irisalva Moita, *Op. cit.*, Lisboa, 1994, p.30.

A maioria destas Quintas conseguiram sobreviver ao grande terramoto de 1 de Novembro de 1755 que ocorreu em Lisboa, mas não tiveram tanta sorte com o cuidado dos seus proprietários originais, que se deslocam, assim como toda a Corte, para zonas mais ocidentais da cidade de Lisboa.

⁹⁹ *Idem*



Fig. 6 – Silva Pinto, Marvila, 1910



Fig. 7 – Carta militar, Marvila, 1975¹⁰⁰

¹⁰⁰ Carlos et al Consiglieri, *Pelas freguesias de Lisboa. Lisboa Oriental: S. João, Beato, Marvila, Sta. Maria dos Olivais*, CML, Lisboa, 1993.

Esta paisagem é subitamente substituída pela crescente industrialização que começa a surgir em meados do séc. XIX e se manteve forte até meados do séc. XX. Eram inaugurados também os caminhos-de-ferro que impulsionaram ainda mais a industrialização já instalada, complementada pela navegação fluvial muito importante nesta época, proporcionada pela grande proximidade ao rio, grande meio de trocas comerciais até então¹⁰¹.

É a partir deste momento que as Quintas de Recreio e de produção agrícola passam a ter uma nova função. As fábricas vieram para ficar por esta altura, meados do séc. XX, e a produção nestas Quintas passa de agrícola para têxtil e metalúrgica. Pouco a pouco a morfologia do território torna a alterar-se, com a densificação populacional de operários fabris nos arredores das Quintas, originado por um êxodo rural, que culminou na criação e disseminação por todo este território, de vilas operárias (muitas ainda encontramos hoje em dia em funcionamento), e bairros sociais¹⁰².

Os tempos mudam e os edifícios, tal como o Homem, têm de se adaptar às alterações de usos que ocorrem ao longo do seu tempo de vida, eles têm de ser versáteis e funcionais, e é esse um dos grandes desafios da reabilitação deste tipo de património histórico¹⁰³.

Urbanisticamente, estas intervenções são a origem da degradação deste subúrbio oriental nos dias de hoje e especificamente do património arquitetónico que sobreviveu até aos dias de hoje, numa ruptura clara e assumida com as pré-existências físicas e sociais, que levou à degradação das Quintas até ao ponto de serem alvo de saques e incêndios, pela mão de clandestinos e habitantes temporários¹⁰⁴.

¹⁰¹ Irisalva Moita, Op. cit., Lisboa, 1994, p.33.

¹⁰² Ibidem

¹⁰³ Na entrada para o séc. XX, todo um território, outrora de recreio e agrícola, transformou-se num território fracionado e industrializado, onde espaços públicos são quase inexistentes. O uso agrícola do solo desapareceu e pequenos edifícios habitacionais foram surgindo nas principais vias de circulação ligadas a estas novas indústrias emergentes ocupando uma vasta área do território oriental de Lisboa.

¹⁰⁴ Augusto Vieira da Silva, *Plantas topográficas de Lisboa. Publicações comemorativas do VII centenário da tomada de Lisboa aos Mouros*, Lisboa, 1947, CML, Lisboa, 1950.



Fig. 8 – Carta militar, Marvila, 1993¹⁰⁵

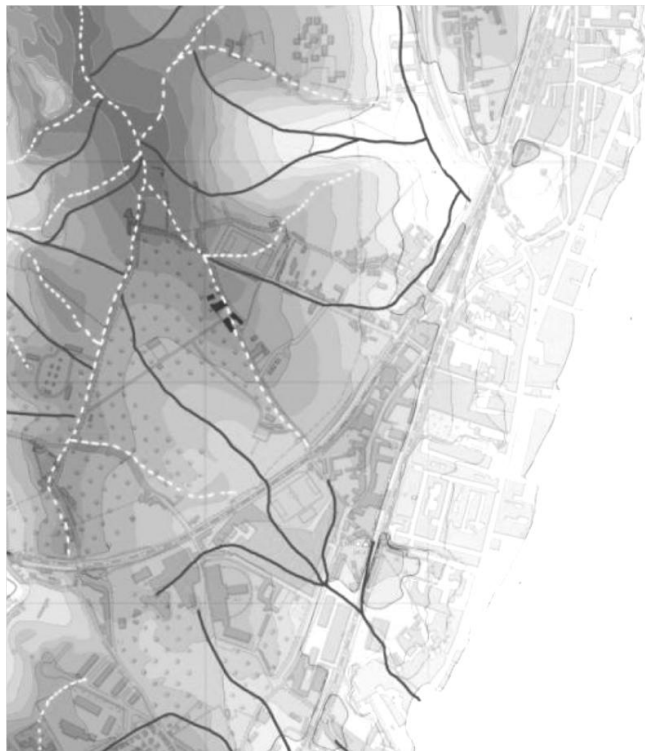


Fig. 9 – Linhas de água a traço contínuo e linhas de fecho a tracejado

¹⁰⁵ Ibidem

5.2. ENQUADRAMENTO FÍSICO E SOCIAL DE MARVILA

A cidade de Lisboa possui uma topografia variada, sendo esta sobejamente conhecida pelas suas 7 colinas, o que sempre condicionou a expansão da sua malha urbana. Uma sequência de vales e colinas caracterizam o seu perfil ribeirinho, como é exemplo a zona do Vale de Chelas, o nosso tema em análise, cujas linhas de água estruturam a mais vasta bacia hidrográfica de Lisboa e que modelaram o solo que suporta toda a zona oriental.

A implantação dos edifícios nesta zona segue a lógica da aptidão dos solos, ocupando as linhas de fecho¹⁰⁶ e libertando as áreas adjacentes às linhas de água. Com o decurso da expropriação rápida que ocorreu neste território nos anos 60 e 70, foi criada uma reserva extensa de terrenos camarários, onde se desenrolaram operações urbanísticas pontuais e criaram núcleos dispersos entre si¹⁰⁷.

Os espaços verdes criados são meros apontamentos nos loteamentos existentes e não se encontram jardins urbanos qualificados e com dimensões suficientes para satisfazer a população. O estacionamento existente é pontual, disperso e numeroso, visto que apenas possuem rede de autocarros públicos. Contudo, é uma área abrangida por muitos equipamentos públicos como creches, escolas básicas e superiores, de apoio social, igrejas e equipamentos desportivos.

Alberti e Palladio falam da importância da qualidade da água como factor determinante para a escolha do sítio para uma casa ou cidade.

*Não nos podemos permitir localizar um edifício indiscriminadamente – deve procurar-se uma aliança com o terreno.*¹⁰⁸

¹⁰⁶ Consiste numa zona elevada do relevo natural do terreno, que faz a separação entre a linha de escorrência de águas (vales e planícies) e a curva ascendente do terreno, um promontório natural.

¹⁰⁷ Estes núcleos introduziram debilidades na malha urbana da cidade, cheia de vazios urbanos desqualificados, ausência de diversidade social e uma rede viária desagregada.

¹⁰⁸ Pierre Von Meiss, *Elements of Architecture – From Form to Place*, E & FN Spon Ed., London, 1990, p.144.

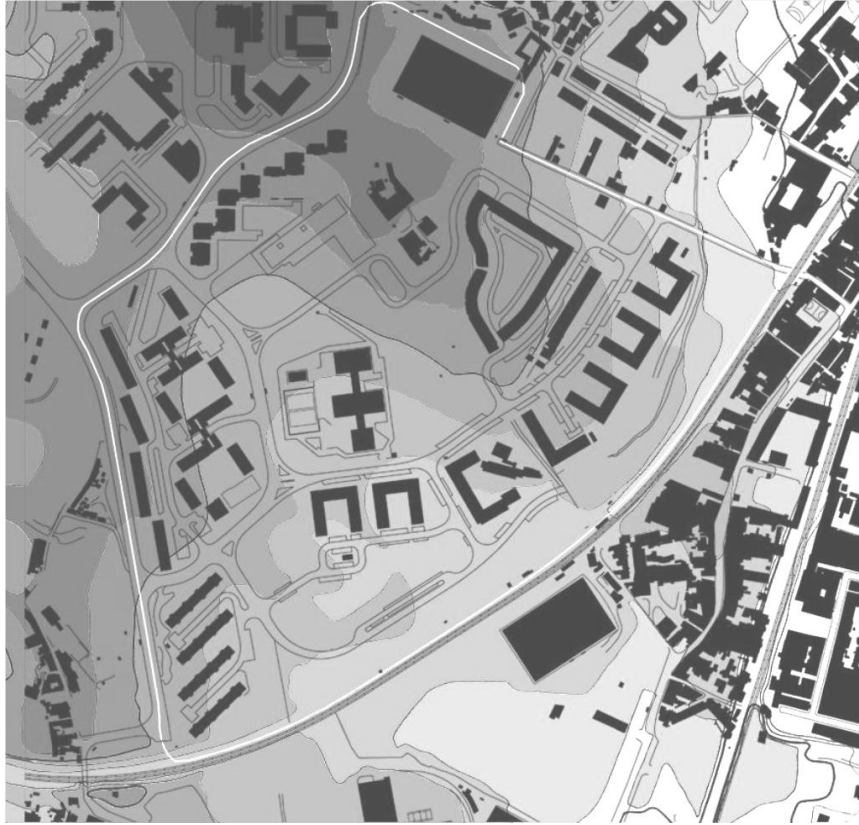


Fig. 10 – Imagem carta militar Marvila 2007¹⁰⁹



Fig. 11 – Imagem aérea implantação Quinta dos Alfinetes actual

¹⁰⁹ Carlos et al Consiglieri, *Pelas freguesias de Lisboa. Lisboa Oriental: S. João, Beato, Marvila, Sta. Maria dos Olivais*, CML, Lisboa, 1993.

No que diz respeito à análise física específica do *Lugar* da Quinta dos Alfinetes, esta possui uma dimensão considerável dentro da freguesia, ela estendia-se desde das suas construções físicas até à zona ribeirinha e para Norte com a mesma dimensão. Entretanto, com a construção das linhas férreas do Norte, dilaceraram a propriedade e dividiram a freguesia em dois¹¹⁰. Os seus eixos viários estruturaram o terreno em lotes urbanizáveis e dilaceraram a estrutura original da propriedade da Quinta dos Alfinetes (Fig. 10).

Neste momento o que resta desta propriedade é o objecto de estudo deste trabalho. A sua envolvente é rematada a Norte por 5 torres de habitação que lhe criam uma barreira visual e física de expansão; a Sul possui apenas, nas imediações, uma escola básica a uma cota mais abaixo e por isso temos uma vista desafogada para o rio, sem constrangimentos, e numerosas possibilidades de projeto; a Nascente, um campo de futebol, separado pela azinhaga dos Alfinetes, que liga os bairros a Norte e Sul e é o limite físico ligado à Casa senhorial; e finalmente, a Poente, mais uma urbanização em banda e por onde se acede para a Quinta (Fig. 11).

¹¹⁰ A zona ribeirinha foi a que mais se desenvolveu, devido ao seu contacto próximo com o rio e com a linha de comboio, e a zona norte acabou por ter um desenvolvimento mais lento.

Relativamente à análise social e tendo como base os Censos de Marvila de 2001, apercebemo-nos de que se trata de uma freguesia jovem, 68% da população encontra-se entre os 25 e os 65 anos, sendo a 2ª freguesia mais jovem do concelho de Lisboa¹¹³.

É uma freguesia problemática, talvez devido ao elevado número de bairros sociais que nela se instalaram nas últimas décadas, onde as situações de risco são eminentes, as condições de vida são igualmente limites, e os agregados familiares são muito numerosos e vivem normalmente em habitações pequenas e sem condições¹¹⁴.

Os níveis de vandalismo aumentam nestes cenários, e a insegurança instala-se num Lugar em que a Arquitectura não responde positivamente a esses apelos¹¹⁵. Será por aqui que passará o programa que propomos para a Quinta dos Alfinetes, uma intervenção no espaço que promova um maior espírito de vizinhança e partilha, no sentido de criação de um lugar com uma estrutura própria, que fomente a troca de culturas e relações sociais saudáveis, e, ao mesmo tempo, tenta reabilitar o indivíduo em todas as suas capacidades.

¹¹³ Censos de Marvila de 2001, consultado em http://jf-marvila.pt/index/documentos/Censos_Populacao_Marvila.pdf

¹¹⁴ Muito frequentemente, encontram-se vulneráveis, económica e socialmente, desempregados, com baixo índice de escolaridade e até mesmo analfabetos.

¹¹⁵ Ele é composto por zonas expectantes desqualificadas, edifícios e comércio abandonado, devoluto e vandalizado, as ruas estreitas e mal iluminadas não fomentam ao convívio seguro na rua e não convidam os habitantes a viverem o seu bairro, parecendo quase um Lugar fantasma.

5.3. ANÁLISE FORMAL, GEOMÉTRICA E ESPACIAL

Alberti desenvolve a ideia neoplatónica de imitação da Natureza, vigente na Florença do séc. XV, associando, no seu tratado “De Re Aedificatória”, a interpretação matemática da Natureza à concepção artística. O estudo das proporções, baseado na medição científica da figura humana, constitui a base para o Renascimento das ordens e das proporções da Antiguidade Clássica. As proporções da figura humana ideal, com o umbigo situado no centro de um círculo e de um quadrado, proveniente do tratado de Vitruvius (25 d.c.) “De Architectura”, é tido e reconhecido como modelo. (...) A ideia de existência de um sistema regulador universal, é uma das principais bases da arquitectura do Renascimento.¹¹⁶

A localização da propriedade principal da Quinta dos Alfinetes, foi planeada estrategicamente no sentido de permitir um melhor controlo das folhas de cultura nas encostas, mas também para tirar partido das silhuetas e panoramas sobre a cidade e envolvente, mais ou menos longínquos, que esta localização lhe permite, num promontório natural sobre o rio.

Era comum, todas as propriedades serem concebidas desse modo, e a delinea-las eram criadas azinhagas que as delimitavam e entreligavam¹¹⁷. Na estrutura da Quinta dos Alfinetes, a Casa senhorial (Palácio) encontra-se no extremo Norte¹¹⁸, rematado pela Azinhaga dos Alfinetes, que liga a cota mais alta e a cota da entrada principal da Quinta.

¹¹⁶ Amilcar de Gil e Pires, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento no ramo de Arquitectura, FAUTL, Lisboa, 2008, p. 28.

¹¹⁷ Eram os principais percursos e acessos das mesmas com a envolvente. Caminhos de taipa e de alinhamentos de oliveiras percorridos tanto a pé como de carroça, meio de locomoção e distribuição de comércio e serviços da altura.

¹¹⁸ Do que se pensa serem os limites da propriedade original.



- 1 – Pórtico de Armas 2 – Pátio de Entrada 3 – Cavalariças 4 – Pátio de Honra
 5 – Casa Nobre 6 – Jardim Formal/ Horto de Recreio 7 – Pátio de serviço 8 – Pombal
 9 – Dependências Agrícolas 10 – Cozinha 11 – Poço 12 – Torreão

Fig. 14 – Esquema de composição da Quinta actual em contraste com a original de 1910¹¹⁹

¹¹⁹ Desenho de autor; Francisco Santana, Op. cit..

Em termos arquitectónicos, a propriedade encontra-se murada e o seu acesso é controlado pelo portão da Quinta, denominado 'Portal de armas'¹²⁰.

(...) A preocupação do arquitecto, ao projectar uma Villa no Renascimento, era representar a envolvente natural como pertencente ao domínio da Villa e afirmar a sua ordem sobre o caos representado pela Natureza.¹²¹

A partir deste elemento de entrada, descobrimos o restante programa que a compõe: um Pátio de entrada que alberga os edifícios das cavalariças, dispostos nas margens da propriedade e formam um caminho, entre eles, que permite uma perspectiva do percurso axial, estreito e directo, sobre a fachada da casa ao fundo. Esta faz-nos avançar por eles, até que chegamos a um espaço amplo, o Pátio de Honra, este desafogado e livre, que nos permite ter a visão plena do edifício.

A presença de elementos naturais, como expressão física da própria Natureza, em perfeita comunhão com uma matriz racional que ordena todo o construído, vai ao encontro do ideal de relação entre Homem e Natureza integrados num sistema de medidas e de proporções.¹²²

¹²⁰ Amílcar de Gil e Pires, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento no ramo de Arquitectura, FAUTL, Lisboa, 2008, p. 5.

É a entrada principal do Lugar – que representa a transição entre a natureza orgânica e um espaço ordenado pelo Homem. Aqui a relação interior-exterior torna claro o acto de Habitar.

¹²¹ Van der Ree, Smienk, Steenbergen, *Italian Villas and Gardens*, Ed. Prestel, Amsterdam, 1993, p. 12.

¹²² Clemens Steenbergen, Wouter Reh, *Arquitectura y Paisaje*, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p. 15.

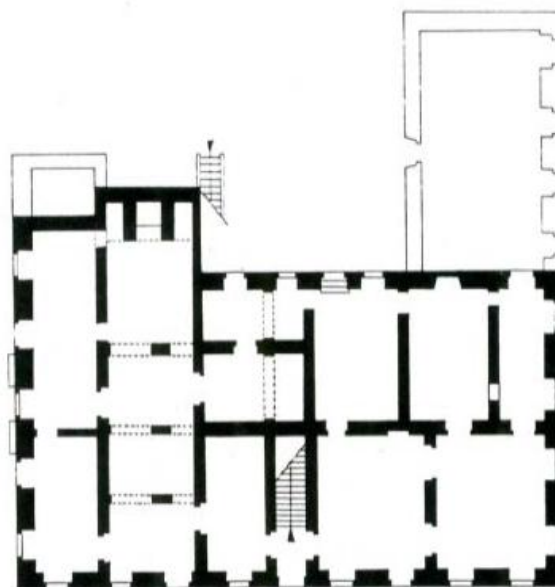
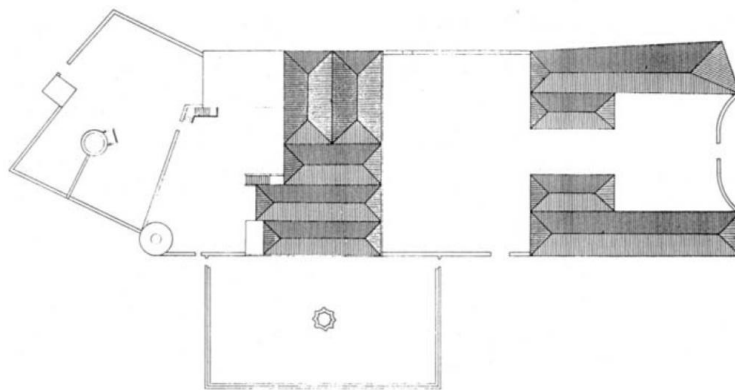


Fig. 15 – Planta de cobertura e planta do piso térreo original¹²³

¹²³ João Vieira Caldas, *A casa rural dos arredores de Lisboa no séc. XVIII*, FAUP, 1999, p.343

Depois da casa, nas suas traseiras, encontramos outro pátio, o Pátio de Serviço, um espaço privado que possui um Pombal, um Torreão, apoios agrícolas e todo ele é encerrado por muros, que definem o limite da propriedade e que agrupa todos estes elementos.

Todos estes elementos interligam-se e conjugam-se numa composição geométrica organizada, onde os eixos visuais e enquadramentos físicos são planeados para o usufruto pleno do seu utilizador¹²⁴.

*Os diferentes elementos da composição da Villa estão, assim, estruturados por eixos ortogonais cenográficos com a paisagem. Para Palladio, o caminho axializado é um elemento fundamental da composição do todo. Este assume-se como um espaço autónomo que se eleva relativamente ao terreno que atravessa, dominando a envolvente e as suas vistas, obedecendo, também aqui, aos requisitos definidos por Alberti no Renascimento.*¹²⁵

De seguida, fazemos uma passagem por todos estes elementos arquitectónicos que compõem o programa da Quinta dos Alfinetes e tentamos perceber como todos eles, e cada um individualmente, contribuem para o todo, nas suas relações físicas, visuais e formais.

¹²⁴ Amilcar de Gil e Pires, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Tese de Doutoramento no ramo de Arquitectura, FAUTL, Lisboa, 2008, p. 37.

Na Villa renascentista, o eixo afirmou-se como um dos elementos fundamentais de estruturação do seu projecto. Este, associado aos efeitos de perspectiva, de integração cenográfica ou de manipulação espacial nos espaços definidos nos jardins, constituiu o principal contributo para a composição arquitectónica da Villa e da sua relação com o Lugar.

¹²⁵ Idem, p. 85.

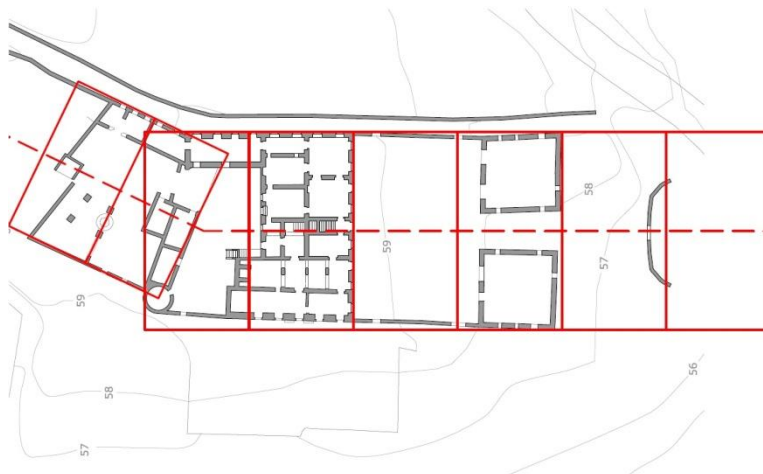


Fig. 16 – Esquema compositivo de geometrias e eixos

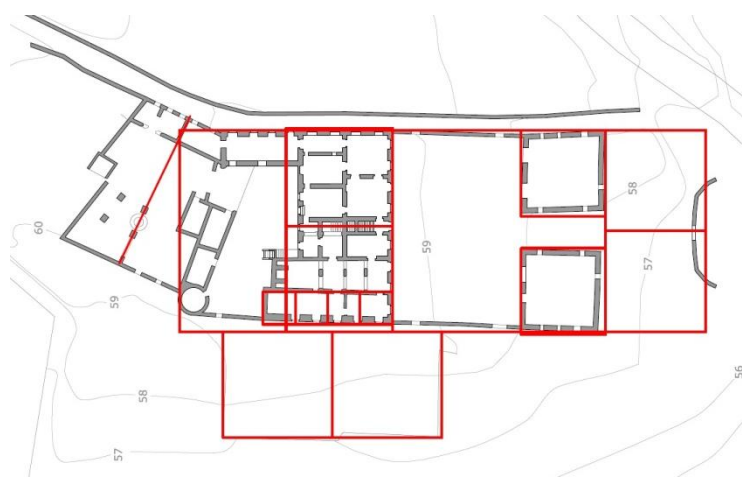


Fig. 17 – O quadrado como regra de composição arquitectónica

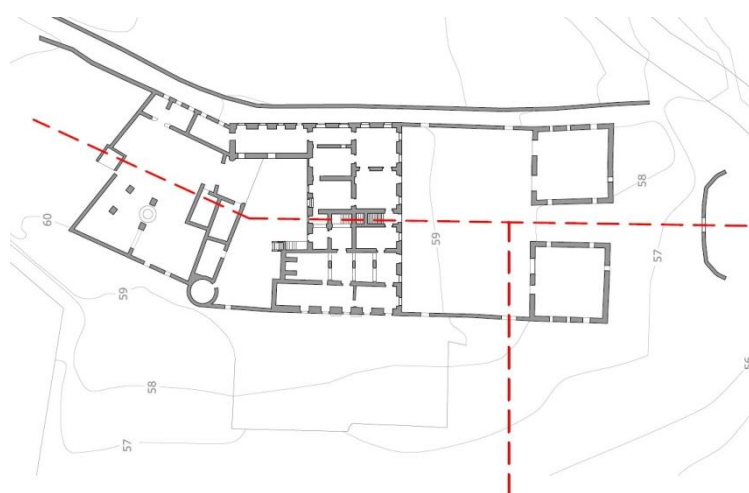


Fig. 18 – Os eixos regradores da composição¹²⁶

¹²⁶ Desenhos de autor, com análise geométrica da Quinta dos Alfinetes

5.3.1. A CASA SENHORIAL E O PÁTIO DE HONRA

A casa já se encontrava abandonada quando foi destruída por um incêndio há cerca de 20 anos. Desapareceu completamente o telhado e o chão do piso superior (tecto piso térreo) mas mantém-se as paredes e, inclusivamente, as caleiras de separação dos telhados múltiplos¹²⁷.

A Casa senhorial desenvolve-se em dois pisos. No piso de entrada a Sala de entrada ou denominada 'Casa de fora' com a sua escadaria de tiro centrada no edifício, faz-nos as honras e distribui axialmente os espaços para Nascente, para as zonas de sociabilidade, e para as cozinhas a Norte. A Poente, tem as zonas de representação e outros espaços estruturantes que interligavam todas as zonas.

O piso superior assume-se como o andar nobre, com zonas de representação conjugadas com zonas de sociabilidade, onde encontramos também uma lareira em razoável estado de conservação, com trabalho decorativo em pedra.

Em termos geométricos, o quadrado rege a forma, prevalecendo em várias situações onde estes são gerados em múltiplos, criando uma matriz perfeita onde as paredes limites da casa encaixam na composição, como podemos observar nas figuras ao lado.

Originalmente a cobertura possuía cinco telhados de quatro águas cada, no corpo principal, com cobertura de uma e duas águas nas dependências anexas. Todos eles resultam da organização em planta da casa e todos os tectos interiores do piso nobre possuíam acabamentos em masseira.

¹²⁷ João Vieira Caldas, Op. cit., p.340

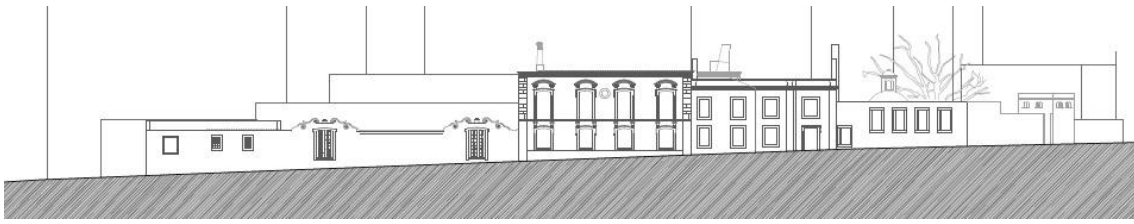


Fig. 19 – Alçado existente Nascente



Fig. 20 – Perspectivas da propriedade pela Azinhaga dos Alfinetes

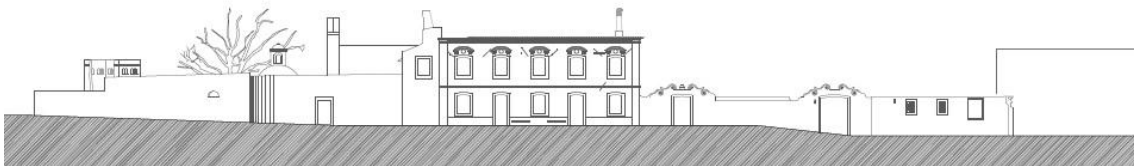


Fig. 21 – Alçado existente Poente



Fig. 22 – Perspectiva sobre o Pátio de Entrada



Fig. 23 – Alçado existente Sul

As fachadas possuem uma métrica de vãos regulares, de peito e de sacada, e são em grande número, trazendo muita luz para o seu interior. As suas paredes são em alvenaria de pedra de espessura regular (cerca de 90cm) e teriam sido rebocadas a argamassa de cal com pintura¹²⁸. Possuem uma grande quantidade de vãos de dimensões consideráveis, em cantarias de pedra calcária e ornamentada com cornijas e frontões, complementados com varandas no piso nobre.

*O Pátio de Entrada, como o nome indica, precede a entrada principal da casa e está relacionado com o chegar a um lugar habitado e com a função de receber, com maior ou menor afirmação social. Este está relacionado directamente com a arquitectura da casa e revela uma ordem geométrica e racional.*¹²⁹

A centralidade da propriedade da Quinta dos Alfinetes encontra-se no seu Pátio de Honra, axialmente alinhado Norte-Sul entre o pórtico de entrada da propriedade e a entrada na Casa senhorial, e Nascente-Poente, transversalmente ao primeiro, desde o pátio de honra, atravessando um vão no muro lateral e seguindo pela área de cultivo (fig. 12).

*Com muros altos constitui como que uma ante-sala que goza, se necessário, de privacidade mas que (...) mantém (ou mantinha) os seus portões abertos, durante o dia, à curiosidade e prazer dos estranhos (...), casa e pátio eram para ser vistos mesmo com o portão encerrado, daí terem-se generalizado o uso de portões em grade de ferro a partir do séc. XVIII, antes eram em madeira.*¹³⁰

O Pátio de honra é fechado a Norte pela fachada da casa, a Nascente por um muro alto com dois pórticos trabalhados que permitem, comunicar visualmente com a Azinhaga dos Alfinetes, a Poente outros dois pórticos idênticos permitem o acesso ao Jardim formal (Horto de recreio); e, finalmente, a Sul, encontramos edifícios de um só piso e planta, quadrada onde se instalaram as cavaliças com as respectivas entradas.

¹²⁸ De acordo com alguns vestígios encontrados ainda nalgumas paredes.

¹²⁹ Amílcar de Gil e Pires, *Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa*, Op. cit., p. 359.

¹³⁰ João Vieira Caldas, Op cit., p.59



Fig. 24 – Perspectiva da Rua Mário Botas

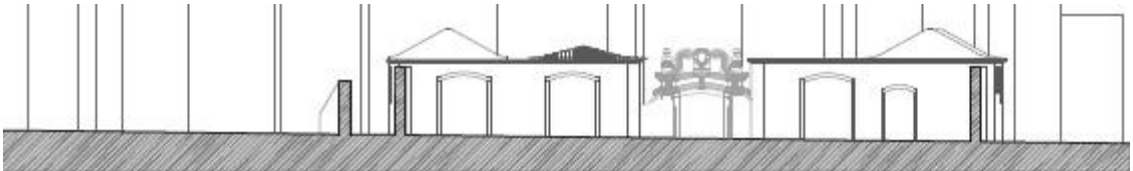


Fig. 25 – Alçado interior pelo Pátio de Honra



Fig. 26 – Perspectiva interior do Pátio de Honra

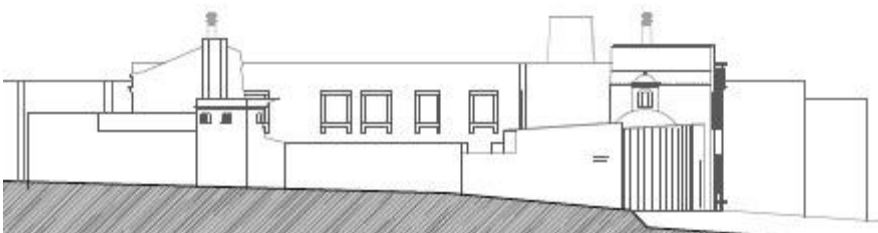


Fig. 27 – Alçado existente Norte



Fig. 28 – Perspectiva interior do Pátio de serviço

O pátio traseiro da casa funcionava como espaço de cultivo, criação de animais, armazenamento e ligação directa com as áreas das cozinhas. Possui o que se pensa ser um Pombal¹³¹ e um poço ladeado por dois arcos. A geometria do Pombal serve de eixo de rotação para um segundo muro que cresce para Norte da propriedade que faz o remate num torreão de planta quadrada.

*A relação entre Villa e paisagem reflecte a relação entre Homem e Natureza, materializando-se, através da arquitectura, este sistema formal de dimensões e proporções.*¹³²

*(...) A arquitectura da Villa, a sua relação com a paisagem, como sinónimo de relação entre Humanidade e Natureza, tornam este “sistema proporcional” ideal também para a particularidade tipológica em estudo.*¹³³

A relação entre a Arquitectura e o Jardim na tipologia da Quinta de Recreio, é realmente de uma proximidade muito forte. Uma é imprescindível da outra e, por momentos, fundem-se em perfeita união. Falaremos de seguida desta relação da Casa com o Jardim formal.

¹³¹ Volume cilíndrico com cobertura cónica situado no prolongamento do muro Poente alinhado com a fachada da casa.

¹³² Van der Ree, Smienk, Steenbergen, *Arquitectura y Paisaje*, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p. 12.

¹³³ Amilcar de Gil e Pires, *Op cit.*, p. 29.



Fig. 29 – Perspectiva junto da fachada Poente sobre o terreno, onde deveria existir o Jardim formal

5.3.2. O JARDIM FORMAL (HORTO DE RECREIO), HORTAS E POMARES

No seu tratado, “De Re Aedificatoria” (1450), Alberti faz referências às proporções dos vários elementos arquitectónicos existentes na Villa e à correspondência das partes no todo, já no sentido da procura da harmonia renascentista. (...) o jardim deve ser desenhado da mesma forma como se desenha o edifício e os seus espaços limitados com elementos vegetais – sebes e ciprestes.¹³⁴

O jardim formal é um espaço de uma geometria regular, maioritariamente quadrado – à imagem dos jardins das Villas italianas – e estaria posicionado à cota da casa e as Hortas e Pomares estariam numa cota mais baixa, numa marcação hierárquica da importância dos espaços dentro da Quinta.

Um pequeno lago estaria centrado com a fachada Poente da casa e disposto no centro do jardim, que seria todo ele murado em toda a sua extensão, um muro contemplativo, baixo e com bancos a si adoçados. Acedia-se ao mesmo através dos pórticos dos muros que limitam a propriedade senhorial e os limites do jardim eram ortogonais ao mesmo. O sistema de água para rega apoiava-se fundamentalmente na sua obtenção a partir de poços, armazenamento e distribuição pelo sistema de tanques e de caldeiras.

Na tradição cristã, o jardim continua a ser o símbolo último do paraíso, a origem do Homem. (...) O jardim arquetípico do paraíso consiste, segundo as escrituras, num quadrado com uma árvore ou fonte no centro, donde partem quatro rios em direcção aos pontos cardeais.¹³⁵

Normalmente é implantado em terrenos planos ou quase planos, e a sua função primordial seria a representatividade do seu proprietário, que usa este espaço como elemento de destaque da propriedade, para entretenimento ocasional de convidados ilustres. *A vivência e fruição do ambiente exterior na Quinta é feita mais nos Pomares e em outras zonas de produção. Procurava-se não só o estar na Natureza, mas essencialmente o estar com a Natureza¹³⁶.*

¹³⁴ Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 25.

¹³⁵ Clemens Steenbergen, Wouter Reh, *Arquitectura y Paisaje*, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001p. 45.

¹³⁶ Aurora da Conceição Parreira Carapinha, *Conferência “O Imaginário e a Natureza” no Palácio Fronteira*, Abril de 1997, citado por Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 55.

Em relação às Hortas e Pomares, estas são organizadas mediante um circuito fechado de sebes ou muros que os desligam do espaço do Jardim formal. A plantação aí colocada fazia a gestão do espaço e organizava-os com caminhos ortogonais, árvores de fruto, elementos frescos de água (fontes) e pérgulas na periferia destes espaços.

*A composição destas, preferencialmente axial, gerada pela geometria do edifício a partir da qual se desenvolve toda a organização espacial do Horto de Recreio, cria a unidade casa-jardim que adquiriu maior importância a partir de meados do Séc. XVII e no Séc. XVIII.*¹³⁷

Ele é também organizado mediante um circuito fechado de sebes ou muros que o desliga do espaço anterior. A plantação aí colocada faz a gestão do espaço e organiza-o com caminhos ortogonais, árvores de fruto, elementos frescos de água como fontes e pérgulas na periferia do recinto.

*Excluídos os vários recintos murados, junto à casa, toda a organização agrícola da propriedade desapareceu. Do próprio jardim formal resta apenas o muro de contorno, baixo, acompanhado de banco contínuo.*¹³⁸

Actualmente já não conseguimos ter percepção deste espaço, descrito por João Vieira Caldas, pois o mesmo não resistiu às últimas tentativas de apropriação e reabilitações sucessivas, nos séc. XIX e XX, do espaço da Quinta dos Alfinetes.

¹³⁷ Amilcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 368.

¹³⁸ João Vieira Caldas, *A casa rural dos arredores de Lisboa no séc. XVIII*, FAUP, 1999, p.343

5.3.3. A MATA E A ÁREA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

O jardim formal anteriormente falado, fazia a fronteira entre o lazer e a produção. A partir deste, surgem as áreas de produção que, segundo Aurora Carapinha, eram constituídas pelos Pomares, Hortas e a Mata, localizados a Noroeste na propriedade, na cota mais baixa em relação à Casa senhorial, tendo estes vista privilegiada para toda a propriedade.

A composição axializada das villas transformou-se numa característica essencial do jardim nos projectos maneiristas na segunda metade do séc. XVI em Roma e seus arredores. Nessa altura, foi desenvolvido o tratamento espacial do bosque para representar a Natureza selvagem, cuja organização labiríntica contrasta com a linearidade dos projectos anteriores. O bosque aumentou de dimensão e significado em relação ao jardim formal. Em muitos casos, integrava-se no projecto uma área de terreno natural, de tamanho considerável, praticamente sem interferência humana, que correspondia em muitos casos a um terreno de caça (“barco”).¹³⁹

A Mata funcionaria como uma zona arborizada selvagem que rematava a propriedade e limitava as Hortas e os Pomares, estes situados no meio do terreno, entre a mata e o jardim formal.

Assim como o espaço do Jardim forma, também estes espaços já não se encontram visíveis actualmente, pelo mesmo motivo. Será premente a reposição de todos estes elementos que compõem o programa da Quinta dos Alfinetes.

¹³⁹ Amilcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 78.



Fig. 30 – Perspectivas exteriores da propriedade



Fig. 31 – Perspectivas interiores do Palácio



Fig. 32 – Perspectivas do Torreão, estrutura do poço, Pombal e fachada Poente da Quinta



Fig. 33 – Estado de conservação dos interiores do Palácio

5.4. A QUINTA DOS ALFINETES, NO PASSADO E NO PRESENTE

O *Lugar* da Quinta dos Alfinetes surge no 2º quartel do século XVIII¹⁴⁰ e durante o séc. XIX passou por numerosas ocupações, proprietários e até de nomenclaturas¹⁴¹.

Sofre um violento incêndio em 1964 e, a partir daí, albergou uma oficina de automóveis. Na década de 90 houve um projecto para o espaço da Quinta, para a construção do edifício sede da Fundação Luso-Brasileira, projecto esse da autoria do Arq. Óscar Niemeyer, mas nunca chegou a ser finalizado, por falta de verbas, e passou para a propriedade da C.M.Lisboa.

Para além deste projecto, foi apropriado terreno a Norte, para construção de edifícios habitacionais em torre, que criam uma barreira visual e um confronto físico imponente para com a Quinta (Fig. 34).

O que nos deixaram, após todas estas apropriações, foi um extenso plano desaterrado, um esqueleto de fundações de betão e um terreno descaracterizado, pois elementos importantes do carácter da Quinta de Recreio foram destruídos nestas constantes intervenções mal sucedidas (Fig. 35).

*Se o sítio está entre lugares, sem ser realmente um Lugar, pode tornar-se num lugar, pelo menos para os seus futuros habitantes. Se se pretende construir uma instituição, o seu papel como lugar assume uma dimensão pública, vamos observá-lo cuidadosamente e estudar a sua história antes de desenhar. É nosso dever e nossa possibilidade porque, na sua origem, na sua estrutura formal e nos seus significados, nós encontramos os estímulos mais poderosos e o material mais enriquecedor para desenhar: linhas geométricas, memórias (vestígios), fragmentos da Natureza e feitos humanos.*¹⁴²

¹⁴⁰ Pensa-se que tenha tido como proprietários e mandatários, os Duques de Lafões.

¹⁴¹ Foi apropriada como fábrica de trefilaria com o nome Fábrica Estrela; mais tarde albergou os escritórios das Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade entre 1910 e 1935, ano em que foi vendida à Caixa Geral de Depósitos.

¹⁴² Pierre Von Meiss, *Elements of Architecture – From Form to Place*, E & FN Spon Ed., London, 1990, p.143.



Fig. 34 – Perspectiva da Av. Paulo VI a Norte sobre a Quinta



Fig. 35 – Perspectiva junto à entrada principal da Quinta pela Rua Mário Botas



Fig. 36– Perspectiva do terreno no cruzamento da Rua Dinah Queiroz com a Rua Mário Botas



Fig. 37– Perspectiva total da extensão do terreno e o esqueleto da antiga proposta

Entretanto a cidade evoluiu, assim como o seu tecido rodoviário, que se adaptou às mudanças urbanísticas. No caso da Quinta dos Alfinetes, o seu principal caminho, a azinhaga dos Alfinetes, que antes ligava-a à zona ribeirinha, perdeu essa ligação e lentamente foi-se desligando do tecido principal da cidade, e o próprio terreno original da propriedade, foi-se desintegrando, entre acessos secundários e terciários que servem as residências sociais, que se foram desenvolvendo no seu redor, e mesmo dentro do seu terreno. A azinhaga dos Alfinetes foi desestruturada e passou a ter apenas um carácter pontual.

*Toda a Arquitectura depende, sobretudo, do terreno sobre o qual assenta. Numa paisagem plana e morfologicamente pobre, sem traços distintivos que lhe confirmem um carácter particular, a eleição do local de implantação da Arquitectura pode constituir uma decisão quase arbitrária. Uma vez que seja estabelecida esta implantação, não se pode ignorar que esse novo lugar actue como catalisador de outros lugares. Pelo contrário, a configuração irregular de um terreno, próximo ou junto de linhas de água estruturantes, com um carácter bem definido pela interacção da paisagem natural envolvente com o Sol e outros elementos naturais que marcam os ritmos temporais é determinante do tipo de implantação a adoptar, da vida do Lugar. Estes elementos, no seu conjunto, acabam por interferir positivamente na concepção da Arquitectura e são essenciais para a definição da sua identidade e originalidade.*¹⁴³

O recinto é delimitado a Nascente pela Azinhaga dos Alfinetes, troço este interrompido a Norte pela Av. Paulo VI (Fig. 34) e pela rua Mário Botas a Sul (Fig. 35), e a Poente o terreno é confrontado pela rua Dinah Silveira Queiroz (Fig. 36).

Este terreno que nos resta é o local onde iremos trabalhar, por forma a atribuir-lhe de novo o sentido de unidade formal em relação às construções existente. A Casa senhorial encontra-se actualmente devoluta e o esplendor do que outrora foi, desapareceu com o tempo, mas sobreviveram elementos estruturais que contam a história e nos desvendam vivências destes espaços expectantes.

¹⁴³ Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 259.

É um património que está a desaparecer e com ele perde-se um lugar de condensação do conhecimento de transformação da paisagem, pela localização, pelas técnicas, pelas práticas, pelo uso, pela inteligência com que se usava o solo, o vento, o sol, o lugar no desenho do jardim em Portugal¹⁴⁴.

Também é a própria comunidade local que tenta, pelos seus próprios meios, perante terrenos com tanto potencial deixados ao abandono, organizar malhas de hortas em terrenos baldios nas imediações do edificado dentro da propriedade da Quinta dos Alfinetes, para deles poderem subsistir, e como a sabedoria popular é o nosso maior bem, dela devemos tirar proveito. Será um dos objetivos do trabalho, pegar nesta necessidade da comunidade e reajustá-la, da melhor maneira, ao programa a desenvolver para o local.



Fig. 34 – Perspectiva sobre hortas clandestinas na propriedade

¹⁴⁴ Artigo do Diário de Notícias por Aurora Carapinha, consultado em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=998218

6. DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO

O Lugar como condição explícita de espaço e tempo torna-se, portanto, objecto do acto de projectar. A interpretação das suas características específicas constitui a premissa essencial para o início do processo projectual que conduzirá à sua concretização efectiva na obra arquitectónica.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Amilcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 135.

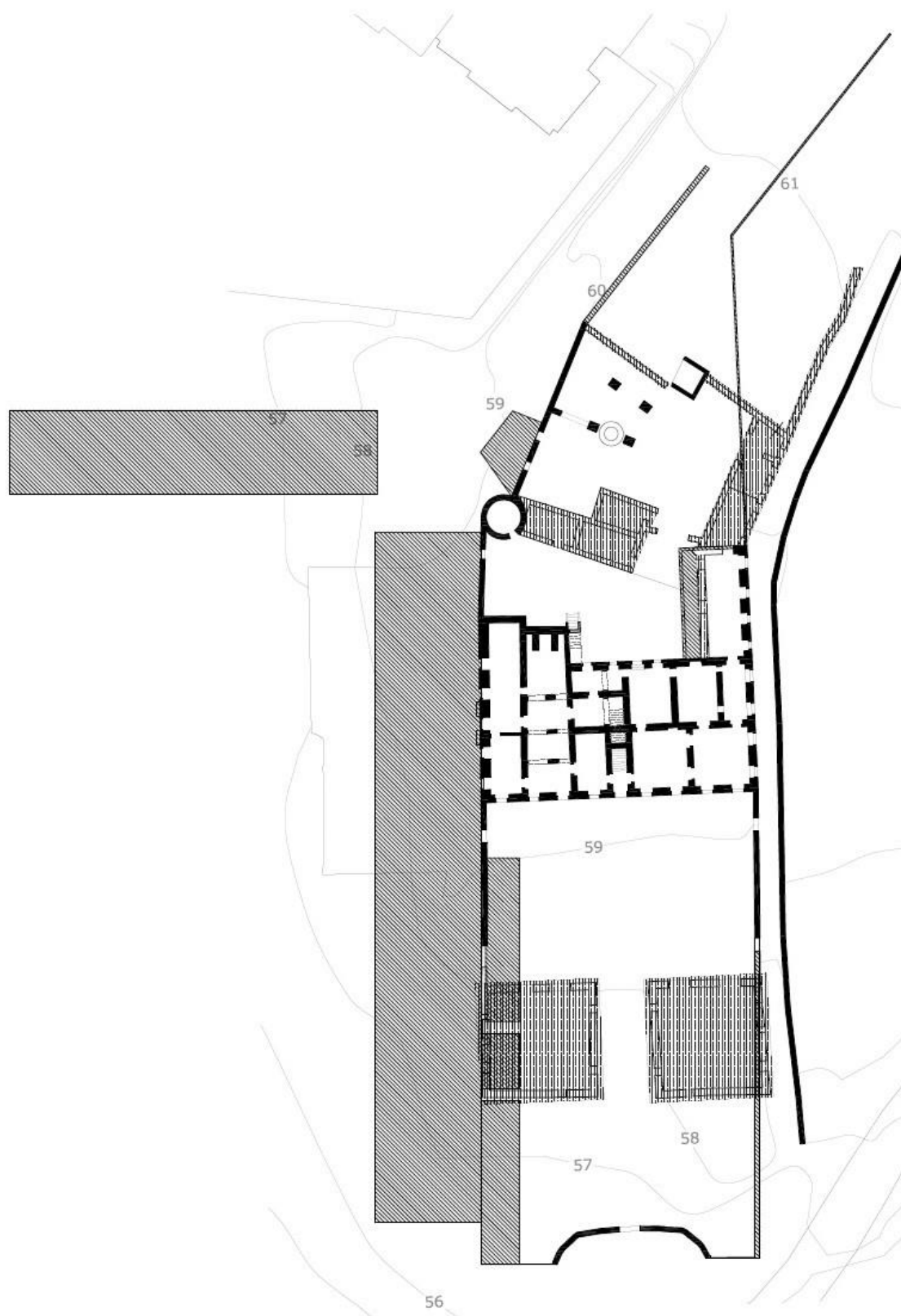


Fig. 35 – Proposta de demolições gerais da Quinta dos Alfinetes
(tracejado – demolição; trama contínua – construção proposta)

Nesta fase do trabalho procedemos ao desenvolvimento da nossa proposta de intervenção para a Quinta dos Alfinetes, após exaustivos estudos e análises efectuados nos capítulos anteriores, que culminaram numa consciencialização da importância deste *Lugar*, numa abordagem estratégica de intervenção no mesmo por forma a preservar-lhe o seu “Genius Loci” e a sua história.

*A posição de Norberg-Schulz sobre a relação entre Lugar e a Arquitectura contribui para formar uma sensibilidade renovada no sentido de “qualidade ambiental”, ou seja, no sentido de que todos os fenómenos concretos e as suas relações estão em condições de incentivar a capacidade e imaginação basilar no processo de projecto.*¹⁴⁶

Para isso, a nossa proposta vive de três abordagens complementares: a primeira de preservação de elementos pré-existentes da Quinta original, como é a Casa senhorial, os muros e pórticos que delimitam o Pátio de honra, a entrada oficial da propriedade, o seu pátio de serviço, Torreão, poço e o Pombal e adaptá-los ao novo uso; a eliminação de elementos como as cavalariças e anexos no pátio de serviço, pelo seu estado de conservação débil e por se tratarem de construções posteriores.

A segunda, de ampliação dos seus limites construídos, na criação de um novo volume complementar às construções existentes, numa cota inferior, que fará a união do programa a adaptar nos mesmos e a ligação física a todos os espaços das cotas superiores da Quinta, vencendo a diferenciação de cotas entre eles.

E, por último, a recuperação de elementos que fazem parte do carácter da Quinta de Recreio e são indissociáveis do mesmo, mas que, como vimos em capítulos anteriores, ou estão descaracterizados ou não sobreviveram às crescentes alterações e mutações do terreno original da Quinta, como são o caso do Jardim formal, as Hortas, os Pomares e a Mata; assim como a criação de elemento que complementam todos estes espaços.

¹⁴⁶ Idem, p. 137.

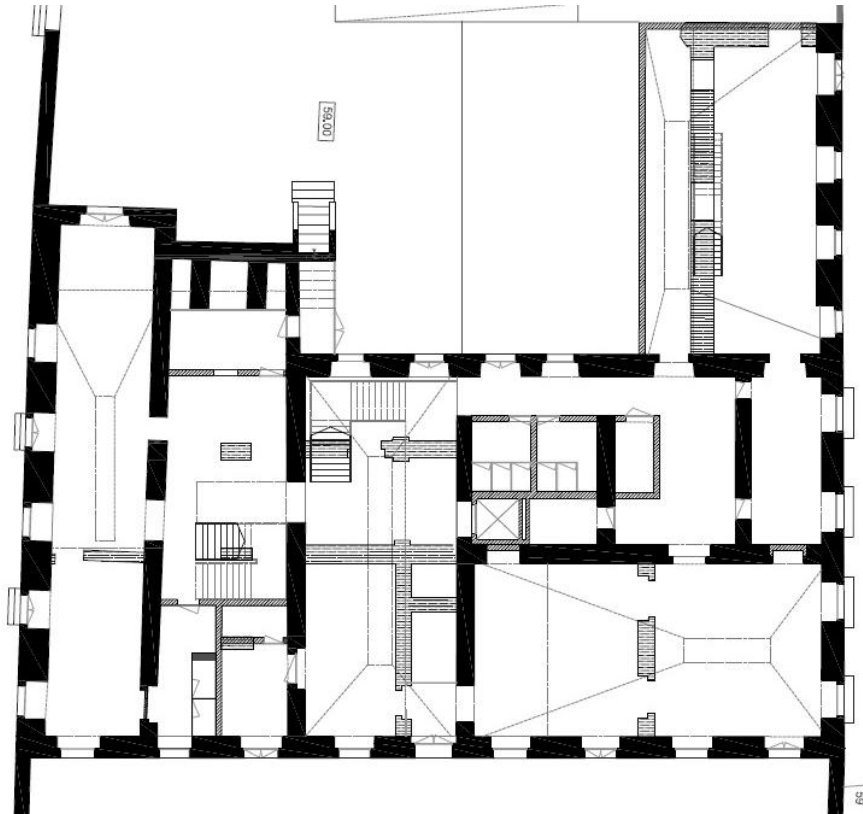


Fig. 36 - Planta de demolições Piso 0
(tracejado – demolição; trama contínua – construção)

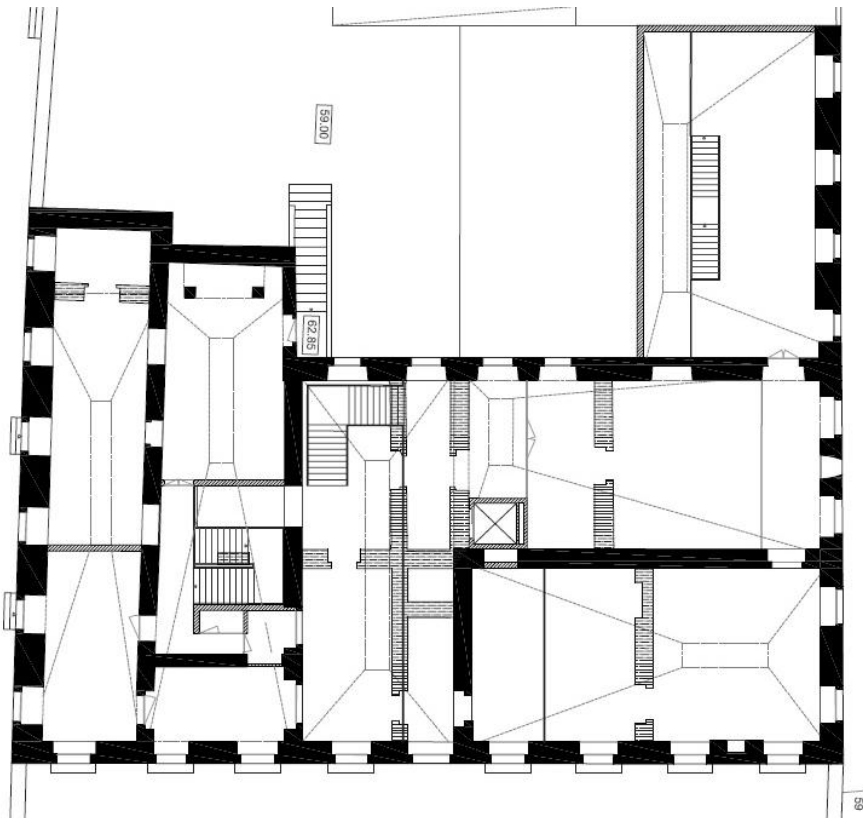


Fig. 37 – Planta de demolições Piso 1
(tracejado – demolição; trama contínua – construção)

Para todas estas fases procedemos à procura de Casos de estudo – que exemplificámos dentro dos capítulos respectivos –; e de projectos de referência – que exemplificaremos em seguida (capítulo 6.1.2), e que pudessem ser referências para justificar as nossas opções projectuais, em cada momento da abordagem aos elementos da Quinta, de escolha programática a adaptar, em termos arquitectónicos, espaciais e de materialidades.

Segundo Heidegger (“Construir, Habitar, Pensar”) os espaços recebem sua essência não do espaço e sim do Lugar (...) os espaços onde se desenvolve a vida são, antes de tudo, Lugares (...).¹⁴⁷ (...) Heidegger deriva da reflexão sobre a relação entre Homem e o Mundo para uma perspectiva hermenêutica – o habitar é o modo do Homem estar no mundo e o modo de o compreender. Ao habitar, este persiste através dos espaços em virtude do seu estar entre objectos e os Lugares.¹⁴⁸

Em termos de programa proposto para reabilitação do Lugar da Quinta de Recreio, Quinta dos Alfinetes, surge-nos o *Centro de Educação Ambiental de Marvila*, escolhido como sendo o que mais se relaciona com a temática original da Quinta de Recreio – espaço de lazer e cultivo auto-suficiente – de grande relação com a comunidade local e cidade em redor. Fez-nos sentido adaptar-lhe uma temática que pudesse reabilitar, tanto a Arquitectura como o Homem, o cidadão, que utilizará este equipamento para fins lúdicos, educacionais e para suporte pessoal e familiar.

Um Lugar tem as suas raízes e a sua História; está ancorado no tempo e num ponto preciso da Terra. Um Lugar tem a sua abóbada, o seu Céu e, talvez, a sua estrela. Ao construir nós fixamos relações espaciais entre a Terra, o Céu e o tempo.¹⁴⁹

Numa estratégia de ligação da propriedade ao Lugar da freguesia de Marvila foi nossa pretensão a criação de um Jardim público, de carácter lúdico, de produção e de apoio comunitário, por forma a atribuir a esta freguesia e seus utilizadores, um espaço público, de encontro e de lazer, que neste momento é inexistente, o que debilita e muito a vivência em comunidade, outro aspecto de carácter social desta freguesia, que gostaríamos de ajudar a reabilitar com a nossa proposta.

¹⁴⁷ Josep Maria Montaner, *A Modernidade Superada – Arquitectura, Arte e Pensamento do Séc. XX*, Ed. Gustavo Gili, Barcelona, 2001, p. 40.

¹⁴⁸ Amílcar de Gil e Pires, *Op. cit.*, p. 93.

¹⁴⁹ Pierre Von Meiss, *Op. cit.*, p.135.



Fig. 38 – Hortas urbanas da Quinta da granja, Lisboa



Fig. 39 – Hortas urbanas do Parque Urbano do Vale de Chelas, Bela Vista, Lisboa

6.1. O JARDIM PÚBLICO E AS HORTAS URBANAS

Existe uma estratégia criada pela Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito da Agricultura Urbana, desde 2011, para a criação de vários parques hortícolas em jardins ou parques urbanos da cidade, com variadas valências em termos de equipamentos – para além dos talhões para a prática da agricultura – como parques infantis, quiosques, equipamentos de fitness, ciclovias, entre outras.

Segundo a proposta para parques hortícolas apresentado por José Sá Fernandes, vereador do ambiente e espaços verdes da Câmara de Lisboa, no âmbito de um encontro da delegação *Seeds for the future*, que decorreu em Janeiro deste mesmo ano (2014) nos Paços do Conselho, com o intuito de conhecer melhor a política ambiental da autarquia - nomeadamente o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da criação de vários parques hortícolas - apresentou uma proposta com o tema *Implementation of Lisbon's Green Plan*, onde apresenta propostas de desenvolvimento ambiental, como a criação de Corredores Verdes, os percursos e pontes cicláveis e pedonais, bem como as hortas urbanas que têm contribuído para fomentar a inclusão social e a renovação urbana em vários locais da cidade

As hortas urbanas têm tido um enorme sucesso do público e o que é facto é que, só este ano, a CML prevê a criação de mais 9 parques hortícolas por toda a área urbana de Lisboa. São fomentadores de um estilo de vida saudável, são um meio de ocupação de tempos livres e uma oportunidade para a população de todas as idades adquirirem novas competências.

Além disso, promovem a aprendizagem de boas práticas agrícolas e a interajuda e partilha de conhecimentos no cultivo das hortas, reforçando as relações sociais de vizinhança. A nível ambiental, ajudam a proteger o equilíbrio ecológico e a biodiversidade, e aumentam a fertilidade e drenagem dos solos.

Um exemplo criado há pouco tempo e ainda em construção à data da elaboração desta dissertação, muito próximo do nosso local de intervenção, é o parque urbano do Vale de Chelas, caracterizado como Corredor Verde Oriental.

Este é o maior criado no País, com perto de quatro hectares, contém entre 80 e 100 talhões de cultivo e a sua atribuição é feita por concurso público a moradores da zona, e como são hortas sociais, carecem do pagamento anual de uma taxa de utilização proporcional à área de cada talhão, e mais uma taxa de participação pelos custos suportados pela CML com o funcionamento e manutenção das partes comuns do Parque hortícola, pois todos eles têm direito a abrigos de uso colectivo para aprovisionamento de alfaias e outro material de apoio ao cultivo, e acesso a água para rega.¹⁵⁰

A CML assegura também a formação e acompanhamento técnico no sentido da promoção da agricultura biológica e das boas práticas de cultivo, conceito desenvolvido pela nossa proposta do Centro de Educação Ambiental de Marvila, como espaço onde todas estas práticas seriam aplicadas, ao serviço do munícipe.

¹⁵⁰ In <http://greensavers.sapo.pt/2013/06/09/lisboa-abre-concurso-para-mais-130-talhoes-de-hortas-urbanas>

6.2. PROGRAMA FUNCIONAL PROPOSTO – O CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MARVILA

Um dos grandes desafios que se coloca ao cidadão do século XXI consiste na preservação do ambiente, sendo cada vez mais assumida a necessidade de salvaguarda da equidade entre gerações, assente num modelo de desenvolvimento sustentável.¹⁵¹

Falando agora especificamente do programa proposto para a Quinta dos Alfinetes, abordado já no capítulo 3.2 de uma maneira geral, onde descobrimos a sua origem e objectivos, e a aplicação do mesmo em casos de estudo, que nos servem de base para a elaboração do programa de Educação Ambiental, que aqui iremos apresentar em detalhe todos os espaços que a caracterizam e a quem se destinam.

Este programa pretende, então, a consciencialização de todos os cidadãos para as problemáticas ambientais e a promoção de hábitos saudáveis e sustentáveis a todos os níveis. Pretende-se que ele seja aplicado no ensino geral primário, básico e secundário, numa abordagem desde cedo para estas preocupações, mas também para a população em geral, portanto é um programa abrangente e multigeracional. Estes são o seu público-alvo.

Terá um serviço permanente todo o ano, com docentes próprios e programação constante, para grupos específicos, pontuais ou frequentes, e ensino através de workshops para o público em geral nas variadas temáticas dentro da Educação Ambiental, como ensinamentos no âmbito da agricultura e dos recursos naturais a práticas de reciclagem e compostagem, entre outros.

Em relação à proposta propriamente dita, fazemos uma síntese do programa a implementar nos determinados espaços da Quinta, assim como especificamos a intervenção em cada um deles, com recurso a projectos de referência, e com o intuito de respeitar as pré-existências e valorizar o seu carácter original adaptado à contemporaneidade.

¹⁵¹ Sobre a Educação Ambiental para a Sustentabilidade, consultado em <http://www.dgicd.min-edu.pt/educacaocidadania/index.php?s=directorio&pid=126>

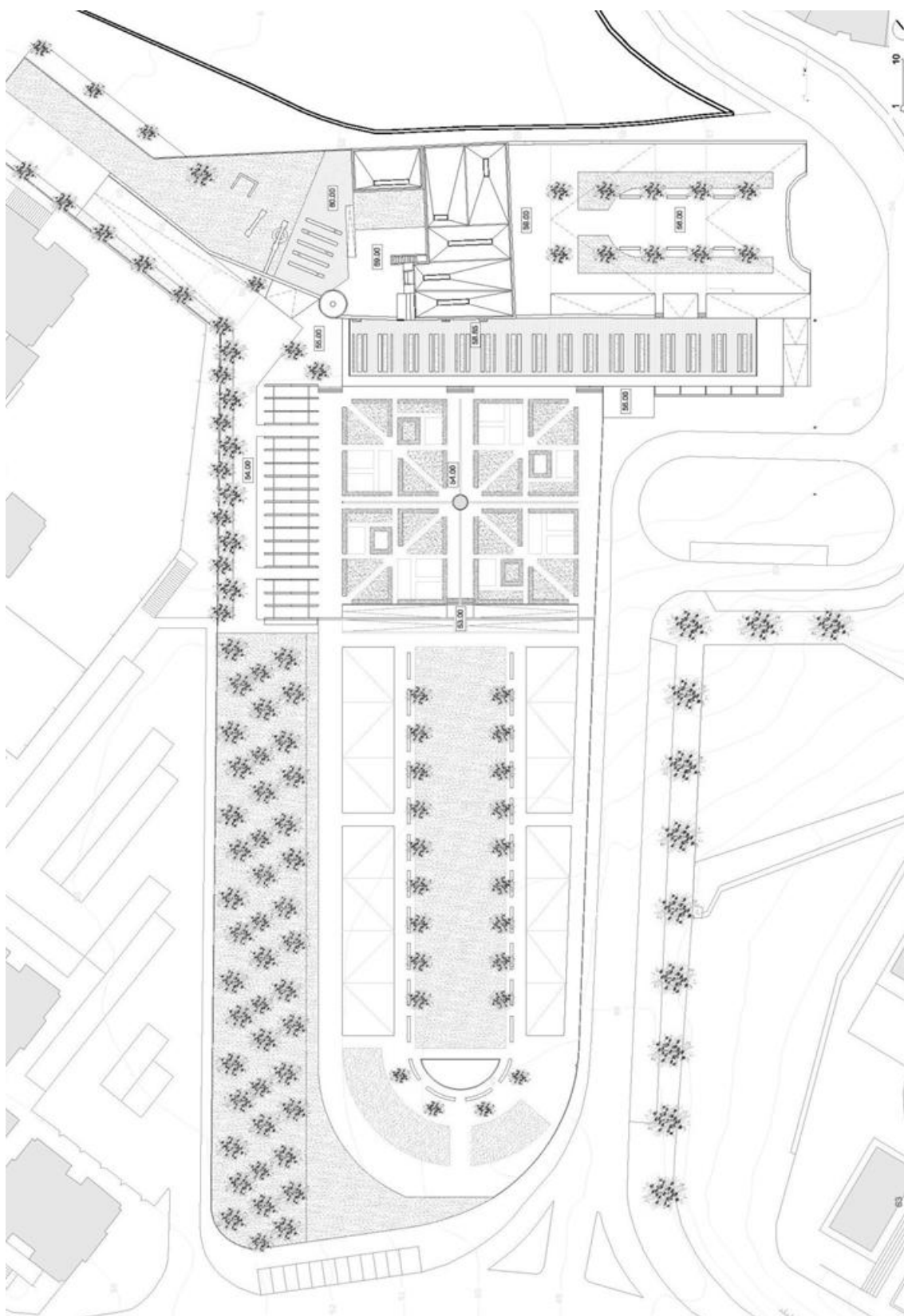


Fig. 40 – Planta de implantação da proposta para a Quinta dos Alfinetes

recinto, prevemos a realização de mercados sazonais realizados pela população, para comercialização de produtos criados pelos próprios, nas hortas urbanas.

*O ambiente urbano característico e particular a uma qualquer cidade histórica revela o seu próprio carácter, com o qual se identificam os seus habitantes. Qualquer paisagem também possui o seu carácter, de tipo particularmente original, o que é relevante na afirmação do carácter de qualquer lugar.*¹⁵³

O edifício novo, a Escola, cria um embasamento novo ao Palácio e dramatiza o sistema hierárquico. Aqui, à cota 55, concentramos o programa dedicado à prática do Ensino, como Salas de aula, Salas de ATL e workshops, um Laboratório, uma Cozinha, Salas de professores, Secretariado, Administração pedagógica.

Dependências e espaços exteriores são criados para apoiar o equipamento, no seu programa mais prático, à cota 54 e 53, como são uma Estufa, um Pomar, um Celeiro e um armazém, que dão apoio às hortas pedagógicas, desenhadas dentro de um recriado Jardim formal ao estilo português.

Uma área de Mata, que faz uma separação física e visual do equipamento privado para as áreas públicas da propriedade e do arruamento circundante, é criado como barreira visual e física; e zonas técnicas de apoio são desenhadas junto às hortas urbanas, dentro do Jardim público. Equipamento com sistemas de retenção de águas e reservatório de água são também propostos para suporte da auto-suficiência do equipamento.

*No sentido da interpretação do “Genius Loci”, na criação da Villa como Lugar, as características topográficas gerais e particulares são elementos determinantes na estruturação e composição arquitectónica do todo. À escala da Villa, esta interpretação expressa-se na complexa interacção entre topografia, geometria e perspectiva, enquanto que à escala da paisagem a Villa domina o panorama em anfiteatro.*¹⁵⁴

Anexo a todo este programa, é projectado um jardim público, a Poente e numa cota mais baixa relativamente ao programa privado da Escola – cotas 52 a 49 – que

¹⁵³ Idem, p. 282.

¹⁵⁴ Ibidem, p. 32.

será dotado de zonas verdes para recreio, como um amplo espaço ajardinado com Pomar, Jardins de cheiros e um espelho de água para frescor sensitivo dos seus utilizadores; hortas urbanas para produção e utilização comunitária, e dependências afectas aos mesmos, distribuídas ao longo do embasamento da Mata, numa parede contínua longitudinal ao espaço.

O Jardim é acedido publicamente por uma entrada independente a Poente, na Rua Dinah Silveira de Queiroz, e uma de cargas e descargas lateral, já na Rua Mário Botas; e todo o espaço será vedado para protecção do mesmo. Do lado oposto a este, e vencendo o desnível entre a cota da Escola e do Jardim público, foi pensado um sistema de rampas de acesso pedonal, para o usufruto visual e permite a sua abertura ao público ocasionalmente.

*A tarefa central do arquitecto é ajudar o homem a encontrar um sítio existencial onde este se possa fixar e existir, concretizando a sua imaginação e fantasias.*¹⁵⁵

De uma forma geral, apresentamos no final deste documento (Anexo I – Programa), uma tabela com a distribuição do programa proposto, categorizado dentro dos vários espaços da Quinta dos Alfinetes, e as suas áreas úteis correspondentes, para uma noção da dimensão global do programa implantado.

Especificamente, e de seguida, será feita uma descrição sobre a distribuição do programa, assim como será abordada a proposta arquitectónica, baseada nos projectos de referência escolhidos, e que posteriormente serão exemplificados com maior detalhe também no fim do Anexo 1.

¹⁵⁵ Christian Norberg-Schulz, *Existencia, Espacio y Arquitectura*, Ed. Blume, Barcelona, 1975, p. 135.

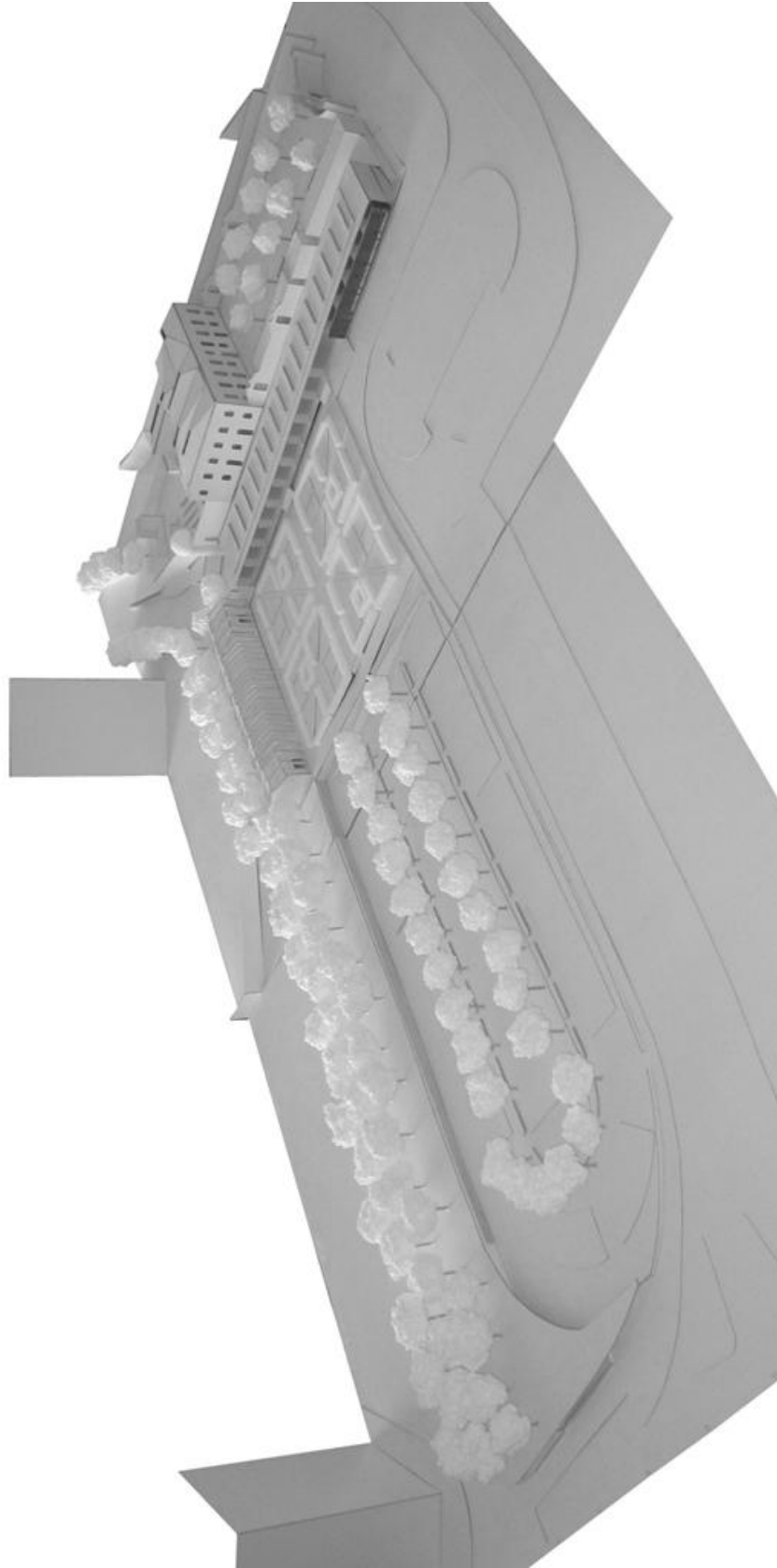


Fig. 42 – Maquete 1/200 da proposta final

6.2.2. ESTRUTURA FUNCIONAL E FRUIÇÃO ESPACIAL

O carácter é determinado pela identidade própria dos objectos que constituem o Lugar, pelos fenómenos concretos que condicionam o habitar e a identificação do Homem com um ambiente espacial determinado. A compreensão do Genius Loci ou espírito do lugar, conceito herdado da Antiguidade, permite-nos reconhecer a realidade concreta a enfrentar e, através da Arquitectura, cumprir a sua principal tarefa de criar as condições ideais para habitar através da fundação de lugares significativos.¹⁵⁶

Em termos arquitectónicos, a nossa proposta tem como principal intensão a recuperação dos elementos originais e de destaque da Quinta de Recreio, que ainda resistiram aos dias de hoje, e adaptá-los ao novo programa proposto.

Este programa, por ter componentes variadas muito ligadas à Natureza e tendo uma dimensão considerável, não caberia somente no espaço físico do Palácio, e também, por forma a criar uma união formal de todo o terreno original, foi necessário projectar uma ampliação, um novo elemento arquitectónico, criado no embasamento do Palácio, disposto longitudinalmente ao eixo principal da Quinta. Este pretende destacar o primeiro como elemento principal e unir o programa educativo ao espaço exterior criado para desenvolver a vertente ambiental do mesmo.

Este espaço exterior é desenvolvido em dois momentos, um ligado à escola e com o intuito pedagógico, e outro público, um espaço de lazer e contemplativo com cariz comunitário, que explicaremos com detalhe mais em diante.

Para usufruir deste novo espaço concebido para a Quinta dos Alfinetes, vamos dividir o percurso narrativo em três momentos específicos, dado que o programa foi concebido para que existissem entradas distintas em várias cotas para o mesmo: uma pela entrada original da propriedade, a Sul, junto da azinhaga dos alfinetes, numa cota mais alta (entrada esta mais pública, local e representativa); outra específica para a Escola, no enfiamento do acesso viário e pedonal da Rua Mário Botas; e uma última pública, de acesso ao jardim público pela rua Dinah Silveira de Queiroz.

¹⁵⁶ Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 280.

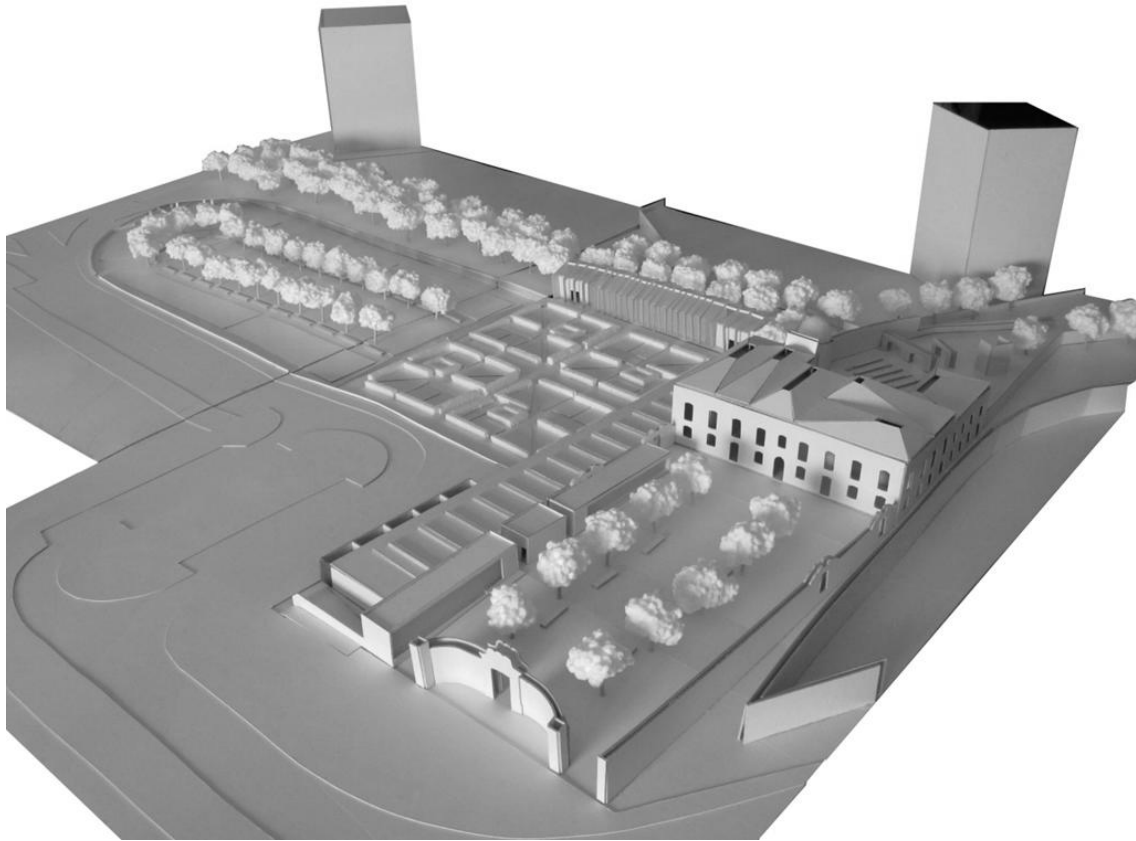


Fig. 43 – Perspectiva aérea sobre a proposta

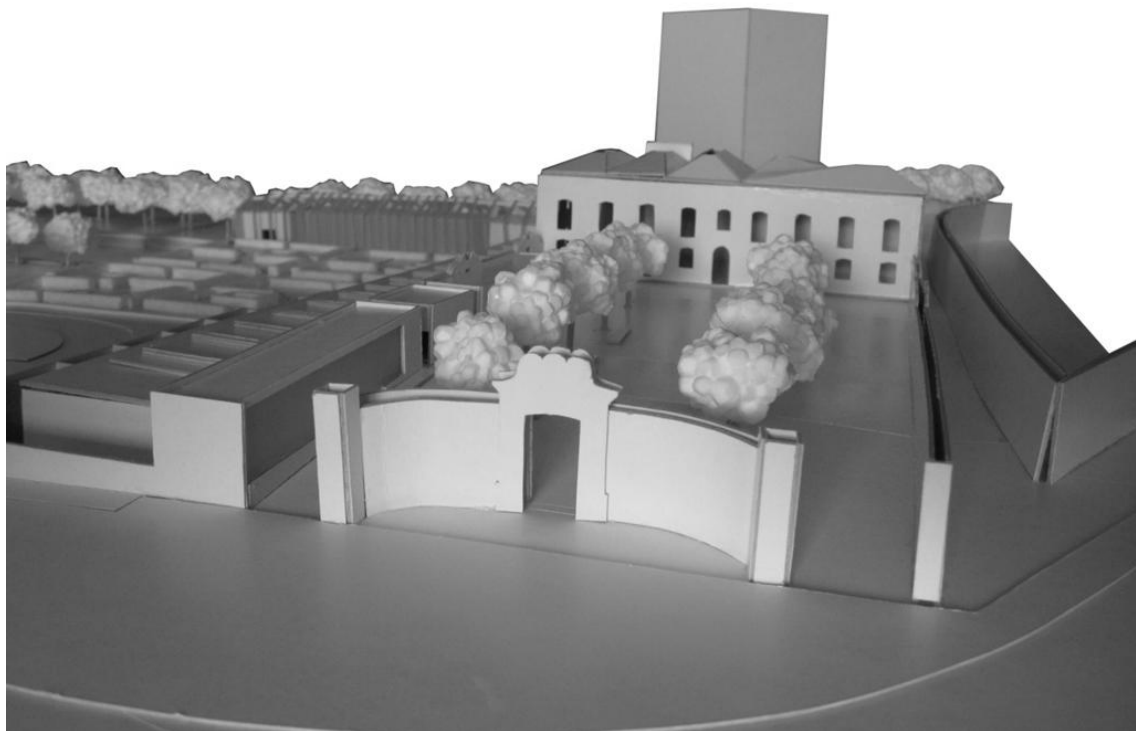


Fig. 44 – Perspectiva sobre a entrada principal

O acesso formal à casa e ao seu terraço principal é feito por uma rua rectilínea ao longo do eixo principal de composição da Villa, no sentido ascendente. Assim, ao aproximar-nos da casa, o caminho de chegada assegura uma aproximação cerimonial e frontal ao edifício. Esta rua é enquadrada lateralmente por densos alinhamentos de árvores que, em certos casos, a cobrem, formando um túnel vegetal.

157

Entramos assim primeiramente no espaço da antiga Quinta dos Alfinetes e novo Centro de Educação Ambiental de Marvila, pela sua entrada nobre, pelo seu pórtico de armas recuperado, e entramos numa atmosfera calma e viva, onde laranjeiras em flor nos recebem com o seu doce aroma e sombra que protege o repouso do seu utilizador nos bancos colocados por debaixo destas, cercando uma área central de circulação e ocasional ocupação para mercado local de venda de produtos produzidos na Escola e nas hortas urbanas pela população local.

À nossa esquerda encontramos três volumes adoçados ao muro existente e reabilitado, e entre eles existem passagens estreitas expectantes, que proporcionam o acesso a uma cobertura acessível com zonas de estar e contemplação.

Como espaços de transição ou de diferenciação, os limiares do Lugar constituem, eles próprios, a uma escala reduzida, lugares simbolicamente identificáveis. Num edifício, estes limiares podem ser portas, janelas, varandas ou escadas, elementos que controlam a permeabilidade dum limite e que definem a descontinuidade espacial. Os limiares permitem, ao mesmo tempo, o atravessamento físico ou visual dum edifício e revelam a natureza do seu limite – uma porta ou uma janela podem revelar a espessura duma parede, a sua presença ou força física.¹⁵⁸

Voltando ao pátio de honra, este antecede a entrada no Palácio, que nos recebe com a sua Sala de Entrada ampla, de duplo pé-direito, banhada de luz zenital por uma cobertura em chaminé, e que distribui o programa pelas suas alas Nascente e Poente em dois pisos, nos programas privados e de duplo pé-direito em zonas como a sala de exposições e a sala de estar afectada à cafetaria.

¹⁵⁷ Idem, p. 81.

¹⁵⁸ Pierre Von Meiss, Op. cit., p.148.

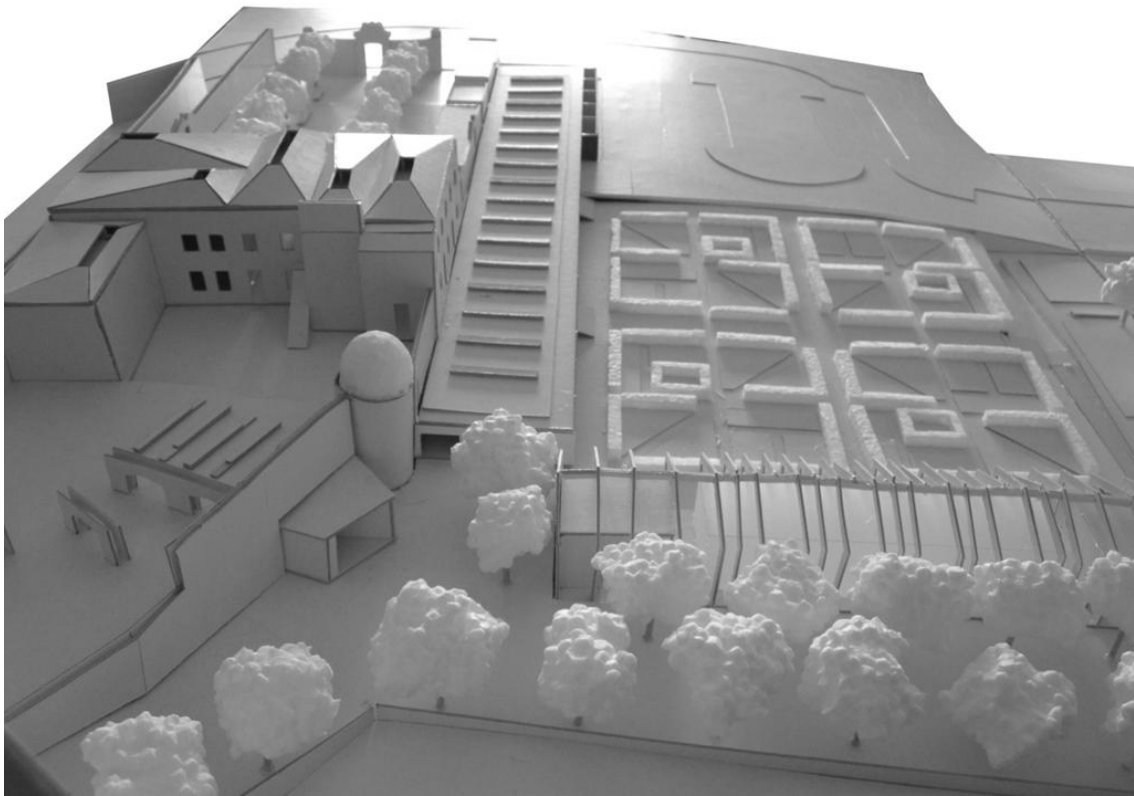


Fig. 45 – Perspectiva sobre a área Norte da proposta

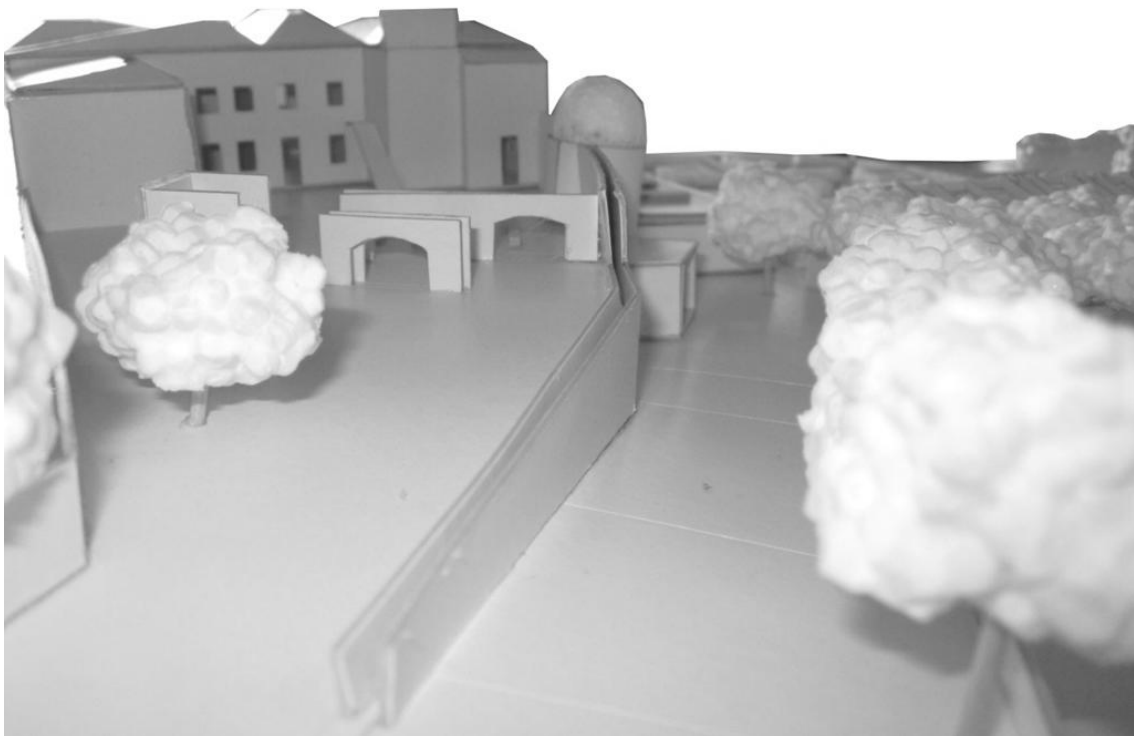


Fig. 46 – Perspectiva sobre o pátio de serviço

*Não se trata aqui de um vestíbulo, no sentido actual, mas do espaço mais importante da casa, que está vocacionado para receber e menos para estar, função mais atribuída à cozinha. Na arquitectura popular esta é a única divisão a que se pode chamar sala.*¹⁵⁹

Também para Norte e já no seu pátio exterior, encontramos uma zona de estar e de realização de programas ao ar livre, um espaço murado e restrito, com acesso também à cobertura contemplativa da Escola a Poente, e de usufruto de elementos pré-existentes como o poço e o seu duplo arco, e o que restou do Torreão.

Em termos arquitectónicos, a expressão que quisemos atribuir ao Palácio, em termos de relação compositiva entre antigo e novo, remete-nos para o projecto de referência escolhido, o projecto do Conservatório de Cascais (ver Anexo I). Ele é exemplo e referência de uma estratégia de destaque formal em promontório, com a ampliação do seu embasamento num toque moderno, destoante dos seus traços clássicos da pré-existência.

Em relação à escolha de cobertura para recuperar o Palácio, escolhemos o projecto da Casa das Histórias Paula Rego, como referência (ver Anexo I), às chaminés de luz imponentes que nos criam uma ambiência interior única, e que desenvolveremos a seguir.

Num segundo momento, entramos então no edifício da Escola, este com a sua orientação total a Poente, com uma métrica regular de vãos envidraçados abertos e debruçados para o Jardim formal, contendo a área pública e educativa, e um elemento aparentemente cerrado, mas cria pequenos pátios exteriores que proporcionam iluminação e ventilação natural, afecto à área administrativa e pedagógica. Este encerramento é feito através de uma caixa em aço corten perfurado, que permite usufruir das vistas para os jardins, pelo interior, e suporta o nome do edifício, afixado à estrutura.

Os acessos criados no seu interior vencem a diferença de cotas entre os dois edifícios em dois pontos distintos no programa, um a Norte com a recuperação do antigo Pombal, adaptado a acesso em escadas ao pátio exterior traseiro do Palácio,

¹⁵⁹ João Vieira Caldas, Op. cit., p. 79

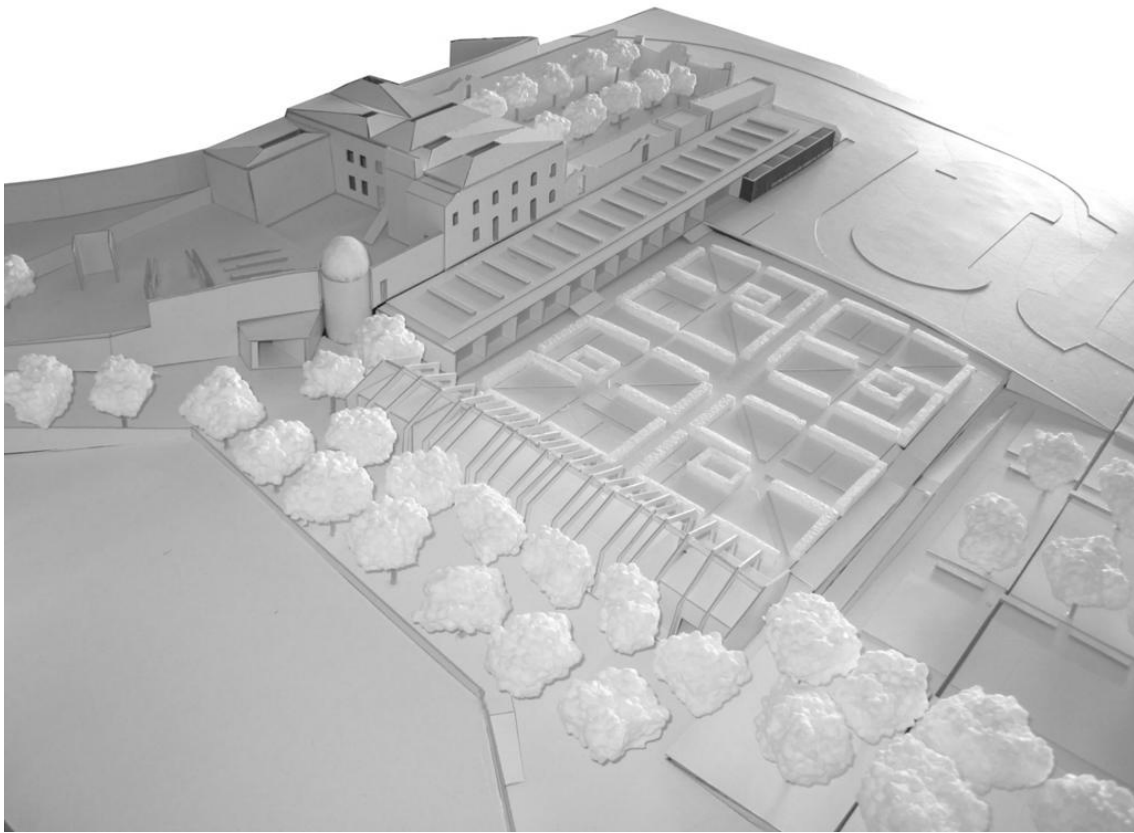


Fig. 47 – Perspectiva aérea sobre a proposta

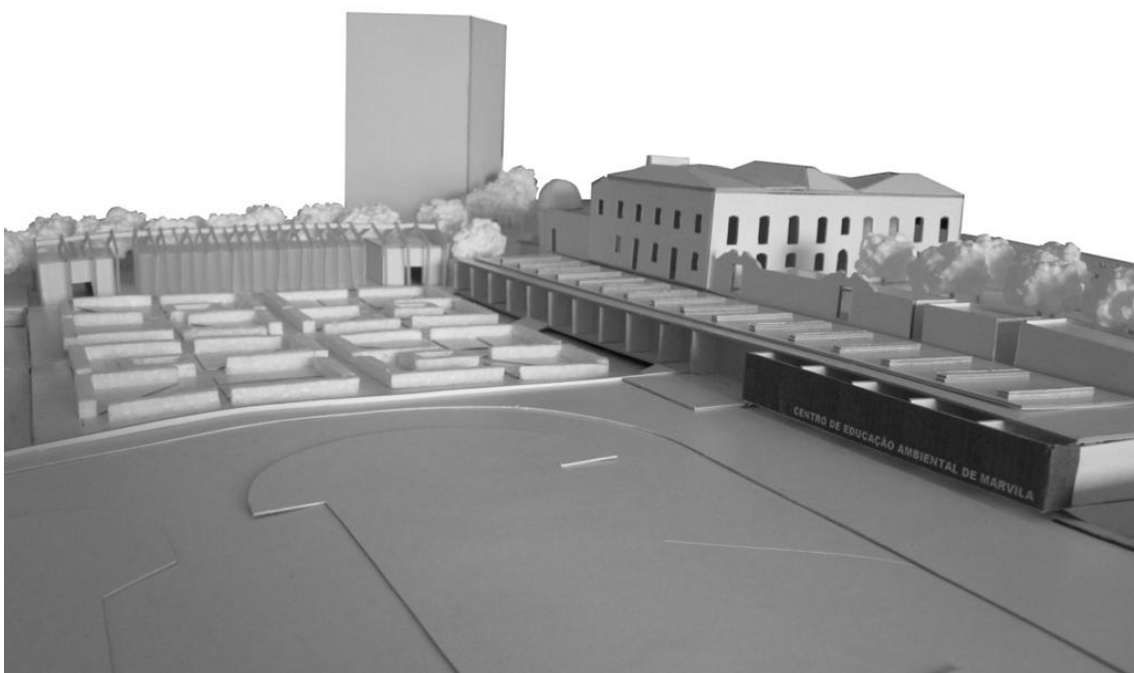


Fig. 48 – Perspectiva sobre a entrada da Escola

e outro, junto à entrada da Escola, de acesso à cota do Pátio de Entrada. Existe outro acesso que faz a ligação do piso de estacionamento ao nível da entrada da Escola, este apenas de usufruto particular do C.E.A.M.

Como projecto de referência arquitectónico para este novo elemento, escolhemos o projecto da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre (ver Anexo I), pela sua relação com a envolvente, num dramatizar da sua implantação e pelas características espaciais de relações entre os espaços interiores e a sua relação com o exterior.

Sáímos por momentos do edifício da Escola e acedemos aos seus jardins. Aí encontramos um novo edifício disposto perpendicularmente ao primeiro, ladeando o Jardim formal e as suas hortas pedagógicas.

A fruição da Quinta de recreio passa também pelo habitar de espaços definidos por construções que pontuam os seus jardins, hortos e Pomares em locais estrategicamente escolhidos – as Arquitecturas de Prazer. Estes são de carácter mais tectónico – casas de prazer ou regalo (também conhecidas por casas de fresco) ou integram vegetação viva – caramanchões.¹⁶⁰

Este edifício alberga uma Estufa, um pequeno Celeiro e um armazém de apoio a todo o espaço. Pode caracterizar-se formalmente como um caramanchão, devido à imagem dada ao mesmo, de uma métrica de pilares e vigas em duas águas, mimetizando uma Arquitectura vernacular, como que uma segunda pele que reveste e protege os espaços interiores criados.

Estes espaços interiores, os extremos são cubos opacos que albergam respectivamente o Celeiro e o Armazém, são acessíveis por portões transversais, alinhados por entre a estrutura exterior, e no centro situa-se a Estufa, um espaço luminoso e transparente, cheio de cores e cheiros. A influência arquitectónica para a criação deste edifício, está no projecto de referência do Fluviário de Mora, do atelier Promontório (ver Anexo I).

¹⁶⁰ Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 380.



Fig. 49 – Perspectiva sobre o Jardim Público



Fig. 50 – Perspectiva sobre as hortas urbanas do Jardim Público

*As Arquitecturas de Prazer reflectem, em nossa opinião, de forma ímpar o modo como se vive e frui a Quinta de Recreio e é através delas que melhor se compreendem a essência e poética do jardim Português.*¹⁶¹

O Jardim formal, referido anteriormente, foi executado tendo como referência o conceito de Jardim Português de Aurora Carapinha, um jardim que se relaciona directamente com as Hortas pedagógicas e com Arquitecturas de prazer, uma união entre a fruição recreativa e o cultivo de produção.

*A pequena área relativamente ao todo da Quinta, que ocupa o jardim formal, espaço intencionalmente com valor estético, não corresponde, segundo A. Carapinha, a uma menor expressão da arte dos jardins em Portugal na comparação com o resto da Europa. Bem pelo contrário, a versatilidade, especificidade e riqueza criativa do jardim português fundamenta-se pela não existência de limite na fruição do ambiente de jardim em todos os outros espaços como hortas e pomares que conferem à quinta o seu carácter de predominância agrícola (...).*¹⁶²

Por último então, encontramos a entrada para o Jardim público, no extremo Poente do terreno, uma entrada protegida por uma cobertura verde que proporciona um momento de pausa e de protecção antes da entrada do recinto. Neste ponto somos bafejados pelos sentidos, onde jardins de cheiros se nos apresentam, rodeando um espelho de água e alguns elementos arbóreos, num momento de estar, que antecede um eixo central de espaço verde amplo, ladeado de árvores de frutos, pelos seus bancos de repouso momentâneo e pelos campos de Hortas urbanas loteadas.

Lateralmente, encontramos um paramento alto com várias portas de acesso a pequenos anexos de apoio a cada lote de horta. Este faz um remate elegante a Norte do Jardim e cria um embasamento e diferenciação de cotas entre este e o espaço da Mata.

A escolha dos materiais e dos sistemas construtivos para a recuperação do existente e para as novas construções prenderam-se com opções de coerência formal e estética, e de co-dependência entre a estrutura nova e a antiga. De uma forma geral, o projecto será executado em betão branco aparente, em todas as construções novas,

¹⁶¹ Aurora da Conceição Parreira Carapinha, Conferência “O Imaginário e a Natureza” no Palácio Fronteira, Abril de 1997, citado por Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 341.

¹⁶² Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p. 268.

e o existente será recuperado e acabado em reboco com tinta branca, para uma união formal pretendida. Foram referidos também, ao longo da dissertação, Casos de estudo que nos deram as bases para realizarmos a nossa intervenção, ao nível das materialidades escolhidas. Falaremos sobre a escolha de materiais, em maior detalhe, no Anexo I – Materialidades.

Mostramos também neste anexo, os projectos de referência, falados em cada momento do percurso narrativo, como relevantes para a proposta da C.E.A.M. da Quinta dos Alfinetes.

7. CONCLUSÃO

Construir significa, antes de tudo, criar, definir e limitar uma porção de terreno distinto do resto do Universo, e atribuir-lhe um papel particular. O limite cria o interior e o exterior. Cada espaço durável é marcado por limites – casa, cidade, etc.

Referimo-nos ao limite quando sabemos que estamos dentro, ou em casa, neste mundo.

O Homem que clareia um pedaço de terreno rapidamente marca as fronteiras da sua conquista. O limite dum Lugar implica controle por uma pessoa ou um grupo sobre o que acontece dentro, no seu espaço.¹⁶³

¹⁶³ Pierre Von Meiss, *Elements of Architecture – From Form to Place*, E & FN Spon Ed., London, 1990, citado por Amílcar de Gil e Pires, Op. cit., p.148.

O espaço e Lugar da Quinta dos Alfinetes tem o seu carácter histórico e cultural, pelas suas raízes arquitectónicas, por todos que dele tiraram partido e usufruíram, e a nossa pretensão foi atribuir-lhe um novo sentido e carácter, mais adaptado à cultura actual e às necessidades práticas do mesmo, num sentido de preservação de um marco histórico, de património arquitectónico, em sinergia com a sua identidade própria.

A proposta de um programa de Educação Ambiental pretendeu ser um mimetizar da função original da propriedade da Quinta de Recreio, de cultivo, lúdico e agora complementar-lhe a função educativa ligada à agricultura e ao ambiente.

Toda a pesquisa histórica, análise formal e espacial do espaço, aliadas à pesquisa teórica sobre Projectar com o Lugar e com os processos de preservação sustentável do património arquitectónico contribuíram, consubstanciado com casos de estudo relevantes para os temas em destaque, para a elaboração do projecto de intervenção, recuperação e revitalização da propriedade da Quinta dos Alfinetes.

Pretendeu-se também que a proposta arquitectónica, de uma maneira geral, pudesse valorizar o património existente (e original) e destacá-lo na paisagem, sendo que todo o construído novo é executado ao nível do embasamento do Palácio e intervenções superiores não se destacam em relação ao existente.

Na sua dimensão local, era nossa intenção torná-lo um equipamento ao dispor da comunidade, que fomentasse trocas humanas, culturais e educativas a tentar também recuperar o Homem, em todos os seus níveis – pessoal, familiar e profissional – por ser esse, um dos objectivos da Arquitectura.

(16.492 Palavras)

8. BIBLIOGRAFIA

- . ABALOS, Iñaki, ***A Boa-Vida, Visita guiada às casas da modernidade***, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2003.
- . ABREU, Pedro Marques de, ***Palácios da Memória, Percorso crítico sobre o restauro da Arquitectura***, FAUTL, Lisboa, 1997.
- . AUGÉ, Mark, ***Não-Lugares, Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade***, Bertrand Editora, Venda Nova, 1994.
- . CALDAS, João Vieira, ***A Casa Rural nos Arredores de Lisboa no Século XVIII***, FAUP, Porto, 1999.
- . CARAPINHA, Aurora da Conceição Parreira, ***Da Essência do Jardim Português***, Tese de Doutoramento no Ramo de Artes e Técnicas da Paisagem, Universidade de Évora, Évora, 1995.
- . CHOAY, Françoise, ***A alegoria do Património***, Lisboa, Edições 70, 2000
- . CHING, Francis D.K., ***Arquitectura, forma, espaço e ordem***, Editora Martins Fontes, 3ª edição, 2002.
- . CONSIGLIERI, Carlos et al., ***Pelas freguesias de Lisboa. Lisboa Oriental: S. João, Beato, Marvila, Sta. Maria dos Olivais***, CML, Lisboa, 1993.
- . GOMES, Cândido Chuva, ***Centro de Educação Ambiental de Santa Iria da Azóia***, in Arq./A: Revista de Arquitectura e Arte, nº1, Junho 2000.
- . GORJÃO JORGE, José Duarte, ***Lugares em Teoria***, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2007.
- . NEVES, J. Cassiano, ***Jardins e Palácios dos Marqueses da Fronteira***, Imprensa Portuguesa, Lisboa, 1941.
- . NEVES, José Manuel das, ***Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental***, in Arquitectura Ibérica – Reabilitação, nº30, Caleidoscópio, Lisboa, Fevereiro 2009, pp122-131.
- . NORBERG-SCHULZ, Christian, ***A paisagem e a obra do homem***, in Arquitectura, revista de arte e construção, n.º 102 (Mar.-Abr.), Lisboa, 1968.
- . NORBERG-SCHULZ, Christian, ***Existencia, Espacio y Arquitectura***, Ed. Blume, Barcelona, 1975.
- . NORBERG-SCHULZ, Christian, ***Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture***, Ed. Rizzoli, New York, 1984.
- . PEREIRA, José Fernandes, ***Arquitectura Barroca em Portugal***, Biblioteca Breve, vol. 103, 2ª Ed., ICALP, ME, Lisboa, 1992.

- . PEREIRA, Paulo, **Património Edificado, Pedras angulares**, Aura. Estudos e projectos de arte – Lda, 2005.
- . PIRES, Amílcar de Gil e, **Vilegiatura e Lugar na Arquitectura Portuguesa**, FAUTL, Lisboa, 2008.
- . ROCHA, João Álvaro, **Quinta da Gruta - Reabilitação**, Edições Asa, Porto, 2003.
- . SANTANA, Francisco, **Lisboa na 2ª metade do século XVIII: Plantas e descrições das suas freguesias**, Anuário Comercial de Portugal, Lisboa, (sem data).
- . SOCZKA, Luís, **Contextos Humanos e Psicologia Ambiental**, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005, p. 133.
- . SPELLER, Gerda M., **A importância da vinculação ao Lugar, Contextos humanos e psicologia ambiental**, org. Luis Soczka, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2005, pp. 133-167.
- . STOOP, Anne de, **Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa**, Livraria Civilização Ed., Porto, 1990.
- . TAVORA, Fernando, **Da Organização do Espaço**, FAUP Publicações, Porto, 1999.

Publicações

- . MARTINS, Ana Cristina, **Património Histórico-cultural: a emergência das (re)formas (do Liberalismo ao Republicanismo)**, 1ª parte, in Património, Estudos, nº 5, IPPA, Lisboa, 2003, p. 45.
- . PEREIRA, Paulo, **Intervenções Arquitectónicas recentes no património edificado**, in Jornal Arquitectos, nº 213, Nov/Dez, 2003.
- . FERNANDES, Inês Pires, **Projectar com o Lugar, Reabilitação do Palácio das Obras Novas: Centro de Investigação e Valorização Ambiental**, Tese para obtenção do grau de mestre em Arquitectura, FAUTL, Lisboa 2011.
- . PIRES, Amílcar de Gil e, **Carácter da Arquitectura e do Lugar**, in Artitextos, nº6, Julho 2008, pp. 107-120.
- . PIRES, Amílcar de Gil e, **Fenomenologia da Arquitectura**, in Artitextos, nº9, Maio 2010, pp. 209-224.
- . PIRES, Amílcar de Gil e, **O Entendimento Fenomenológico do Lugar – Experiência e Compreensão da Arquitectura a partir de uma abordagem Fenomenológica e estética**,

in Ar-Cadernos da Faculdade de Arquitectura, nº8, Primeiro Seminário Internacional sobre Fenomenologia e Genealogia, Lisboa.

. PIRES, Amílcar de Gil e, ***O Lugar da Quinta de Recreio na Periferia de Lisboa***, in Arte e Teoria – revista do Mestrado em teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes U.L., nº9, Lisboa, 2007, pp. 79-91.

. PIRES, Amílcar de Gil e, ***O Lugar da Villa Renascentista na Arquitectura Portuguesa, Investigação por um Património Sustentável***, in Uma Utopia Sustentável: Arquitectura e Urbanismo no Espaço Lusófono: Que Futuro?, Edição da FAUTL, Lisboa, pp-252-259.

. PIRES, Amílcar de Gil e, ***Projectar no Lugar: intervenção numa Quinta de Recreio do séc. XVIII – relatório de uma aula***, Prova de aptidão pedagógica e capacidade científica, FAUTL, Lisboa, Dezembro 1997.

. SILVA, Augusto Vieira da, ***Plantas topográficas de Lisboa. Publicações comemorativas do VII centenário da tomada de Lisboa aos Mouros***, Lisboa, 1947, CML, Lisboa, 1950.

. TOMÉ, Miguel, ***Património e Restauro em Portugal (1920-1995)***, FAUP Publicações, Porto, 2002.

. CARTA DE VENEZA, ***II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos***, Veneza, Maio 1964.

. CARTA DE CRACÓVIA 2000, ***Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído***, Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000.

Páginas Web

. Câmara Municipal de Lisboa – *Arquivo Municipal de Lisboa* – Imagens e plantas originais da Quinta dos Alfinetes. Disponíveis em <<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>>

. Blog de autor – *Ruin'arte* – Imagens e informação sobre a Quinta dos Alfinetes. Disponível em <<http://ruinarte.blogspot.pt/2010/01/palacio-da-quinta-dos-alfinetes-ou-do.html>>

. Gebalis – Os nossos bairros – Informação sobre o Bairro dos Alfinetes. Disponível em <<http://www.gebalis.pt/site/html/alfinetes.html>>

- . Governo de Portugal – *Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico* – Informação sobre a Quinta dos Alfinetes. Disponível em
<<http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70587/>>
- . Junta de Freguesia de Marvila – *Junta de freguesia de Marvila* – Informação sobre a freguesia. Disponível em
<http://www.jf-marvila.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=35&Itemid=57>
- . Blog de autor – *Archdaily* – Informação sobre Casa dos Cubos. Disponível em
<<http://www.archdaily.com/202783/casa-dos-cubos-embaixada-arquitectura/>>
- . Câmara Municipal de Torres Vedras – *Câmara Municipal de Torres Vedras* – Informação sobre Centro Educação Ambiental de Torres Vedras. Disponível em
<<http://cm-tvedras.pt/ambiente/educacao-para-sustentabilidade/cea>>
- . João Álvaro Rocha – *João Álvaro Rocha* – Informação sobre a Quinta da Gruta. Disponível em
<<http://www.joaoalvarorocha.pt/quintadagruta/quintadagrutapt.html>>
- . Europa concorsi – *Europaconcorsi* – Informação sobre a Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre. Disponível em <<http://www.europaconcorsi.com/projects/204265-Hotel-and-Catering-School>>
- . Fernando Guerra – *Últimas Reportagens* – Imagens do Conservatório de Música de Cascais. Disponível em <<http://ultimasreportagens.com/247.php>>
- . Blog de autor – *Archdaily* – Informação sobre o Fluviário de Mora. Disponível em
<<http://www.archdaily.com/4921/mora-river-aquarium-promontorio-architecture/>>

9. ÍNDICE DE IMAGENS

Fotografia de capa: Fotografia da fachada principal do Palácio da Quinta dos Alfinetes, por volta de 1969, já degradado após o incêndio de 64.

Fonte: Arquivo fotográfico Municipal de Lisboa

Fig. 1 – Casa dos Cubos, Embaixada Arquitectos..... 28

Imagem retidada de:

<<http://www.archdaily.com/202783/casa-dos-cubos-embaixada-arquitectura/>>

Fig. 2 – Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras, ASPMM Arquitectos 34

Imagem retidada de:

<<http://cm-tvedras.pt/ambiente/educacao-para-sustentabilidade/cea>>

Fig. 3 – Quinta da Gruta, Arq. João Álvaro Rocha..... 36

Fotografia de autor e imagens retiradas de:

<<http://www.joaoalvarorocha.pt/quintadagruta/quintadagrutapt.html>>

Fig. 4 - Silva Pinto, Lisboa, 1758 50

Fonte: Francisco Santana, *Lisboa na 2ª metade do século XVIII: Plantas e descrições das suas freguesias*, Anuário Comercial de Portugal, Lisboa, (sem data).

Fig. 5 – Silva Pinto, Zona Oriental Lisboa, 1835..... 50

Fonte: Francisco Santana, *Lisboa na 2ª metade do século XVIII: Plantas e descrições das suas freguesias*, Anuário Comercial de Portugal, Lisboa, (sem data).

Fig. 6 – Silva Pinto, Marvila, 1910..... 52

Fonte: Augusto Vieira da Silva, *Plantas topográficas de Lisboa. Publicações comemorativas do VII centenário da tomada de Lisboa aos Mouros, Lisboa, 1947*, CML, Lisboa, 1950.

Fig. 7 – Carta militar, Marvila, 1975..... 52

Fonte: Augusto Vieira da Silva, *Plantas topográficas de Lisboa. Publicações comemorativas do VII centenário da tomada de Lisboa aos Mouros, Lisboa, 1947*, CML, Lisboa, 1950.

Fig. 8 – Carta militar, Marvila, 1993..... 54

Fonte: Augusto Vieira da Silva, *Plantas topográficas de Lisboa. Publicações comemorativas do VII centenário da tomada de Lisboa aos Mouros, Lisboa, 1947*, CML, Lisboa, 1950.

Fig. 9 – Linhas de água a traço contínuo e linhas de festo a tracejado..... 54

Fonte: Augusto Vieira da Silva, *Plantas topográficas de Lisboa. Publicações comemorativas do VII centenário da tomada de Lisboa aos Mouros, Lisboa, 1947*, CML, Lisboa, 1950.

Fig. 10 – Imagem carta militar Marvila 2007..... 56

Fonte: Augusto Vieira da Silva, *Plantas topográficas de Lisboa. Publicações comemorativas do VII centenário da tomada de Lisboa aos Mouros, Lisboa, 1947*, CML, Lisboa, 1950.

Fig. 11 – Imagem aérea implantação Quinta dos Alfinetes actual 56

Fonte: Google Maps

Fig. 12 – Silva Pinto, Quinta dos Alfinetes, Marvila, 1910 – eixos estruturais.....	58
Composição com elementos de autor, fonte: Arquivo fotográfico Municipal de Lisboa	
Fig. 13 – Silva Pinto, Quinta dos Alfinetes, Marvila, 1910 – estrutura da Quinta.....	58
fonte: Arquivo fotográfico Municipal de Lisboa	
Fig. 14 – Esquema de composição da Quinta actual em contraste com a original de 1910	62
Esquema de autor com base na cartografia de Lisboa	
Fig. 15 – Planta de cobertura e planta do piso térreo original	64
Esquema de autor com base na cartografia de Lisboa	
Fig. 16 – Esquema compositivo de geometrias e eixos.....	66
Esquema de autor com base na cartografia de Lisboa	
Fig. 17 – O quadrado como regra de composição arquitectónica	66
Esquema de autor com base na cartografia de Lisboa	
Fig. 18 – Os eixos regradores da composição	66
Imagens retiradas de João Vieira Caldas, <i>A Casa Rural nos Arredores de Lisboa no Século XVIII</i> , FAUP, Porto, 1999.	
Fig. 19 – Alçado existente Nascente	68
Desenho gráfico de levantamento actual da Quinta dos Alfinetes	
Fig. 20 – Perspectivas da propriedade pela Azinhaga dos Alfinetes	68
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 21 – Alçado existente Poente	68
Desenho gráfico de levantamento actual da Quinta dos Alfinetes	
Fig. 22 – Perspectiva sobre o Pátio de Entrada	68
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 23 – Alçado existente Sul.....	68
Desenho gráfico de levantamento actual da Quinta dos Alfinetes	
Fig. 24 – Perspectiva da Rua Mário Botas	70
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 25 – Alçado interior pelo Pátio de Honra	70
Desenho gráfico de levantamento actual da Quinta dos Alfinetes	
Fig. 26 – Perspectiva interior do Pátio de Honra	70
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 27 – Alçado existente Norte	70
Desenho gráfico de levantamento actual da Quinta dos Alfinetes	
Fig. 28 – Perspectiva interior do Pátio de serviço.....	70
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 29 – Perspectiva junto da fachada Poente sobre o terreno, onde deveria existir o Jardim formal	72

Montagem com fotografias de autor	
Fig. 30 – Perspectivas exteriores da propriedade	76
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 31 – Perspectivas interiores do Palácio	76
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 32 – Perspectivas do Torreão, estrutura do poço, Pombal e fachada Poente da Quinta	76
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 33 – Estado de conservação dos interiores do Palácio.....	76
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 34 – Perspectiva sobre hortas clandestinas na propriedade	80
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 35 – Proposta de demolições gerais da Quinta dos Alfinetes	82
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 36 - Planta de demolições Piso 0.....	84
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 37 – Planta de demolições Piso 1.....	84
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 38 – Hortas urbanas da Quinta da granja, Lisboa.....	86
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 39 – Hortas urbanas do Parque Urbano do Vale de Chelas, Bela Vista, Lisboa.....	86
Montagem com fotografias de autor	
Fig. 40 – Planta de implantação da proposta para a Quinta dos Alfinetes	90
Desenho de autor	
Fig. 41 – Organigrama funcional.....	91
Desenho de autor	
Fig. 42 – Maquete 1/200 da proposta final.....	94
Maquete de autor	
Fig. 43 – Perspectiva aérea sobre a proposta	96
Maquete de autor	
Fig. 44 – Perspectiva sobre a entrada principal.....	96
Maquete de autor	
Fig. 45 – Perspectiva sobre a área Norte da proposta.....	98
Maquete de autor	
Fig. 46 – Perspectiva sobre o pátio de serviço	98
Maquete de autor	

Fig. 47 – Perspectiva aérea sobre a proposta	100
Maquete de autor	
Fig. 48 – Perspectiva sobre a entrada da Escola.....	100
Maquete de autor	
Fig. 49 – Perspectiva sobre o Jardim Público	102
Maquete de autor	
Fig. 50 – Perspectiva sobre as hortas urbanas do Jardim Público	102
Maquete de autor	
Fig. 51 – Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre. Arq. Souto Moura+Arq. Graça Correia.	132
Imagens retiradas de:	
< http://www.europaconcorsi.com/projects/204265-Hotel-and-Catering-School >	
Fig. 52 – Conservatório de Música de Cascais. ARX Arquitectos.	134
Imagens retiradas de:	
< http://www.arx.pt/pt/construido/184-conservatorio-musica-cascais >	
Fig. 53 – Casa das histórias Paula Rego – Cascais, Arq. Souto Moura.....	136
Desenho de autor	
Fig. 54 – Fluviário de Mora, Promontório Arquitectos.	138
Imagens retiradas de:	
< http://www.archdaily.com/4921/mora-river-aquarium-promontorio-architecture/	
>	

10. ANEXOS

I – Memória Descritiva

Propõe-se neste trabalho de Projeto Final de Mestrado, dentro do tema «Projectar com o Lugar» a realização de uma proposta de recuperação do objecto de estudo, a Quinta dos Alfinetes, em Marvila – do seu palácio numa cota mais elevada e do seu contíguo terreno – um terreno que se encontra expectante e disponível para um novo propósito.

O Lugar físico do local de intervenção encontra-se delimitado e definido fisicamente por arruamentos que se foram criando para suprir necessidades de ligação viárias entre os muitos aglomerados habitacionais criados aos longo das últimas décadas com a zona centro de Marvila. A Norte, o local é confrontado por uma barreira visual, um conjunto de edifícios de habitação coletiva em torre e atrás deste pela Av. Paulo VI, um dos arruamentos principais. A Nascente, a azinhaga dos Alfinetes, um estreito caminho ladeado por uma fachada lateral do Palácio e um muro da propriedade adjacente. A Sul configura-se a rua Mário Botas e um equipamento público, a escola básica de Marvila, e a Poente localiza-se a rua Dinah Silveira Queirós, que distribui a circulação que envolve o local e lhe dá acesso.

O facto deste terreno ter este contorno, levou a que o mesmo se tornasse uma ilha que foi ficando por resolver, enquanto pequenos pedaços do território original da Quinta dos Alfinetes foram-se perdendo entre expropriações, retirando-lhe a sua verdadeira grandeza.

O nosso objetivo, em termos de proposta de intervenção, passa por atribuir ao antigo Palácio um programa digno de apoio cultural e comunitário, e construindo um novo volume, que lhe é anexo e que ira albergar um programa educativo complementar, permitindo que todo o programa funcione como um só, numa sinergia entre o reabilitado e o construído.

A área de intervenção física da nova construção não se pretende que tenha demasiado destaque no terreno, pois o objectivo é que o restante terreno adjacente possa ser utilizado para apoio do programa proposto e dotar a freguesia de um espaço público com preocupações sustentáveis, ambientais e de apoio comunitário, como a

criação de hortas urbanas que sirvam de estímulo à população para seu próprio suporte pessoal e familiar.

Este novo volume irá valorizar o Lugar de destaque que possui o antigo Palácio como elemento mais elevado do terreno, e irá criar-lhe um embasamento que surge abaixo da sua corte de soleira, esguio e contínuo ao longo do seu eixo original da planta da propriedade, e irá ligar-se com o Palácio e com a cota de entrada da propriedade através de volumes verticais de acessos a Norte, pontualmente ao longo do muro original de limite da propriedade nobre e, a Sul, com um programa de apoio comunitário, que inclui a gestão das hortas urbanas junto ao pórtico da entrada.

Afecto a este mas posicionado a Norte e disposto perpendicular ao primeiro, é criado um edifício de apoio, com programa ligado às práticas da agricultura que se associará a hortas pedagógicas e com uma zona de Pomar, na mesma orientação axial deste edifício. No remate entre estes dois novos edifícios e o espaço para cultivo, será deixado um espaço amplo impermeável que permitirá que todo o novo projeto possa dialogar com a organização original da propriedade, um Jardim Formal, que permite contemplar todas estas novas relações visuais entre o novo e o antigo, e associar-se a este na sua distribuição arquitectónica.

Relativamente ao espaço destinado ao público, este será projectado a uma cota inferior à anterior junto ao sector Poente do Lugar, numa intenção de delimitar fisicamente o espaço privado do público. A Norte e debaixo do eixo da Mata será criada uma fachada com anexos de apoio às hortas urbanas, que permitirá uma linguagem mais limpa no campo da execução dos seus limites. Estas hortas serão dispostas em conjuntos de dois lotes pelo terreno e intercaladas com zonas de estar e arborização complementar, orientadas por forma a criar um eixo visual para quem entra no espaço a Poente tenha uma visão orientada para o Palácio, marcando-o como elemento principal daquele espaço.

O Programa

O programa proposto é organizado por forma a dispor os espaços nobres no edifício principal, o Palácio, como Auditório, espaço expositivo, Biblioteca, Investigação, Administração, Presidência e Cafeteria. No edifício de embasamento, a Escola, os espaços de educação e administrativos, como as Salas de aula, Laboratórios, Cozinha, Salas de convívio, Vestiários, Secretaria e Docência. Relativamente ao edifício de apoio às hortas pedagógicas será dotado de Celeiro, Viveiro de plantas cultivadas e Estufa.

De seguida apresentamos uma tabela com o programa geral e as suas respectivas áreas.

DESIGNAÇÃO	ÁREAS m2
<u>Pátio de Honra</u>	258
. Mercado	150
- Gestão de Hortas e Mercado	70
- Arrumos	10
- I.S. Masculina 7	12
- I.S. Feminina 6	12
- I.S. Deficientes 5	4
<u>Palácio</u>	783,60
. Sala de Entrada	96,90
. Administração	100,90
- Administração 1	30,40
- Administração 2	19,6
- Sala Presidência	45,30
- Arquivo	4,20
- I.S. 4	1,40
. Biblioteca/Investigação	319,40
- Espaço Exposição	107
- Biblioteca	100
- Recepção/Arquivo	23
- Investigação	64
- I.S. Masculina 2	7,30
- I.S. Feminina 1	7,30
- I.S. Deficientes 3	4,90
- Arrumos	5,90
. Bar	119
- Cafeteria	24

- Zona de Estar	90
- Lixos	5
. Auditório	124
- Foyer	22
- Sala	102
. Zona Técnica	23,40
- Segurança/Quadros	11,70
- Vestiário	11,70
<u>Escola</u>	997,90
. Átrio Entrada	97,50
. Ensino	335
- Sala Recepção	32
- Sala ATL 1	32
- Sala ATL 2	32
- Sala Aula 1	32
- Sala Aula 2	32
- Sala Aula 3	32
- Sala Aula 4	32
- Sala Convívio	32
- Laboratório	32
- Cozinha	32
- I.S. Masculina 8	7,50
- I.S. Feminina 9	7,50
. Administração	235,50
- Secretaria	32
- Tesouraria	32
- Sala Reuniões	32
- Sala Professores 1	32
- Sala Professores 2	32
- Arrumos	27
-Arquivo	27
- I.S. Masculina 12	7,50
- I.S. Feminina 11	7,50
- I.S. Deficientes 10	6,50
. Estacionamento	587
- Acesso	18
- Estacionamento	530
- Arrumos Mercado	39
. Zona Técnica	77,90
- Área Técnica	16,30
- Lixos	18
- Avac's	79,80
- Reservatório Água	42,80
<u>Estufa</u>	500,80

. Celeiro	45,40
. Estufa	240
. Armazém	45,40
. Pomar	170
<u>Jardim Formal e Hortas Pedagógicas</u>	1790
<u>Jardim Público</u>	3303,60
. Hortas Urbanas	1322
. Anexos	150
. Espelho água	69
. Jardim cheiros	416,40
. Jardim	1346,20
<u>Mata</u>	2085
TOTAL Construído s/ circ.	2690,30
TOTAL s/circ.	7633,90

Materialidades

O sistema construtivo adoptado, de uma maneira geral, para todos os edifícios propostos e recuperados, foi o betão branco aparente, pela sua facilidade construtiva, pela sua relativamente fácil aplicação e manutenção, e pela sua versatilidade formal e acabamentos variados que nos proporciona em termos de cofragens. Este foi aplicado tanto como elemento estrutural como também acabamento interior e exterior, com o objectivo de unificar formalmente toda a proposta.

Para melhor identificarmos a intervenção no espaço da Quinta dos Alfinetes, dividiremos este espaço pelos respectivos edifícios e espaço que fazem parte da composição.

- Pátio de honra:

Pretendemos que este espaço tivesse um carácter intimista e local. O espaço central, ornamentado com laranjeiras, será dotado de pavimento permeável, gravilha aglomerada de alta resistência, na cor de terra, para poder suportar uma utilização mais continuada ou prolongada, como na altura de utilização deste espaço para Mercado, e possuirá blocos de pedra calcária como bancos de apoio.

As construções novas como a Gestão das Hortas e zona de acesso à Escola são em betão branco aparente e os seus vãos em caixilharia de alumínio. Os restantes elementos, incluindo as Instalações Sanitárias, serão executadas com o mesmo betão e as suas portas com caixilharia de alumínio simples sem vidro.

Os seus acabamentos interiores serão em soalho de madeira, exceptuando as I.S., que terão um acabamento em pavimento auto-nivelante de resina epóxi, tom branco mate anti-derrapante.

- Palácio

A estrutura original deste edifício e que resta na actualidade é constituída por alvenaria de pedra e esta será totalmente recuperada, nivelada e receberia argamassa de reboco pintado a tinta plástica branca mate. As suas cantarias e ornamentos decorativos como cornijas, frontões ou remates em pedra calcária serão todos recuperados e manteriam a sua forma original.

Toda a nova proposta será executada, a nível de paredes, igualmente com o betão branco aparente, conferindo-lhe uma estereotomia única e que o destaca do existente, num contraste único de materialidades, mas numa união formal através da cor utilizada.

Os pavimentos serão todos em soalho de madeira em todos os espaços nobres, exceptuando as zonas técnicas e instalações sanitárias que terão acabamento em pavimento auto-nivelante de resina epóxi, tom branco mate anti-derrapante.

As escadas de acesso aos pisos superiores serão executadas em estrutura metálica e acabamento de degraus em peças de madeira, do mesmo material e cor do pavimento aplicado, para uma continuidade visual.

A cobertura, os lanternins-chaminés de luz, serão executados com betão branco cofrado, e o seu acabamento exterior será semelhante à cofragem em madeira do projecto da Casa das Histórias Paula Rego. Pelo seu interior eles serão rematados com tecto falso em gesso cartonado com acabamento a tinta branca mate.

Particularmente, o espaço destinado ao Auditório e Sala de estar da Cafeteria, terão tecto falso com isolamento acústico. Em termos de caixilharia aplicada será em

alumínio com e sem vidro, na cor branca, e a sua abertura é feita em oscilante e batente. Todos os acabamentos em termos de mobiliário fixo serão executados em madeira em tom idêntico ao soalho.

O seu pátio de serviço seria, ao nível do piso 0, em revestimento cerâmico para exterior, num tom claro, e com espaço ajardinado junto ao volume da biblioteca. A rampa de acesso ao patamar superior tem pavimento contínuo cerâmico, igual ao anterior, e termina num revestimento cerâmico com estereotomia ritmada estreita, que ocupa a área de estar. Os bancos de apoio serão em blocos de pedra calcária, e integram um espaço que se pretende lúdico e educativo, para eventos ao ar livre. O restante espaço posterior distribui-se em terreno permeável, com gravilha aglomerada de alta resistência, na cor de terra, e zonas ajardinadas.

- Escola

Para este novo edifício propomos a sua execução igualmente em betão branco aparente pelo seu exterior, numa linguagem que se pretende homogénea e leve, que não se destacasse na paisagem e una em relação à Arquitectura clássica do Palácio, com uma pequena excepção, no acabamento em aço corten junto à entrada do edifício, que alberga o programa pedagógico. Serve de suporte para o nome do edifício e marca visualmente o enquadramento de rua.

Pelo seu interior destacamos os pavimentos em soalho de madeira com acabamento em resina epoxy, nos espaços de circulação e salas, numa união formal com os acabamentos do Palácio, mas adaptado às exigências de um equipamento público e educativo, de carácter prático e de utilização diária frequente. As zonas técnicas e Instalações sanitárias terão acabamento em pavimento auto-nivelante de resina epóxi, tom branco mate anti-derrapante.

Escadas interiores e de acesso ao piso do Palácio serão executadas em estrutura metálica, por forma a tornar-se um elemento leve e com pouco impacto visual no espaço. As escadas executadas dentro do antigo Pombal serão executadas em betão estrutural. Todo este espaço será acabado, tanto escadas como paredes e

cobertura, em auto-nivelante de resina epóxi, tom branco mate (anti-derrapante nos degraus).

Tectos serão todos falsos, destacando a sanca de luz incorporada que percorre todo o corredor do mesmo. Os caixilhos exteriores serão igualmente em alumínio, e sistema de abertura pivotante e caixilharia interior de portas em madeira, acompanhando o mobiliário fixo, executado no mesmo material.

A cobertura deste edifício é uma cobertura acessível, com acabamento a pedra natural de estereotomia ritmada estreita, revezando-se com rasgos destinados a jardim e blocos de pedra calcária.

- Jardim Formal

O jardim em si é composto por arbustos decorativos, zonas ajardinadas e talhões de hortas pedagógicas, numa composição formal que pretende redesenhar os jardins clássicos italianos, e transformá-los nos típicos jardins portugueses. O seu terreno envolvente seria acabado em pavimento permeável, gravilha aglomerada de alta resistência, na cor de terra, semelhante ao aplicado no Pátio de honra, numa tentativa de unificar todo o programa em termos materiais. Possuirá no seu centro uma fonte em pedra moldada suspensa do chão e, radiando perpendicularmente a este, duas caleiras em pedra embutidas no pavimento, onde a água da fonte se precipita e percorre todo o seu comprimento.

- Estufa

Este edifício seria executado, à semelhança do projecto de referência do Fluviário de Mora, por pórticos com métrica regular em estrutura de betão branco aparente, colocados paralelamente entre si, cobrindo dois cubos, também de betão branco aparente, e com caixilharia de alumínio e vidro fosco, albergando o espaço concreto do programa da Estufa.

Todo o pavimento interior seria executado sobre a laje de betão de fundação, com auto-nivelante de resina epóxi de tom branco mate e anti-derrapante, e o seu pavimento circundante e, de remate, com pavimento permeável – gravilha aglomerada de alta resistência, na cor de terra – numa continuidade de pavimentos

entre este e o Jardim Formal e as suas traseiras de serviço, de conexão com o Pomar e a Mata, pois são áreas de trabalho correlacionadas.

- Jardim Público

A entrada do jardim será num contínuo de revestimento cerâmico tom claro, desde o passeio exterior até á linha de contorno da pála criada e com a entrada. Esta entrada será encerrada em todo o seu perímetro com gradeamento de ferro em prumos verticais equidistantes com acabamento em tinta plástica na cor branca.

O restante pavimento de circulação será permeável, para fácil manutenção de todas as zonas de hortas, em gravilha aglomerada de alta resistência, na cor de terra.

O jardim central será, também, permeável, com relva para fins lúdicos e com equipamentos de fitness para exercício físico, e os talhões de hortas urbanas serão em terreno para cultivo, com lajetas de pedra para percursos dentro delas e estas serão circunscritas individualmente com rede para protecção das colheitas.

Os anexos de apoio aos talhões de hortas urbanas serão revestidos a painéis de composto plástico de madeira com ripado na vertical, estrutura e portas incluídas.



Fig. 51 – Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre. Arq. Souto Moura+Arq. Graça Correia. Planta piso 0; Corte transversal; Imagens de espaços; Alçado principal

Escola de Hotelaria e Turismo, Portalegre, Arq̄tos. Souto Moura e Graça Correia

O projecto da Escola de Hoteleira e Turismo de Portalegre, a cargo dos arq̄tos. Souto Moura e Graça Correia, serve-nos de referênciã para consolidar a nossa proposta volumétrica e de relação entre os seus espaços interiores, para o edifício criado, que irá albergar o programa da escola.

As premissas partem do aproveitamento da topografia existente, um declive natural acentuado no terreno da antiga fãbrica Robinson que é aproveitado como base para o projeto. Ele assume-se como uma caixa paralelepipedica muito esguia e comprida que é pousada no limite do terreno paralelamente a este e permanece em balanço sobre o desnível, uma varanda sobre a paisagem para onde todos os espaços interiores se distribuem.

A Norte a caixa é fechada frontalmente para a rua por um pano de betão, aberto para o céu e suspenso do pavimento, criando pequenos pátios arborizados permeáveis por onde se aproveita a luz difusa, e o corredor de distribuição é interior mas tira partido da luz de Sul na ocasional interrupção do ritmo contínuo do corredor, por salas de convívio e entrada no edifício e de luz zenital através de lanternins ou chaminés de luz sobre estes mesmos espaços.

Acoplado a este, formando um conjunto em L e virado a Norte, desenvolve-se uma planta quadrada ao mesmo nível que o anterior e mais dois pisos enterrados, com partes técnicas do programa: cozinhas e infraestruturas de apoio ao restaurante, self-service e ensino relacionado.

Em termos estruturais, o edifício possui uma estrutura laminar de paredes de betão armado ajustadas à tipologia arquitetónica, de 20cm e 30cm de espessura devido à necessidade de compensar a consola de 8 metros a todo o comprimento da banda.



Fig. 52 – Conservatório de Música de Cascais. ARX Arquitectos.
Perspectivas exteriores do confronto entre existente e construído.

Conservatório de Musica de Cascais, ARX Arqtos

O projecto escolhido apresenta uma reabilitação e ampliação de um Chalet do início do séc. XX destinado a habitação unifamiliar e situa-se na parte baixa do Monte Estoril, no concelho de Cascais. A casa tem uma implantação que ocupa quase a totalidade do lote, que se veio a estender após adquirirem um terreno meeiro numa cota inferior, ocupada apenas por um palmeiral centenário. O interior da casa foi reconstruído respeitando a distribuição original mas adaptado às necessidades actuais. O programa adoptado por este volume prevê salas de pequenas dimensões adaptadas ao uso que descrevemos de seguida.

*A sua geometria combina a resposta às circunstâncias visuais da envolvente de forma a enquadrar o ambiente numa intensa relação com o jardim, adequar a sala a exigências acústicas especiais e permitir o atravessamento marginal no lote de uma nova rua de acesso ao estacionamento.*¹⁶⁴

A construção nova que é executada para albergar o programa musical proposto, que se exprime numa sala ampla de ensaios e espectáculos musicais, assume-se como o embasamento do Palácio, deixando-o em destaque na cota da rua principal, e só quando se contorna o edifício lateralmente e se desce a rua, é que nos apercebemos de uma nova construção adoçada à casa, revestida a pedra original da casa, que se dirige fisicamente para o palmeiral. Todo o edifício é revestido num reboco em tom antracite para união formal e visual.

A cobertura é reconstruída com materiais modernos mas com a configuração original da casa, mas com a adição de um volume que interceta o primeiro e cria duas mansardas opostas para iluminação e extensão do interior.

Torna-se uma referência para a nossa proposta pelo mesmo princípio hierárquico de preservação da memória do Lugar e do património edificado em detrimento da construção nova a ela adoçada e por todas as premissas com que se regem de preservação da mesma e também na procura de união formal através da materialidade aplicada no seu revestimento.

¹⁶⁴ <http://www.arx.pt/pt/construido/184-conservatorio-musica-cascais>



Fig. 53 – Casa das histórias Paula Rego – Cascais, Arq. Souto Moura
Perspectiva das chaminés-lanternins

Casa das histórias Paula Rego, Arq. Souto Moura

A Casa das histórias Paula Rego em Cascais, foi encomendada ao arquiteto Souto Moura para funcionar como museu, com o intuito de albergar um conjunto significativo das suas obras, prestando, ao mesmo tempo, um serviço cultural de excelência que pretende reforçar não apenas o tecido museológico português da arte contemporânea, mas também inscrever-se no circuito internacional de arte e dos seus públicos.

A Arquitectura faz uma reinterpretação contemporânea de elementos históricos da região. Reconhece-se imediatamente pelas suas torres piramidais, que poderão ser imagetivamente relacionadas com o trabalho do arquiteto Raul Lino nas suas obras construídas em Sintra ou com as chaminés das cozinhas do Palácio Nacional de Sintra, e pela sua execução em betão cofrado pintado de vermelho vivo, enquadrado num cenário de árvores de grande porte pré-existentes que condicionaram a sua implantação.

O edifício é subdividido em vários espaços que se interligam entre si e são dispostos em torno de um volume principal mais alto, central, que contém as exposições temporárias do museu. Sob as duas imponentes torres encontramos correspondentemente uma loja e uma cafetaria, com uma atmosfera serena e convidativa, principalmente a cafetaria, que se abre para um pátio revestido em pedra, com apontamentos arbóreos, e que fica resguardado entre volumes, dando uma sensação de plenitude e direta relação com a envolvente ajardinada e pacífica.

É uma referência enquanto símbolo de uma perpetuação da memória de elementos construtivos históricos como é o exemplo das chaminés de luz, que replicamos para as coberturas da Casa senhorial da Quinta dos Alfinetes, e como projeto de referência para a execução do acabamento exterior do mesmo, sem no entanto arriscar numa cor com tamanho dramatismo quanto este.

Pretendemos que o edifício se destaque pela sua forma, pelo seu carácter e pelo seu Lugar de destaque dentro do espaço projectado na Quinta.



Fig. 54 – Fluviário de Mora, Promontório Arquitectos.
Perspectivas exterior e interior do edifício.

Fluviário de Mora, Promontório Arqtos

O Fluviário localiza-se em Mora, no Alentejo e foi projectado pelo gabinete de arquitectura “Promontório”. A sua arquitectura busca características dos celeiros rurais alentejanos e é aqui que fazemos o paralelismo para a proposta do nosso edifício de Estufa.

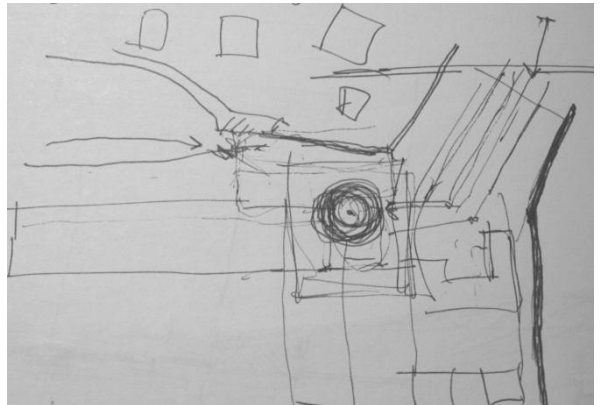
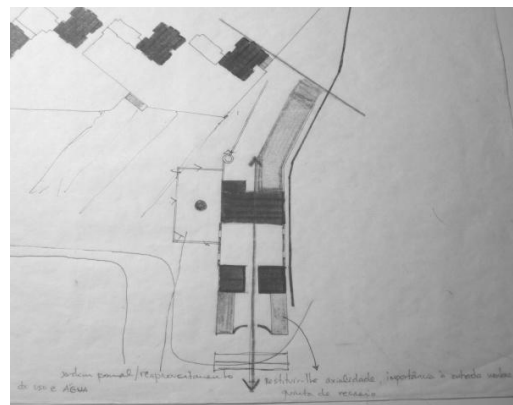
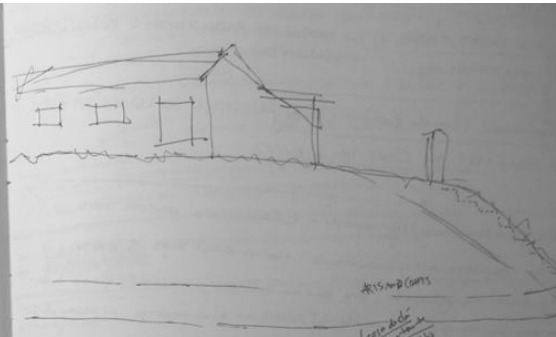
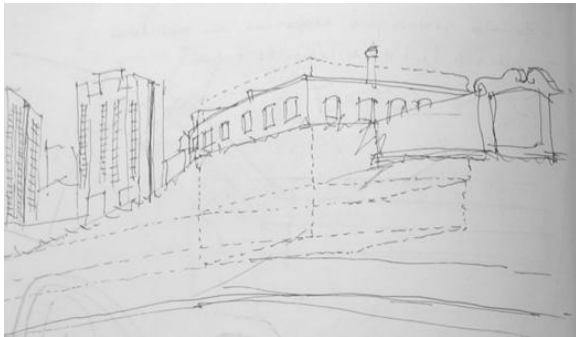
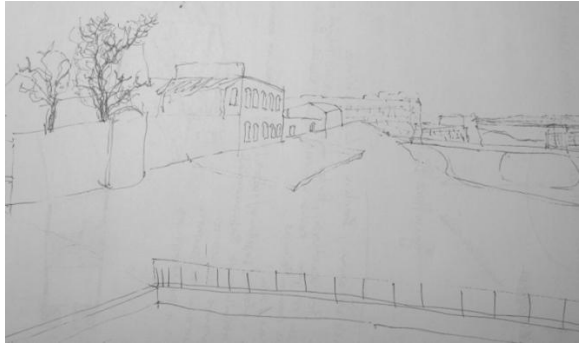
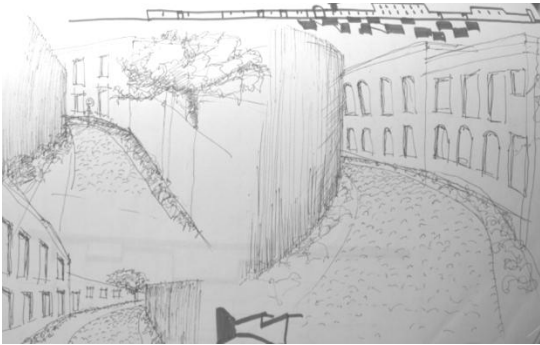
Este edifício foi pensado como um volume único e compacto, onde estruturas em pórticos de betão pré-fabricado e numa métrica regular são colocados no seu contorno, mimetismo da forma dos celeiros, como que de uma segunda pele se tratasse, protegendo-o da exposição solar, criando um sistema de sombras indispensáveis neste clima alentejano.

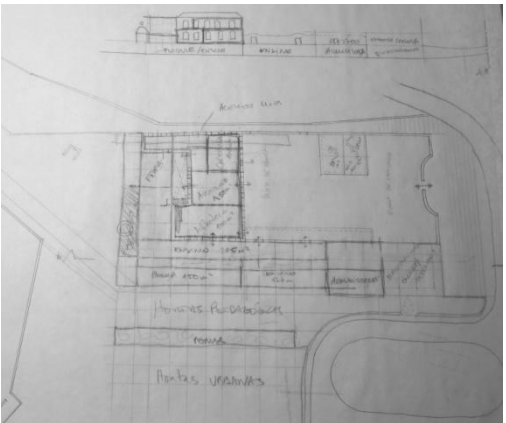
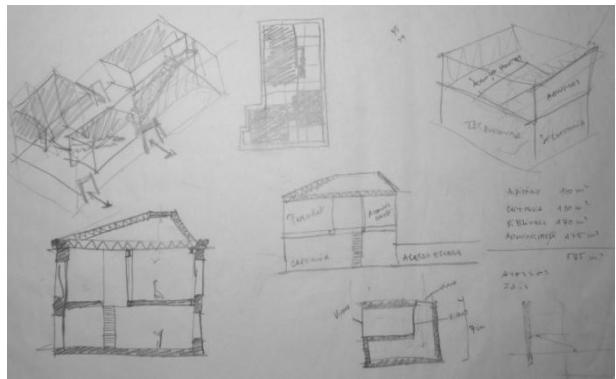
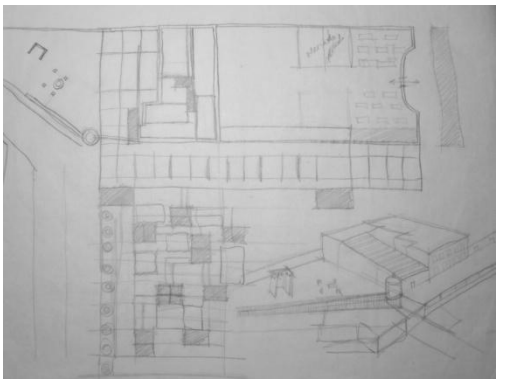
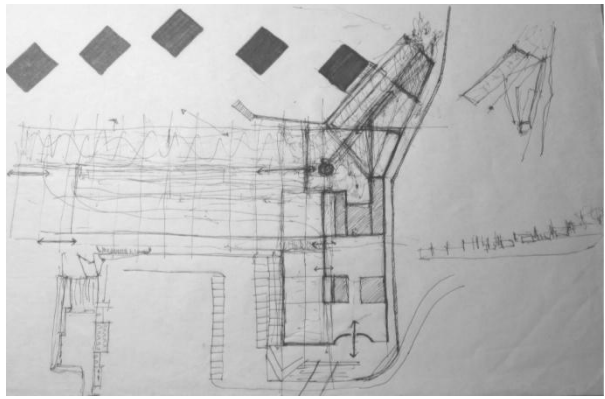
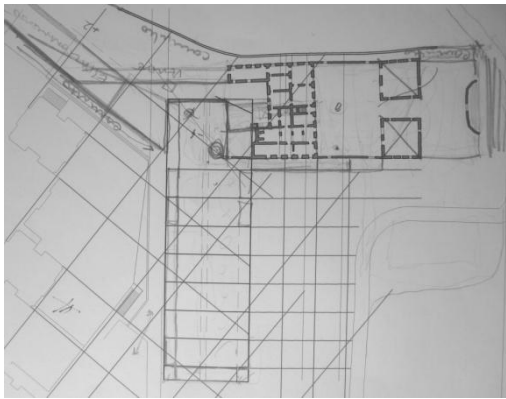
No interior, encontramos um conjunto de volumes estrategicamente organizados, contendo todo o programa, como recepção, bilheteira e loja, cafetaria, salão de exposições, centro de documentação, pesquisa e educação, exposições ao vivo, multimédia e um pequeno auditório. Os espaços de exposições são escuros para proporcionar uma melhor apreciação dos aquários e minimizar o impacto da luz sobre o habitat.

Estes volumes estão separados entre si por percursos exteriores, que fazem parte do programa expositivo, culminando numa passagem em ponte sobre o lago adjacente, numa exibição ao vivo de animais e plantas da região.

São estes sentimentos e estas disposições e opções projectuais em que nos identificamos e que quisemos transmitir e proporcionar ao utilizador na nossa proposta.

II - Processo criativo





III - Peças desenhadas Levantamento

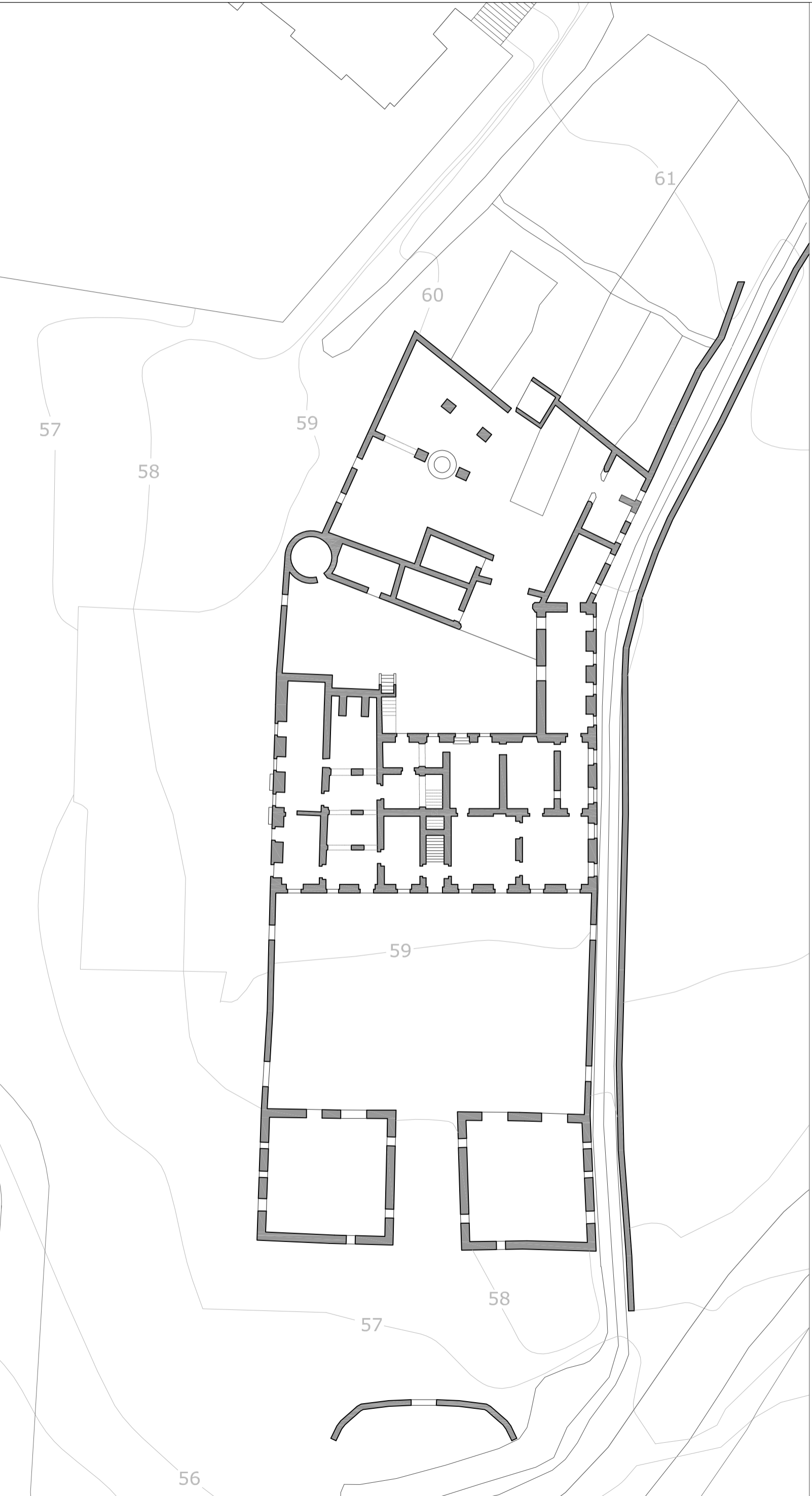
L01 – Levantamento – Planta Piso 0 (escala gráfica)

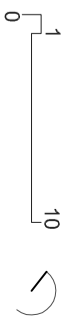
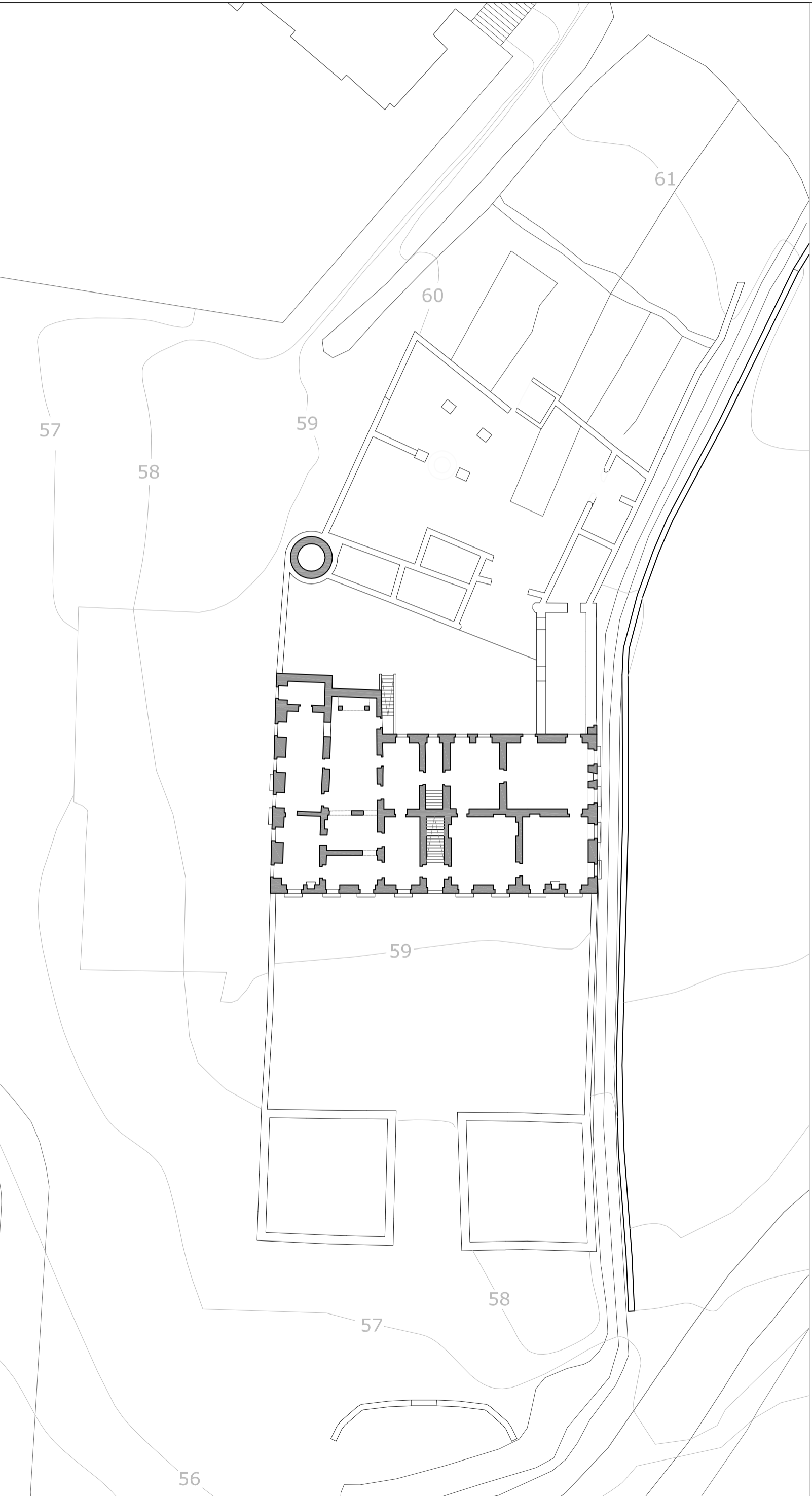
L02 – Levantamento – Planta Piso 1 (escala gráfica)

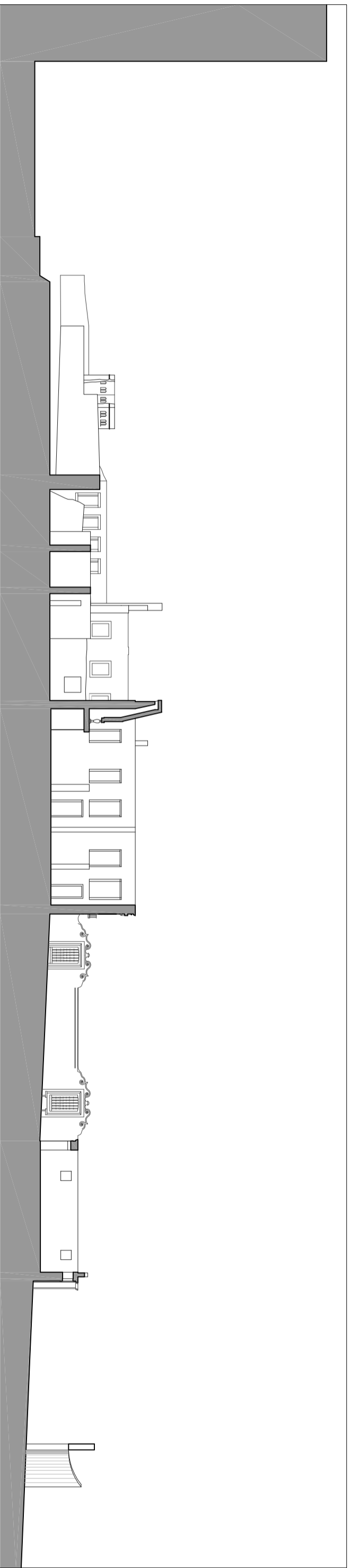
L03 – Levantamento – Cortes AA' e BB' (escala gráfica)

L04 – Levantamento – Cortes CC', DD' e EE' (escala gráfica)

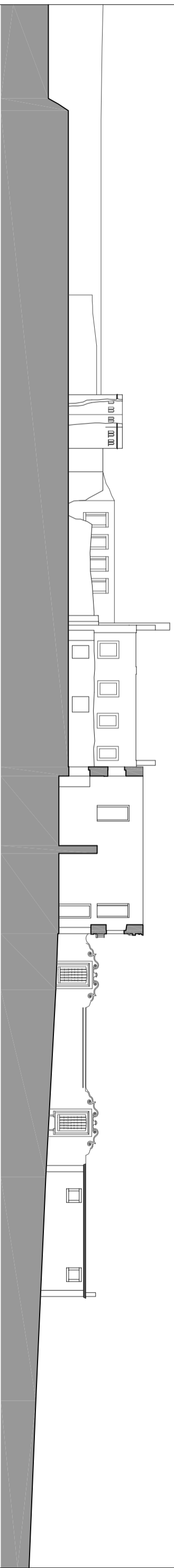
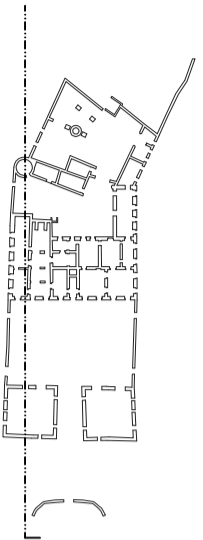
L05 – Levantamento – Cortes FF' e GG' (escala gráfica)



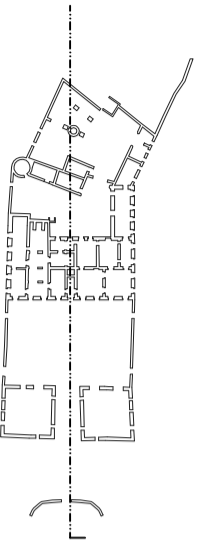


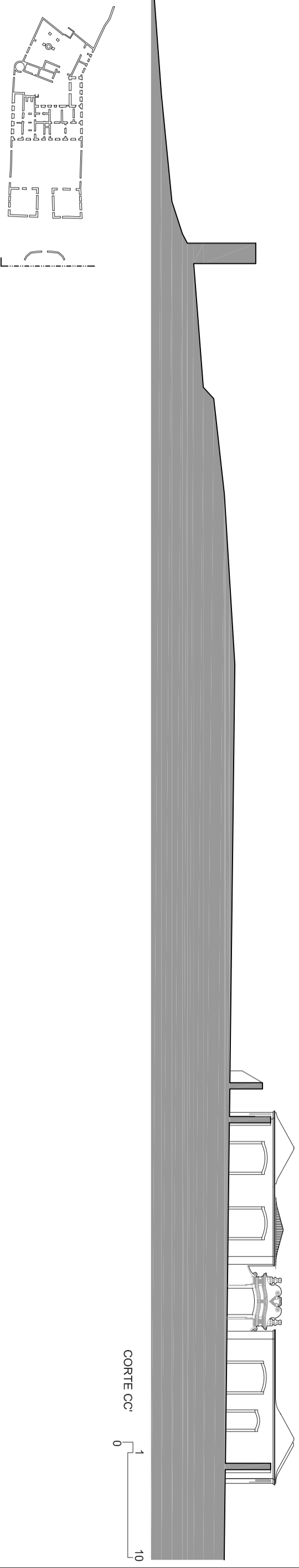


CORTE AA' 0 1 10

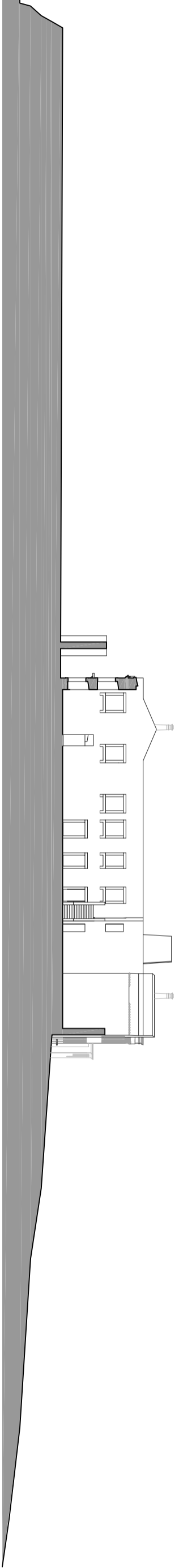


CORTE BB' 0 1 10

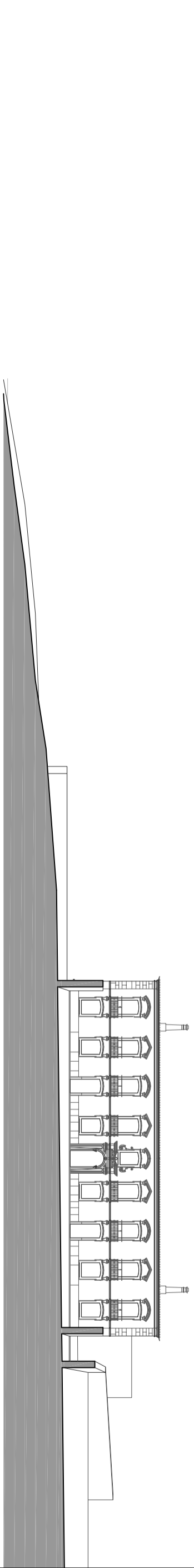




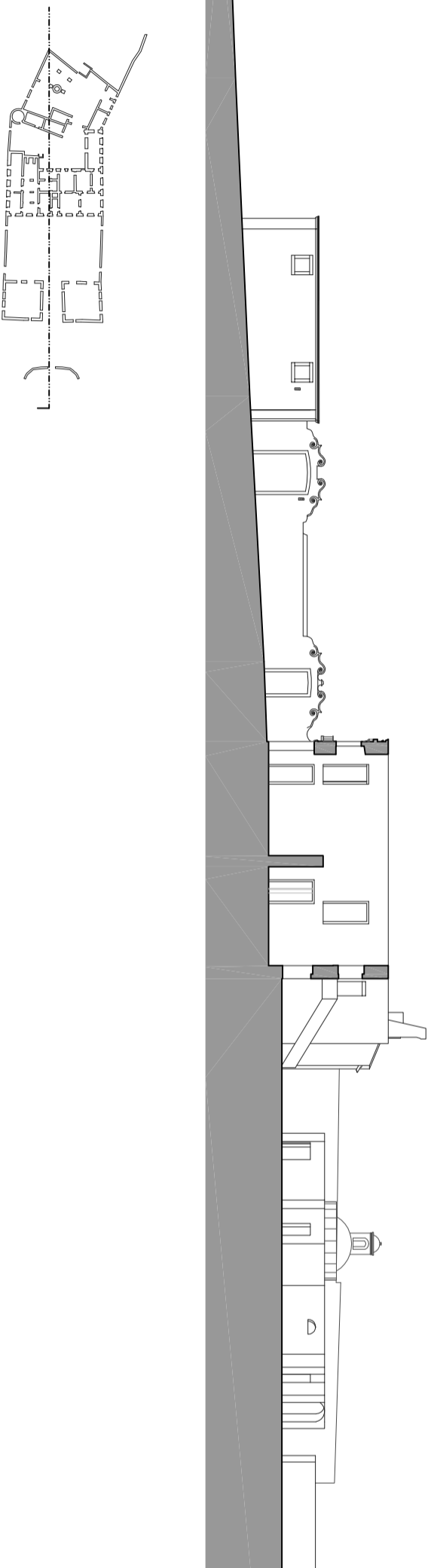
CORTE CC' 0 1 10



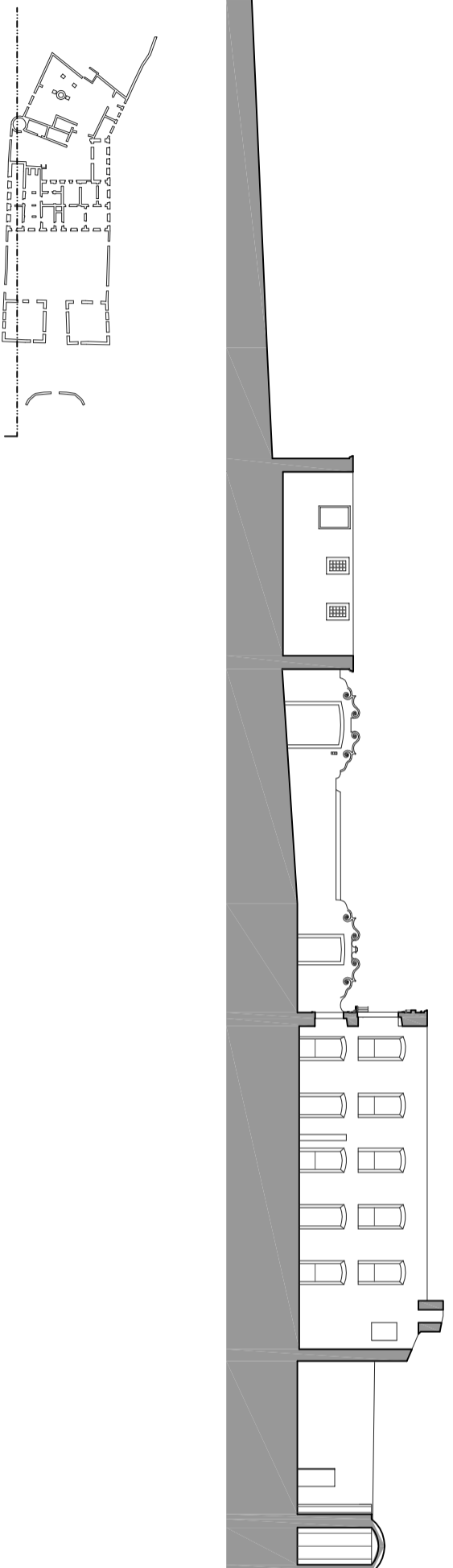
CORTE DD' 0 1 10



CORTE EE' 0 1 10



CORTE FP' 0 1 10

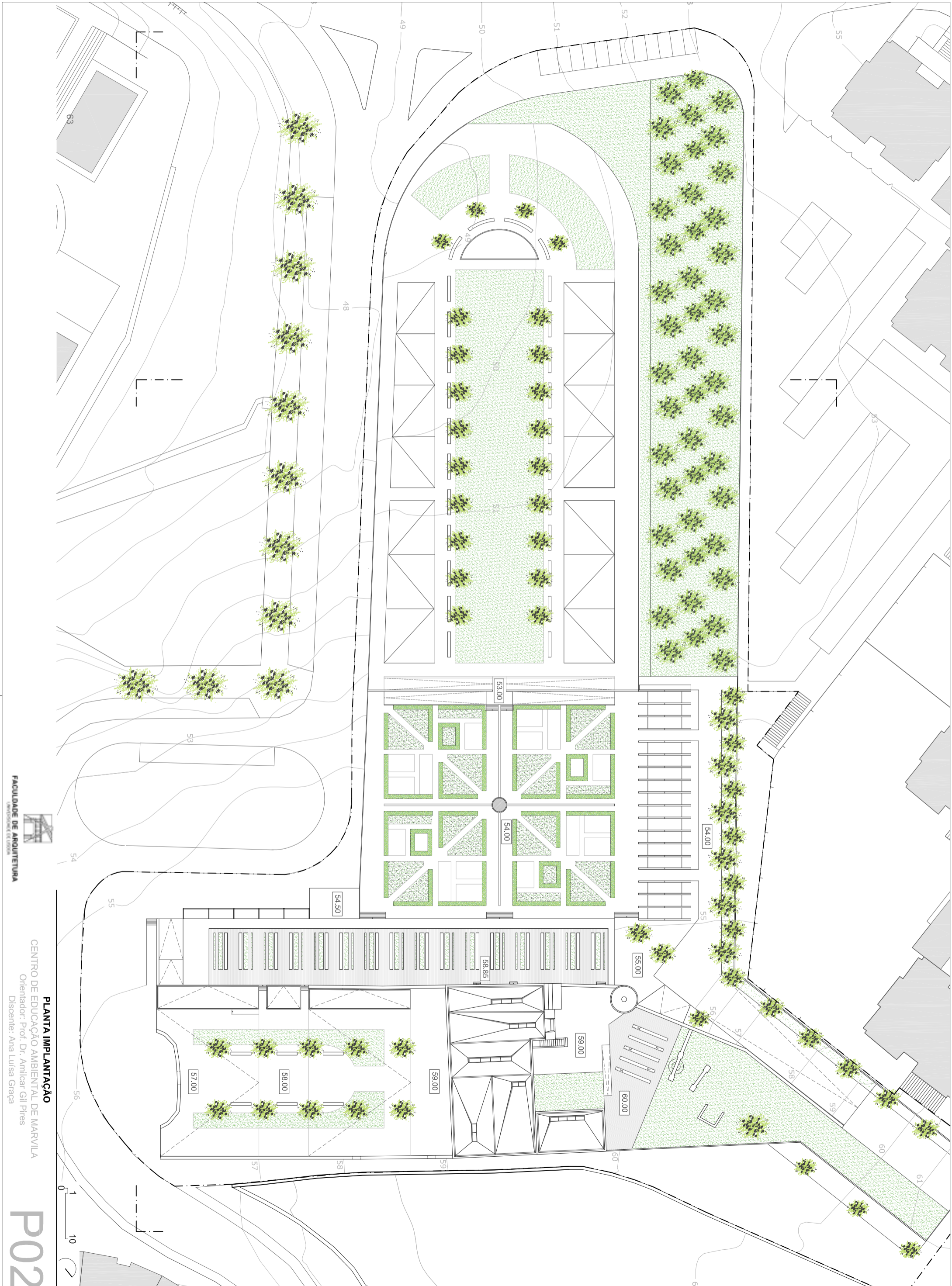


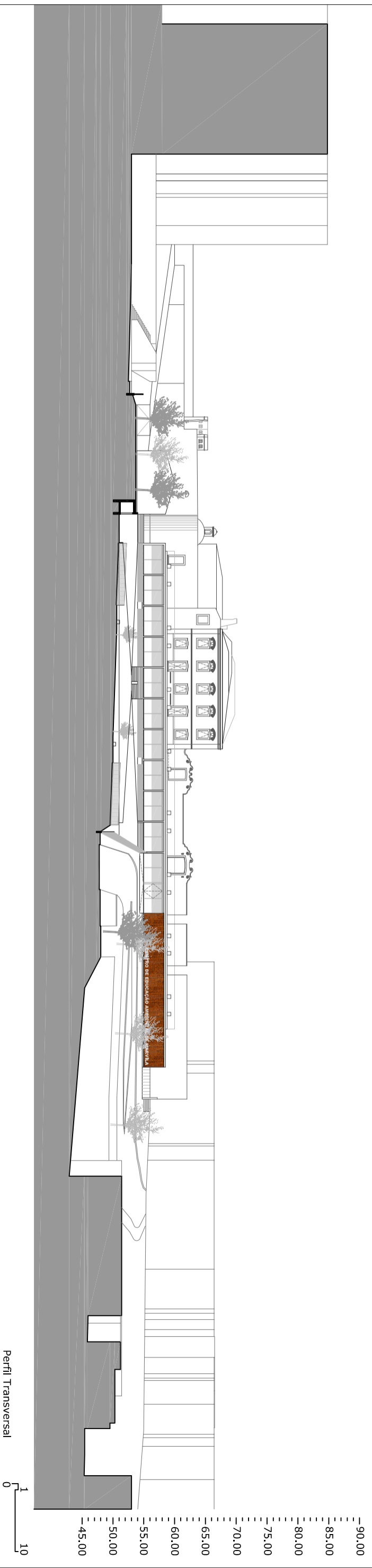
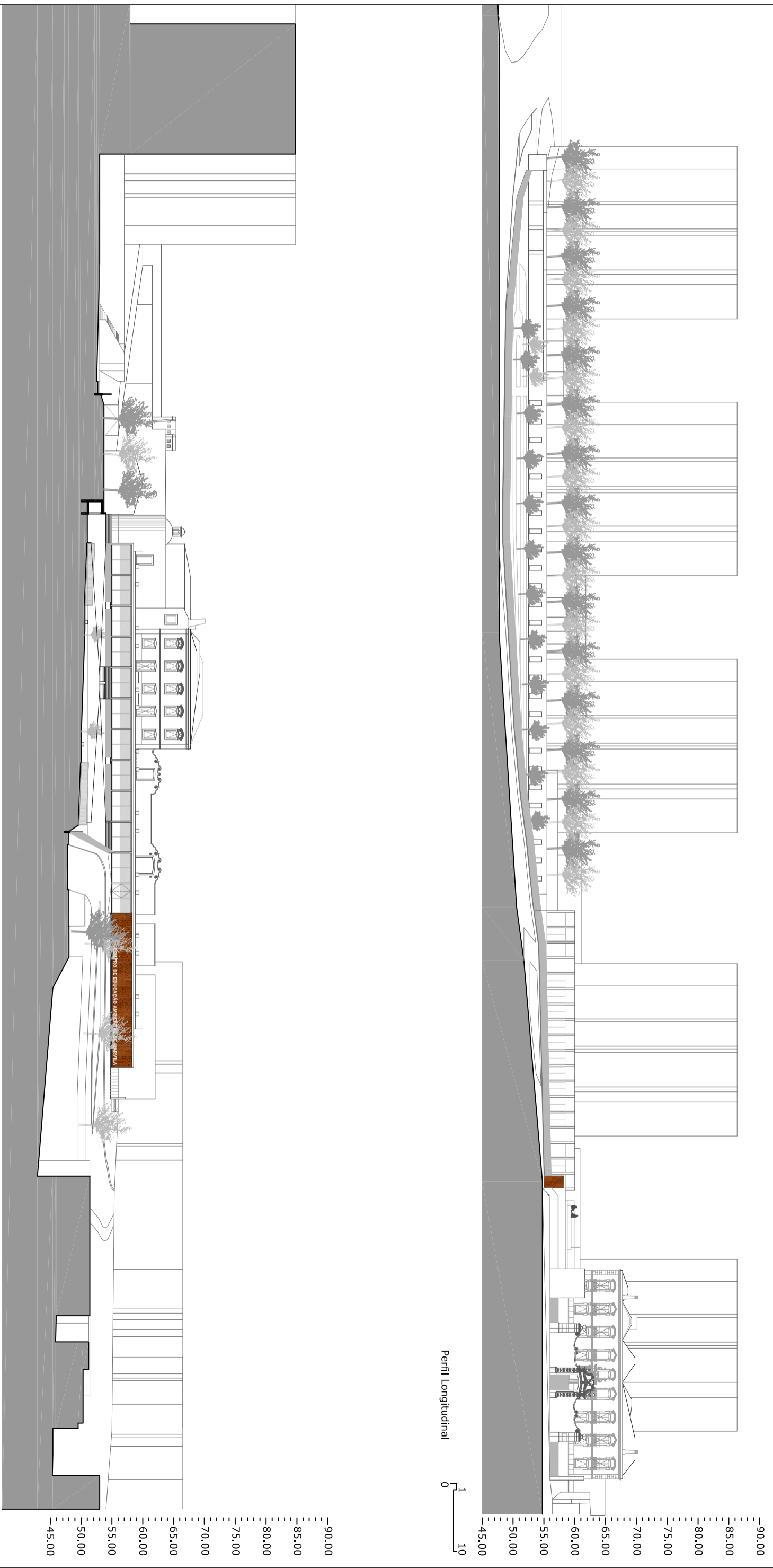
CORTE GG' 0 1 10

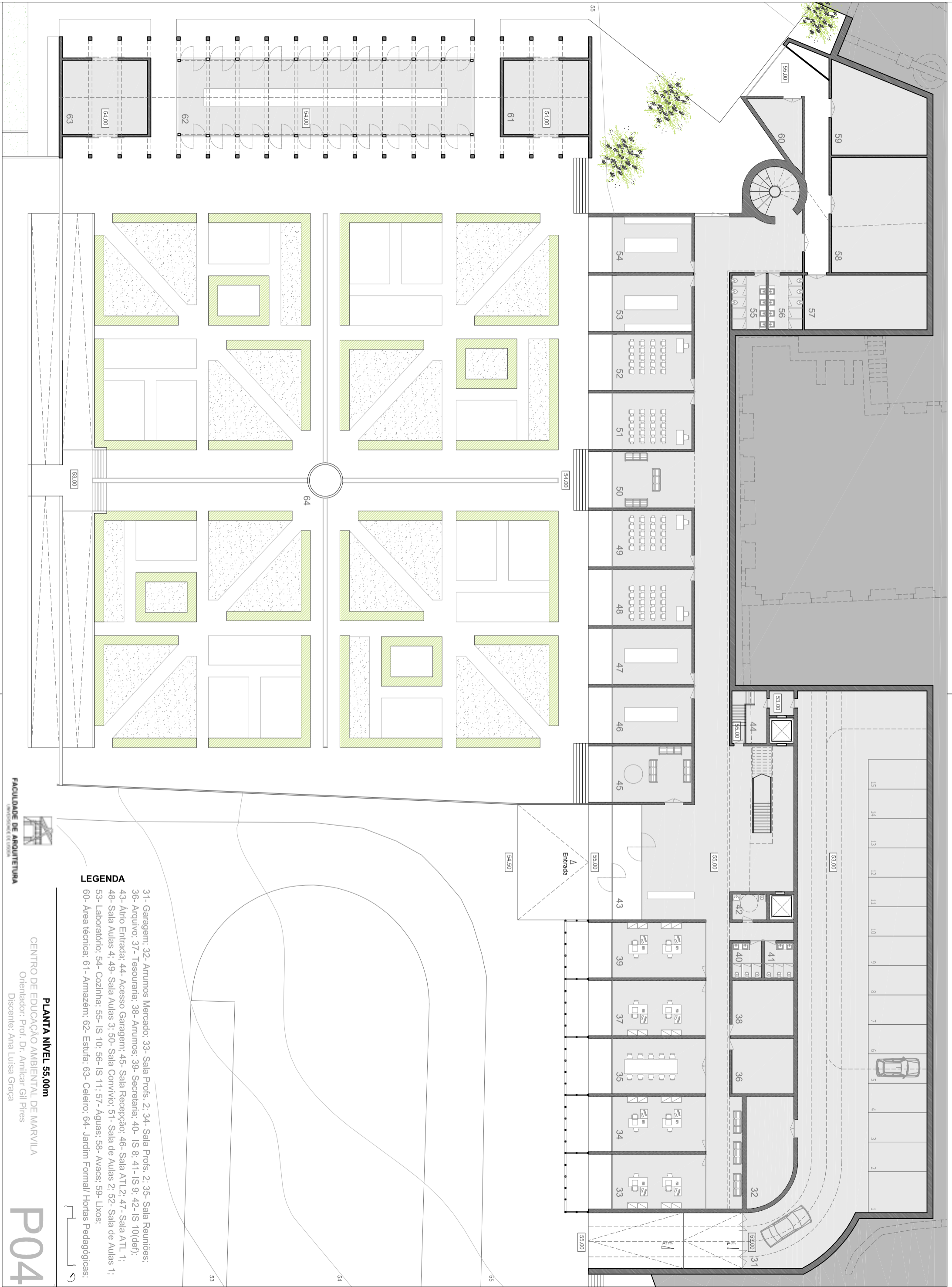
IV - Peças desenhadas Proposta

- P01** – Localização (escala gráfica)
- P02** – Planta de Implantação (escala gráfica)
- P03** – Perfis Urbanos (escala gráfica)
- P04** – Planta Nível 55,00 m (escala gráfica)
- P05** – Planta Nível 59,00 m (escala gráfica)
- P06** – Planta Nível 62,85 m (escala gráfica)
- P07** – Cortes AA' e BB' (escala gráfica)
- P08** – Cortes CC' e DD' (escala gráfica)
- P09** – Alçados Poente e Nascente (escala gráfica)
- P10** – Alçados Sul e Sul-Poente (escala gráfica)
- P11** – Corte de Fachadas (escala gráfica)
- P12** – Detalhes Cobertura Palácio (escala gráfica)









LEGENDA

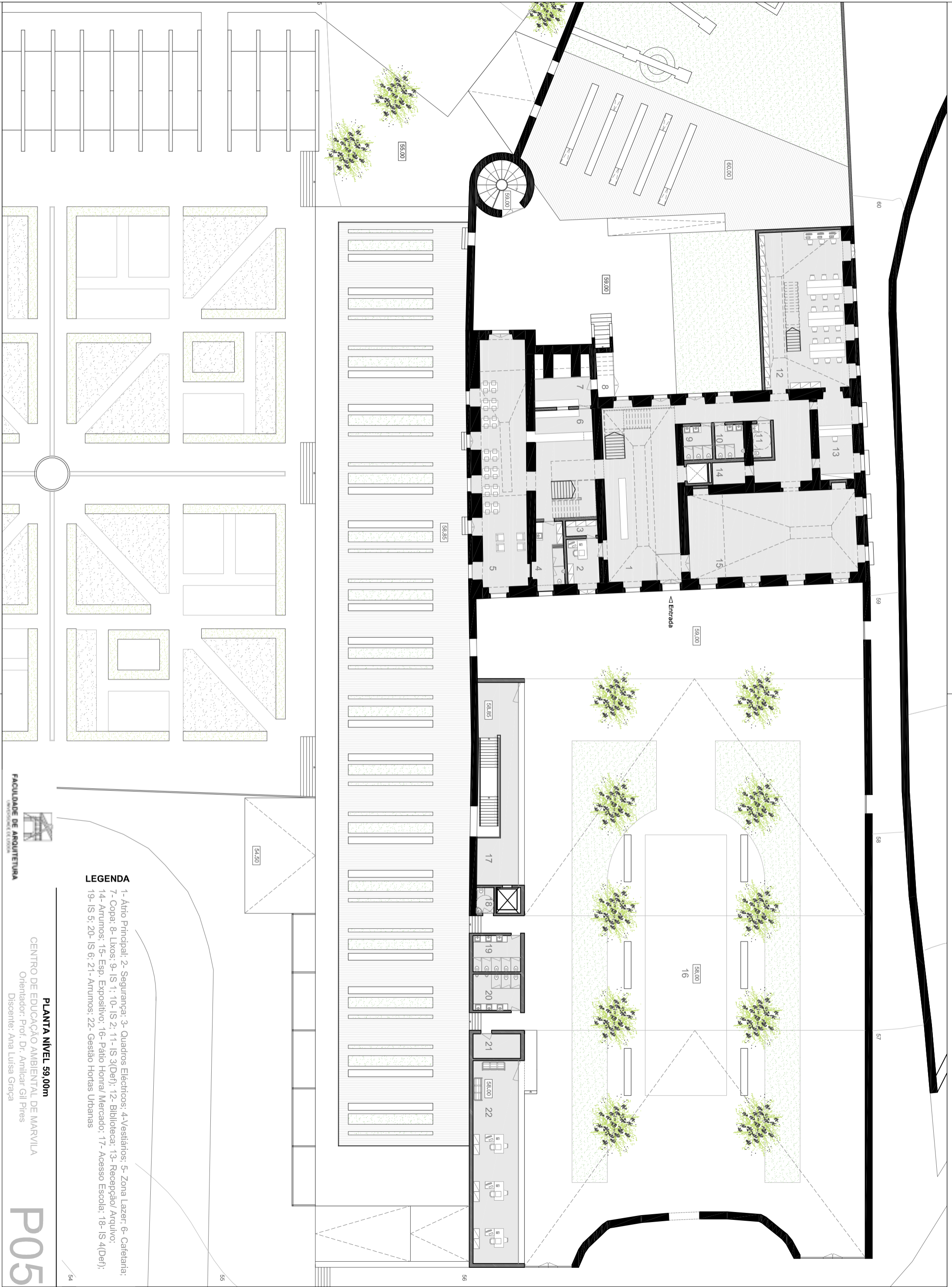
- 31- Garagem; 32- Arrumos Mercado; 33- Sala Prof's. 2; 34- Sala Prof's. 2; 35- Sala Reuniões;
- 36- Arquivo; 37- Tesouraria; 38- Arrumos; 39- Secretária; 40- IS 8; 41- IS 9; 42- IS 10(def);
- 43- Atlio Entrada; 44- Acesso Garagem; 45- Sala Recepção; 46- Sala ATL2; 47- Sala ATL 1;
- 48- Sala Aulas 4; 49- Sala Aulas 3; 50- Sala Convívio; 51- Sala de Aulas 2; 52- Sala de Aulas 1;
- 53- Laboratório; 54- Cozinha; 55- IS 10; 56- IS 11; 57- Águas; 58- Avacs; 59- Lixos;
- 60- Área técnica; 61- Armazém; 62- Estufa; 63- Celiário; 64- Jardim Formal/ Hortas Pedagógicas;



FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

PLANTA NÍVEL 55,00m
CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MARVILA
Orientador: Prof. Dr. Amílcar Gil Pires
Discente: Ana Luísa Grêça

P04



LEGENDA

- 1- Átrio Principal; 2- Segurança; 3- Quadros Eléctricos; 4- Vestiários; 5- Zona Lazer; 6- Cafeteria;
- 7- Copa; 8- Lixos; 9- IS 1; 10- IS 2; 11- IS 3(Def); 12- Biblioteca; 13- Recepção/ Arquivo;
- 14- Arrumos; 15- Esp. Expositivo; 16- Pátio Honra/ Mercado; 17- Acesso Escola; 18- IS 4(Def);
- 19- IS 5; 20- IS 6; 21- Arrumos; 22- Gestão Hortas Urbanas

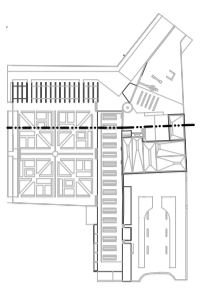
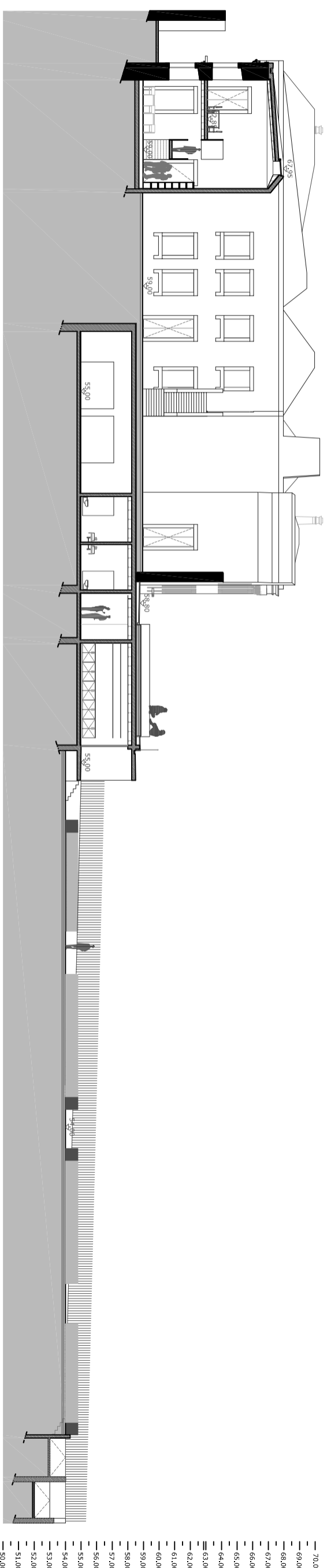
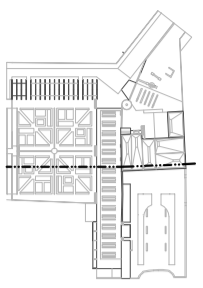
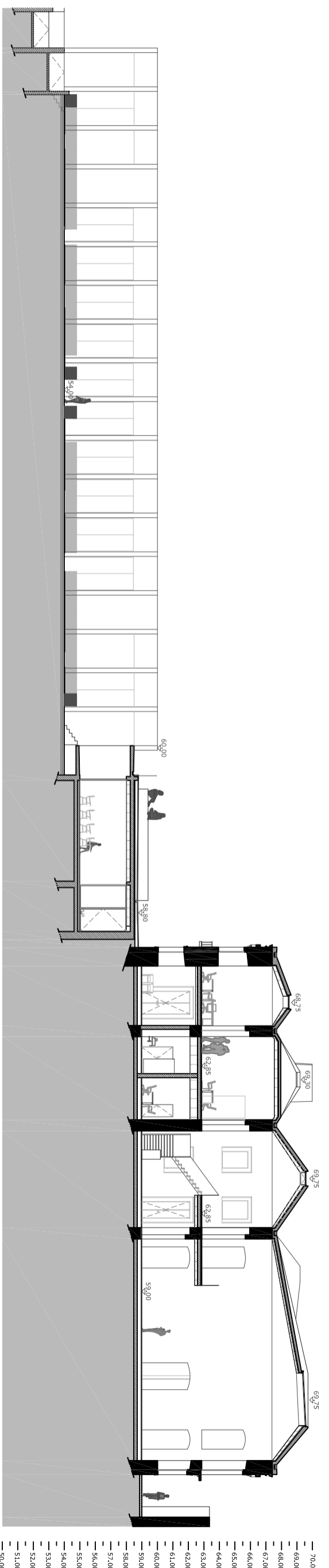


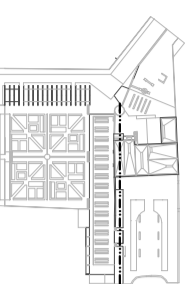
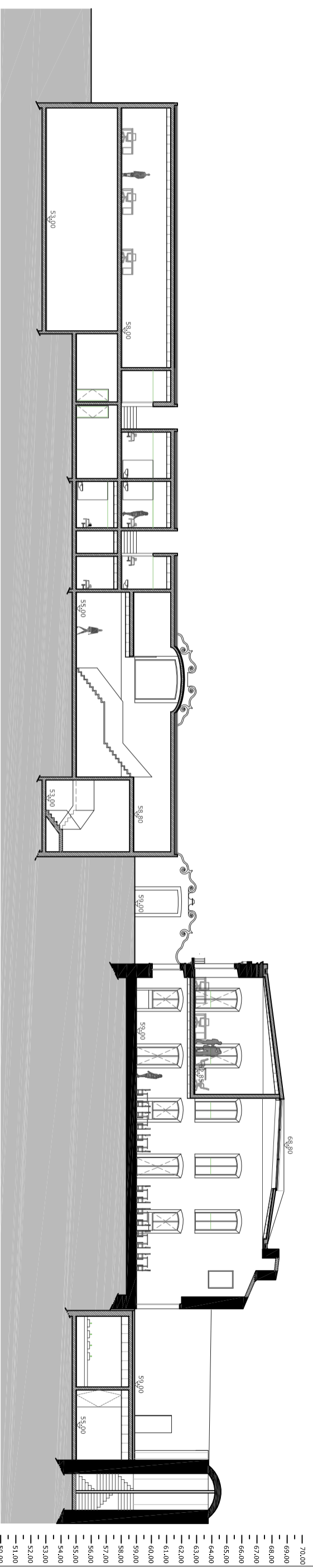
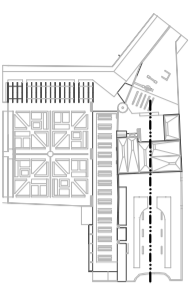
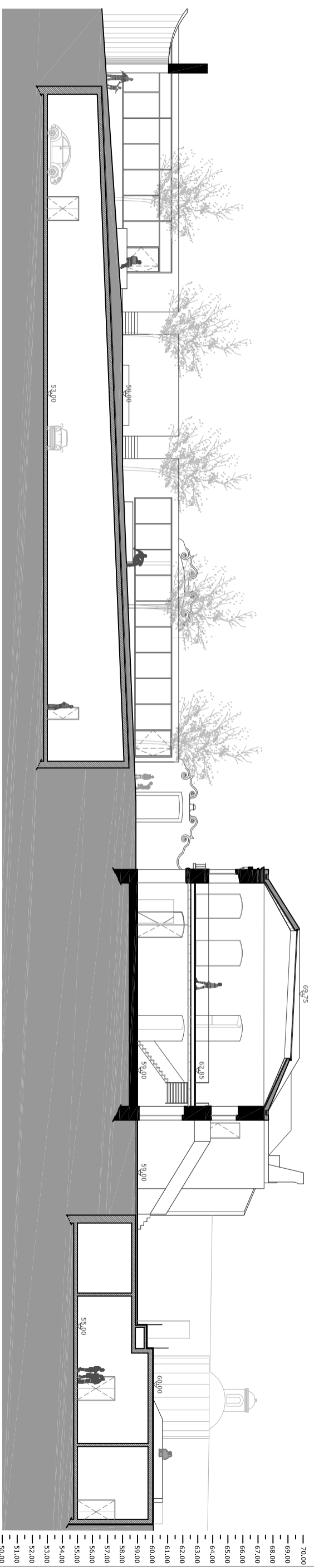
FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

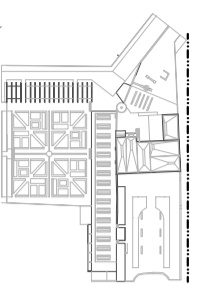
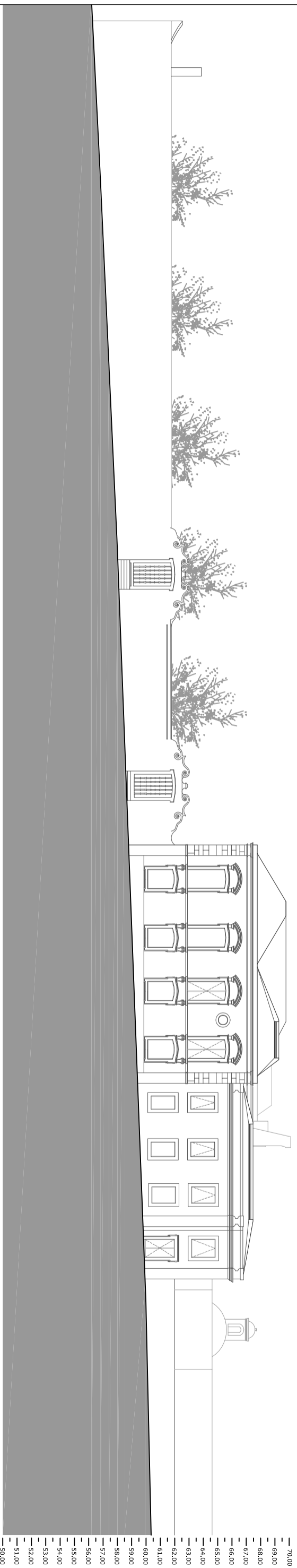
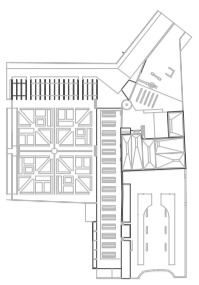
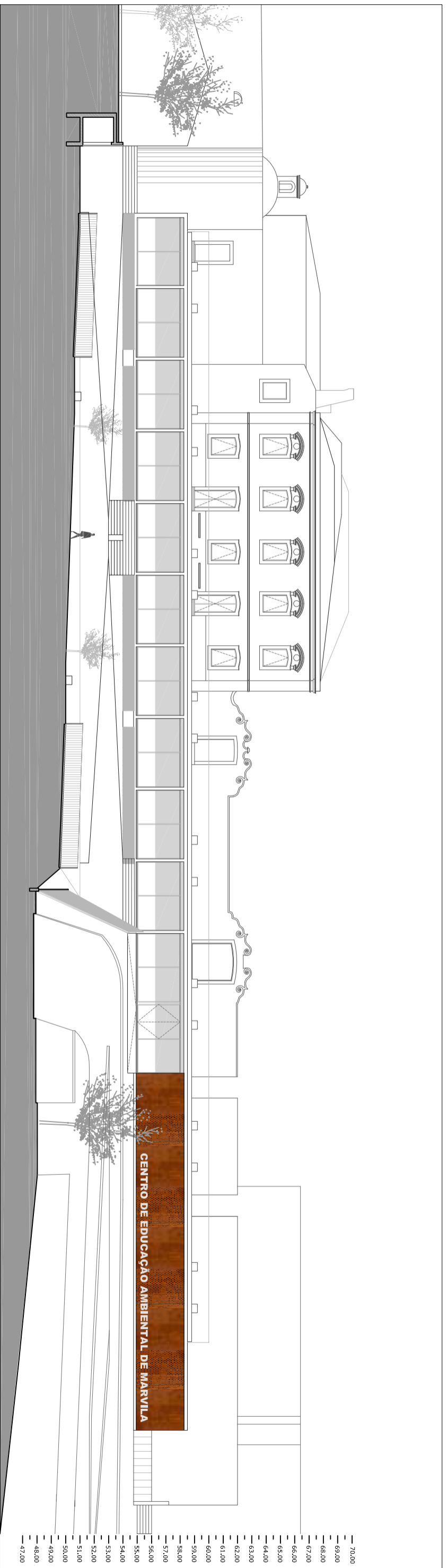
CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MARVILA
Orientador: Prof. Dr. Amílcar Gil Pires
Discente: Ana Luísa Graça

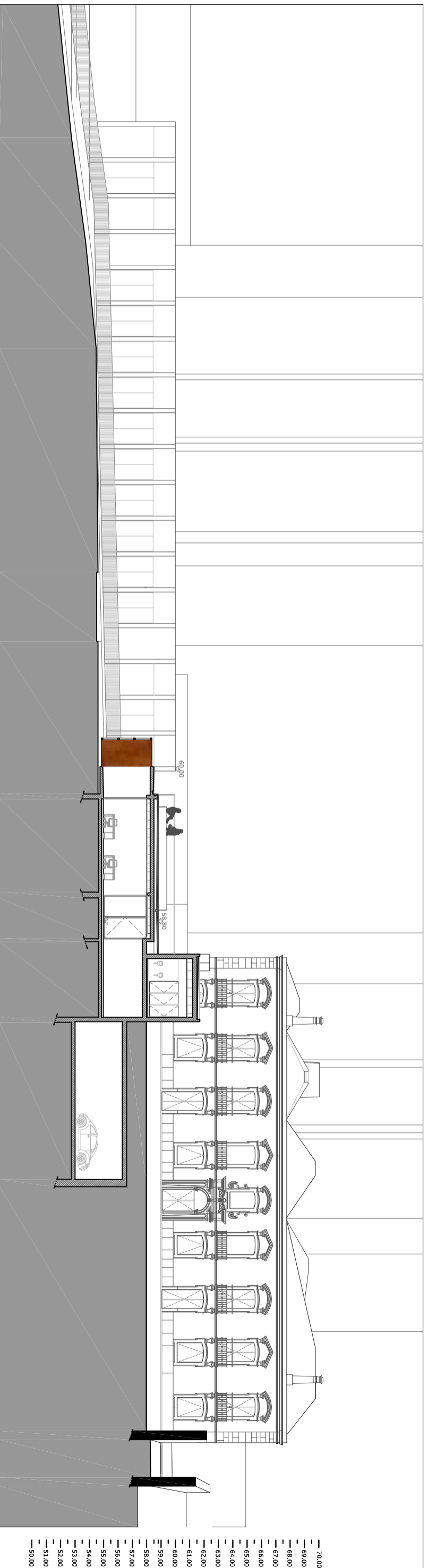
PLANTA NÍVEL 59,00m

P05



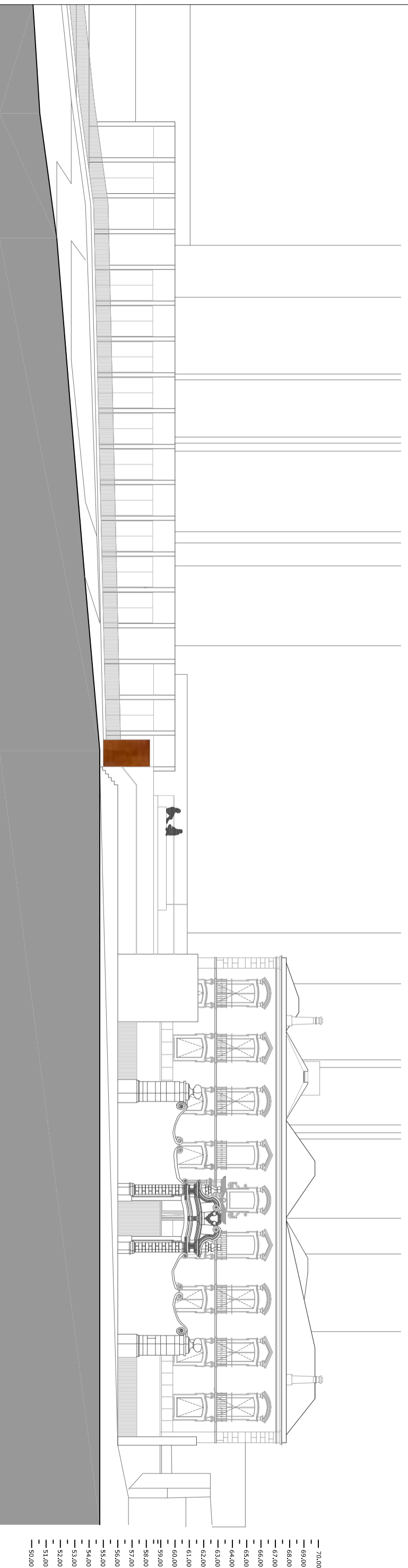






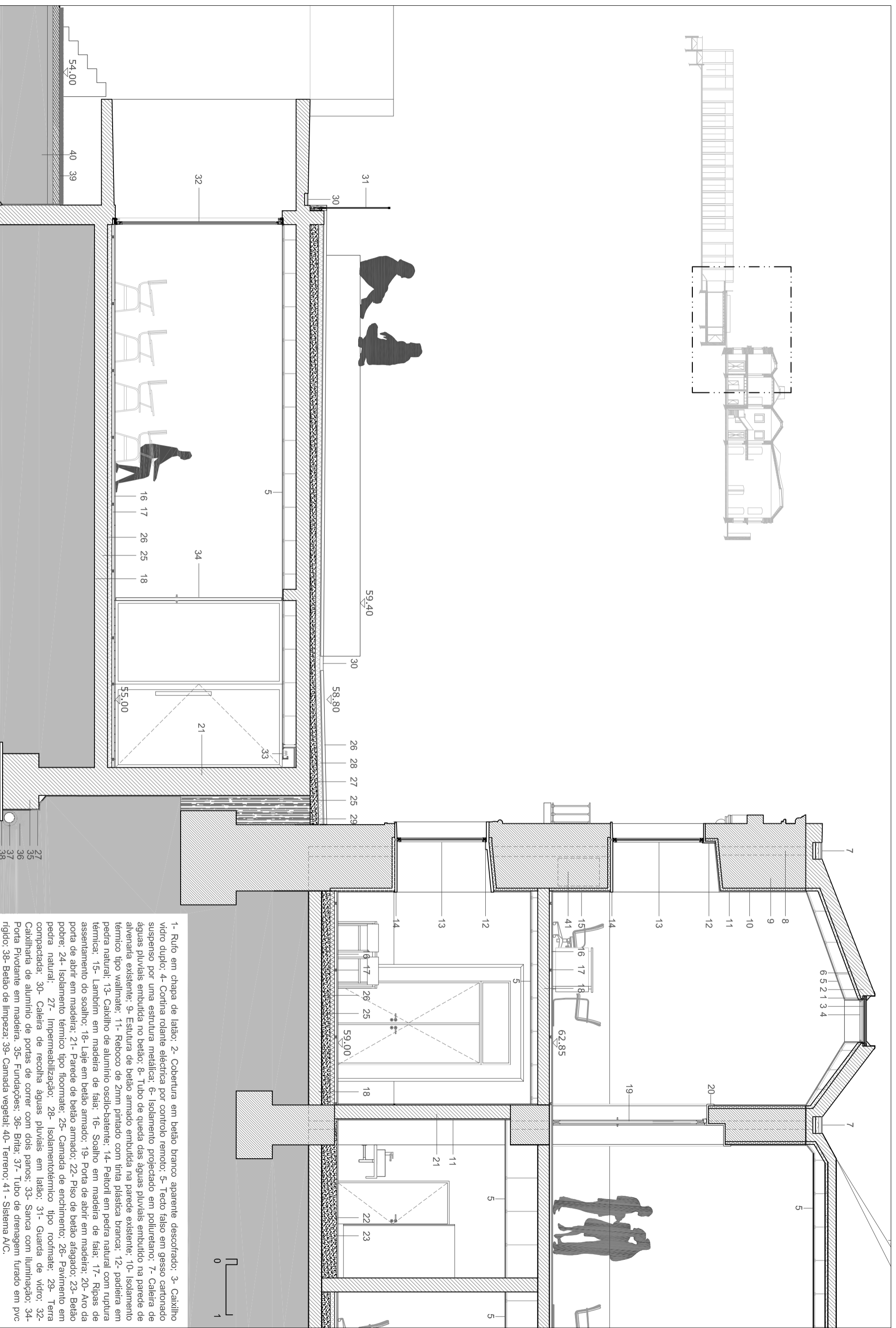
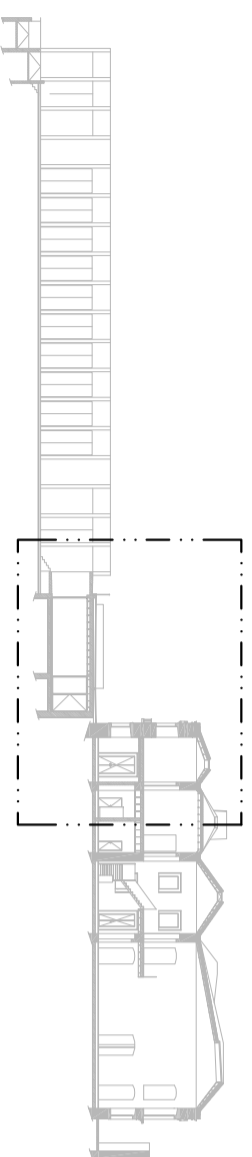
Alçado Sul

70,00
69,00
68,00
67,00
66,00
65,00
64,00
63,00
62,00
61,00
60,00
59,00
58,00
57,00
56,00
55,00
54,00
53,00
52,00
51,00
50,00



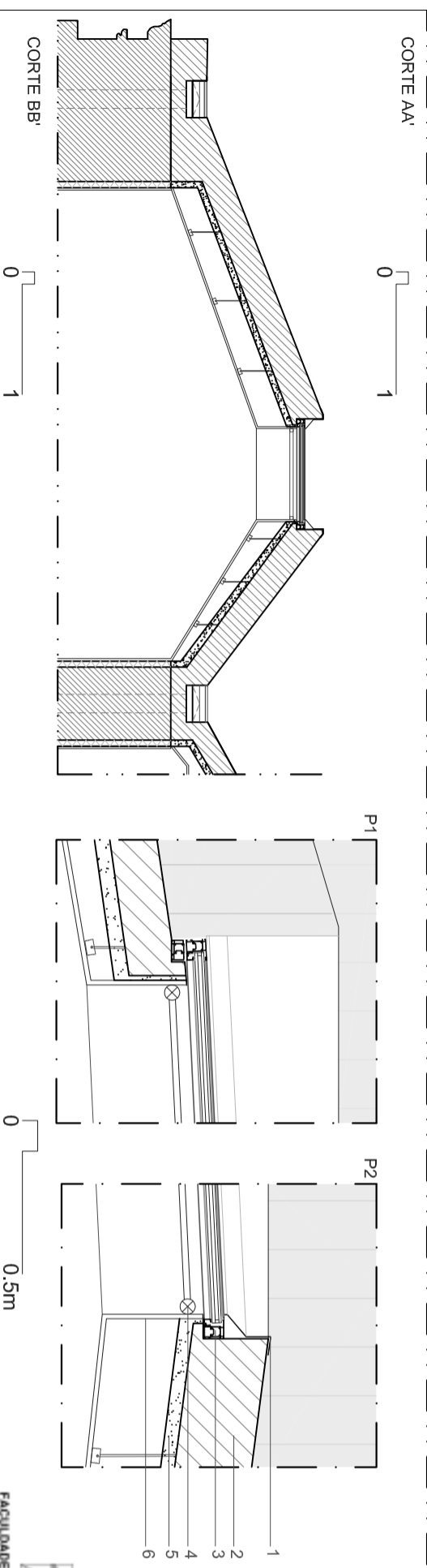
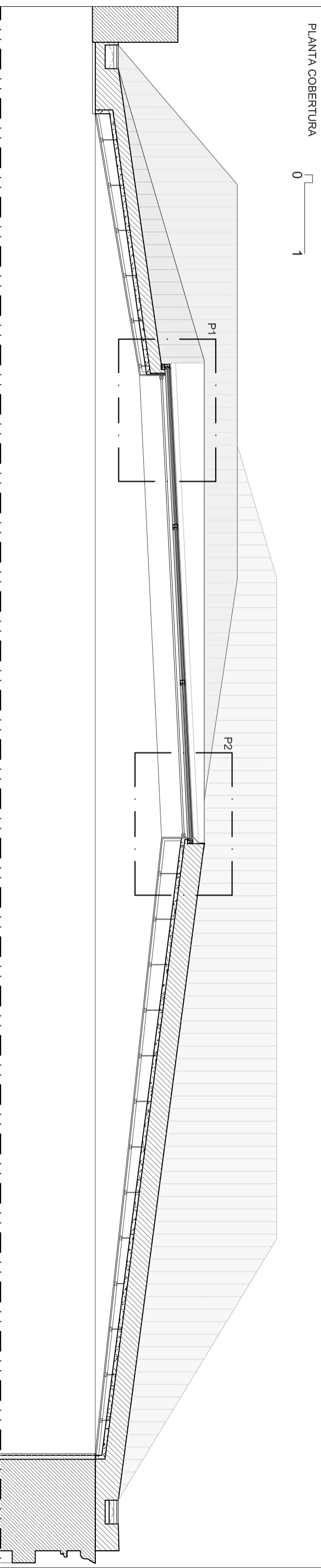
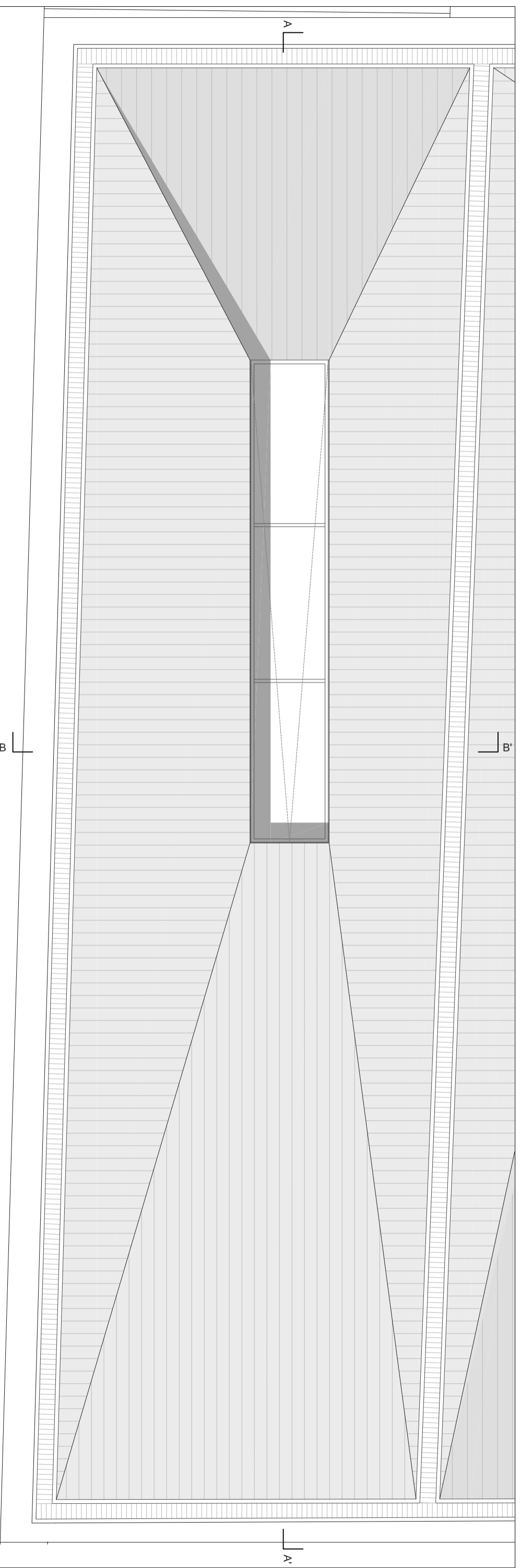
Alçado Sul - Portico

70,00
69,00
68,00
67,00
66,00
65,00
64,00
63,00
62,00
61,00
60,00
59,00
58,00
57,00
56,00
55,00
54,00
53,00
52,00
51,00
50,00



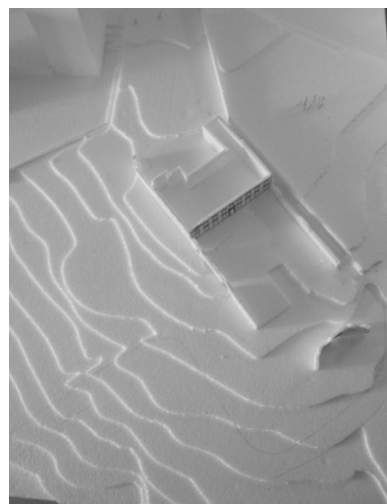
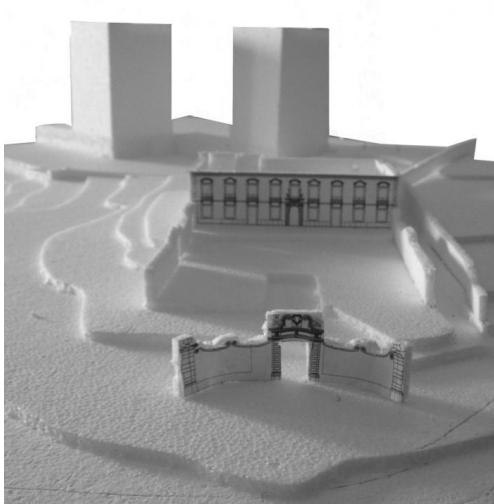
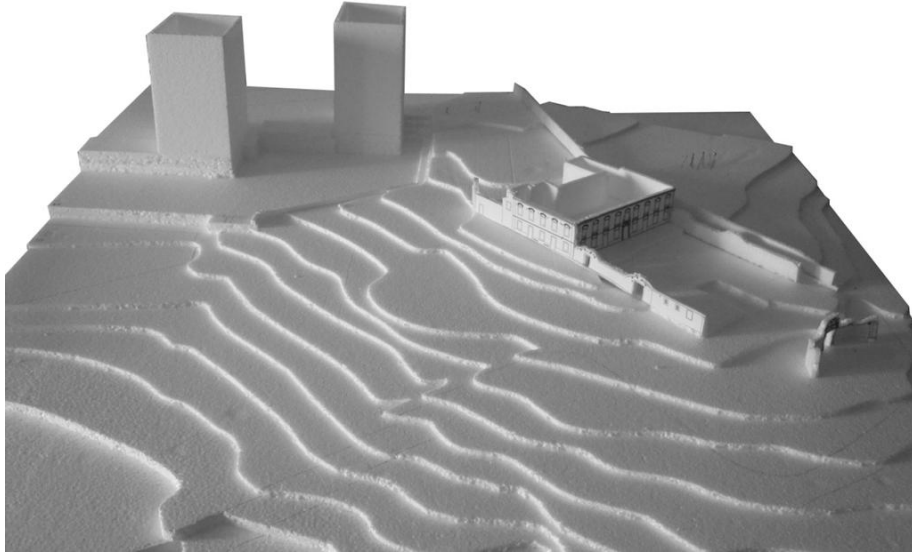
- 1- Rufo em chapa de latão; 2- Cobertura em betão branco aparente descofrado; 3- Caixa-lho vidro duplo; 4- Cortina rolante eléctrica por controlo remoto; 5- Tecto falso em gesso cartonado suspenso por uma estrutura metálica; 6- Isolamento projectado em poliuretano; 7- Cadeira de águas pluviais embutida no betão; 8- Tubo de queda das águas pluviais embutido na parede de alvenaria existente; 9- Estrutura de betão armado embutida na parede existente; 10- Isolamento térmico tipo wallmate; 11- Reboco de 2mm pintado com tinta plástica branca; 12- Padieira em pedra natural; 13- Caixa-lho de alumínio oscilo-batente; 14- Peltoril em pedra natural com ruptura térmica; 15- Lambrim em madeira de faia; 16- Soalho em madeira de faia; 17- Ripas de assentamento do soalho; 18- Laje em betão armado; 19- Porta de abrir em madeira; 20- Arco da porta de abrir em madeira; 21- Parede de betão armado; 22- Piso de betão afagado; 23- Betão pobre; 24- Isolamento térmico tipo floormate; 25- Camada de enchimento; 26- Pavimento em pedra natural; 27- Impermeabilização; 28- Isolamento térmico tipo roofmate; 29- Terra compactada; 30- Cadeira de recolha águas pluviais em latão; 31- Guarda de vidro; 32- Caixa-lho de alumínio de portas de correr com dois pamos; 33- Sanca com iluminação; 34- Porta Pivotante em madeira; 35- Fundações; 36- Brita; 37- Tubo de drenagem furado em pvc rígido; 38- Betão de limpeza; 39- Camada vegetal; 40- Terreno; 41 - Sistema A/C.

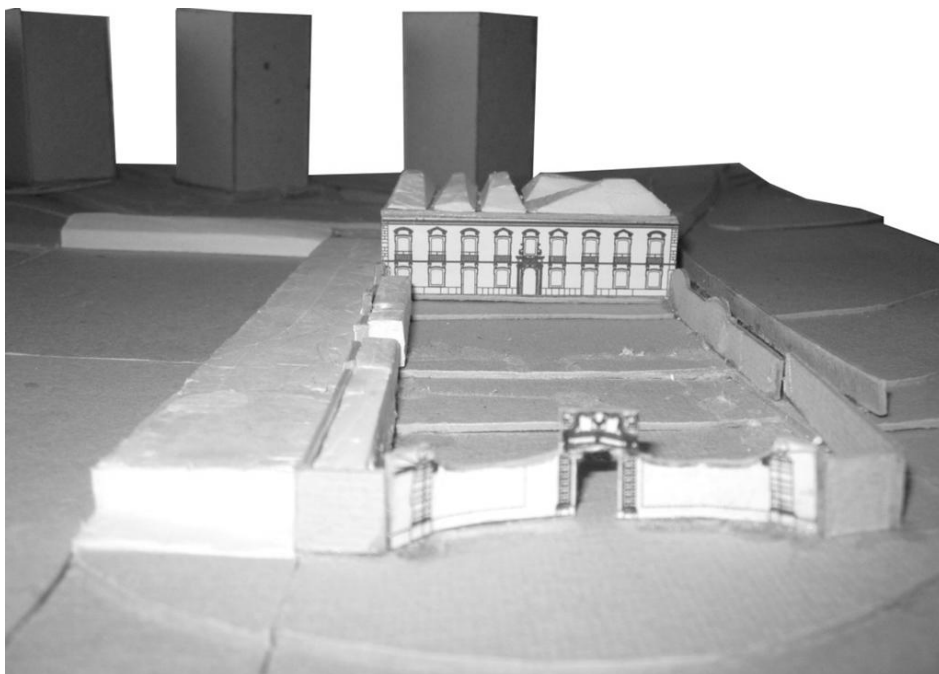
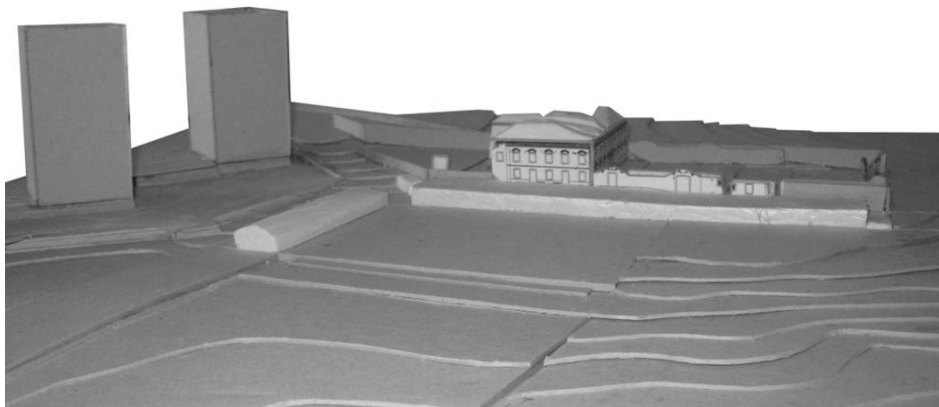


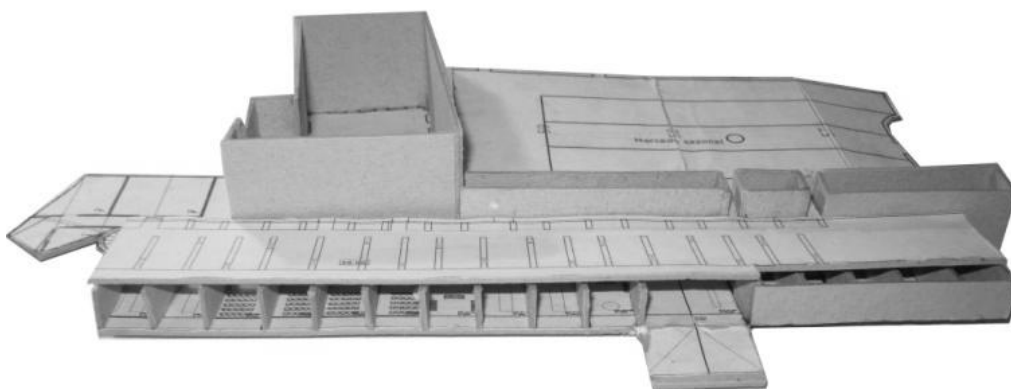
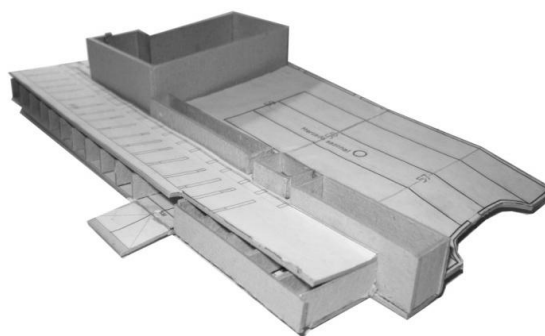
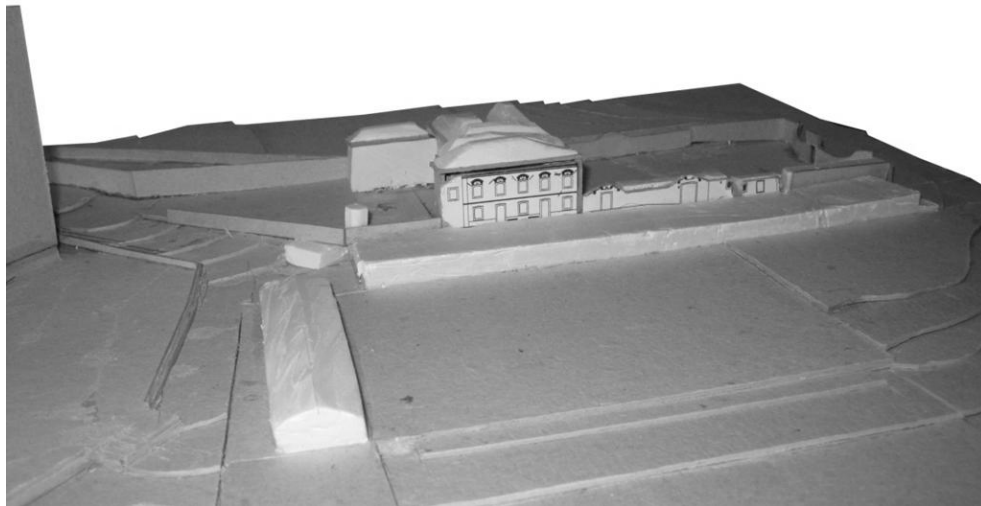


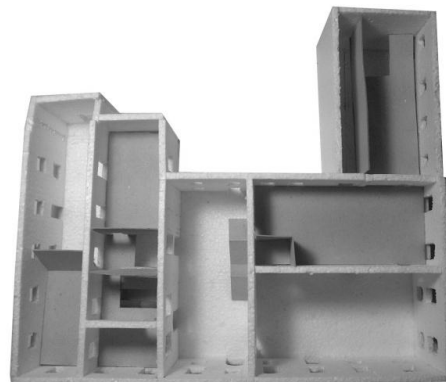
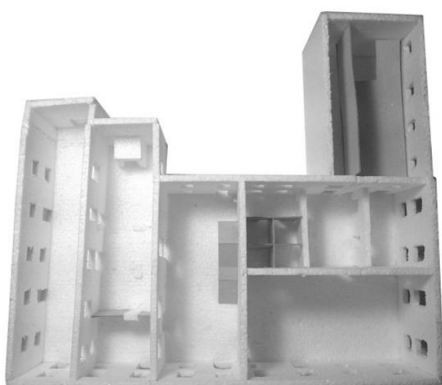
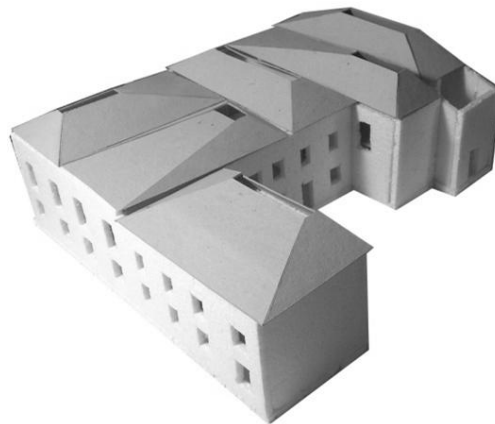
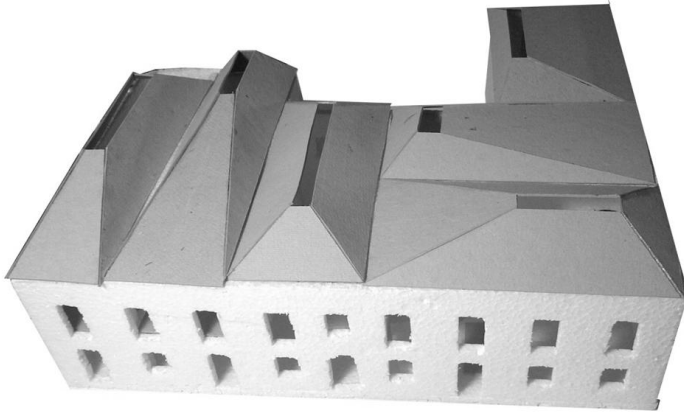
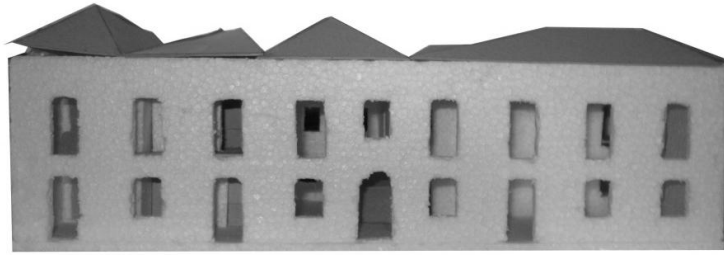
- 1- Rufo em chapa de latão; 2- Cobertura em betão branco aparente descoberto; 3- Caixa-lho vidro duplo; 4- Cortina rolante eléctrica por controlo remoto; 5- Tecto falso em gesso cartonado suspenso por uma estrutura metálica; 6- Isolamento projectado em poliretano.

V - Maquetes de trabalho

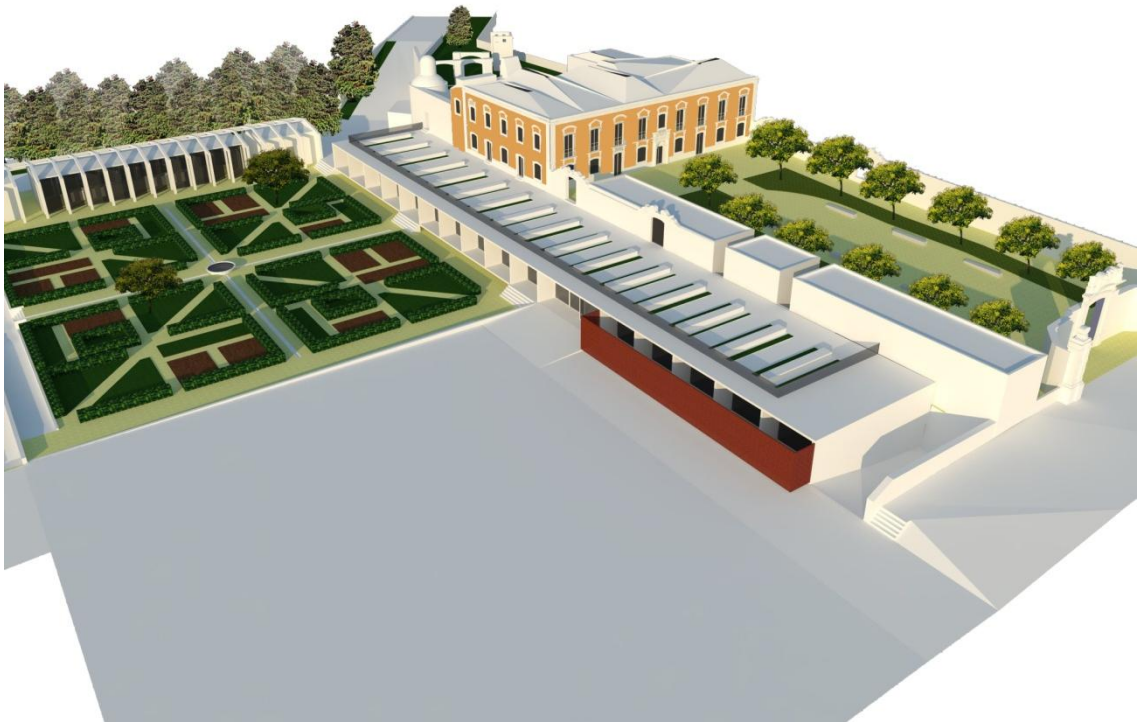








VI – Modelo Digital











PLANTA IMPLANTAÇÃO_ESC. 1:500



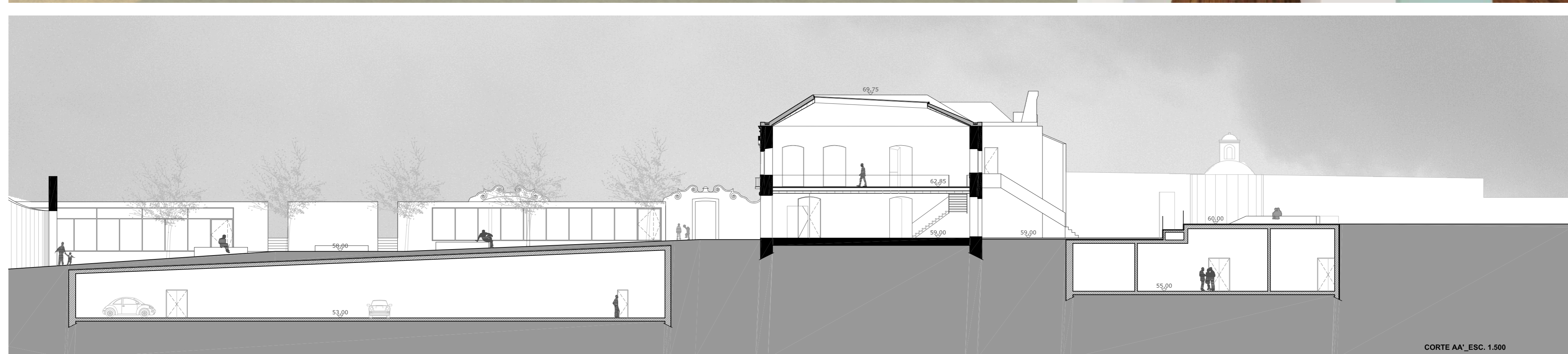
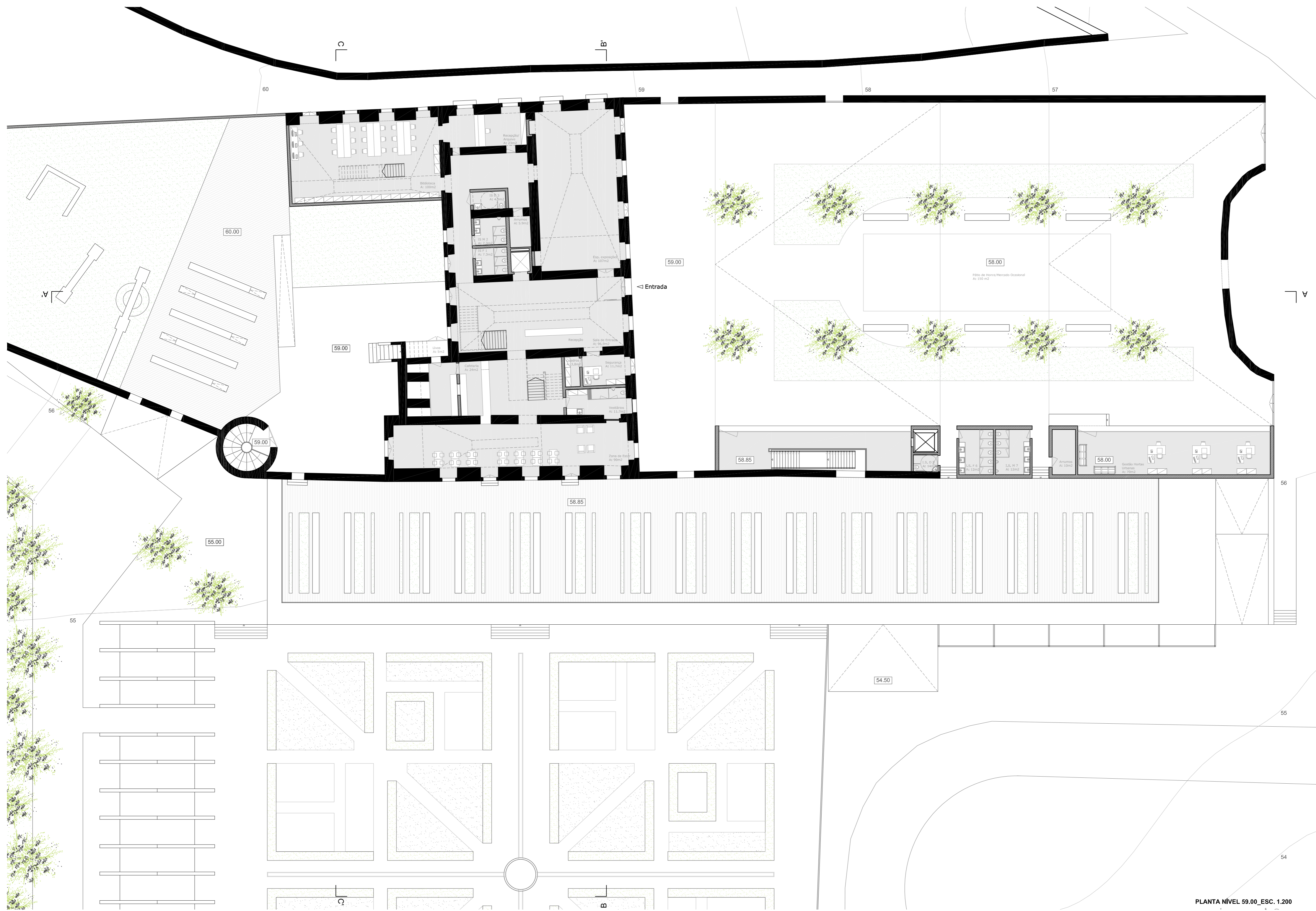
PERFIL LONGITUDINAL_ESC. 1:500

PROJECTAR COM O LUGAR | CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MARVILA

FACULDADE DE ARQUITECTURA | UNIVERSIDADE DE LISBOA | M.L.A.R.Q.
Orientador: Prof. Dr. Amílcar Gil Pires | Discente: Ana Luísa Graça | #5850



01

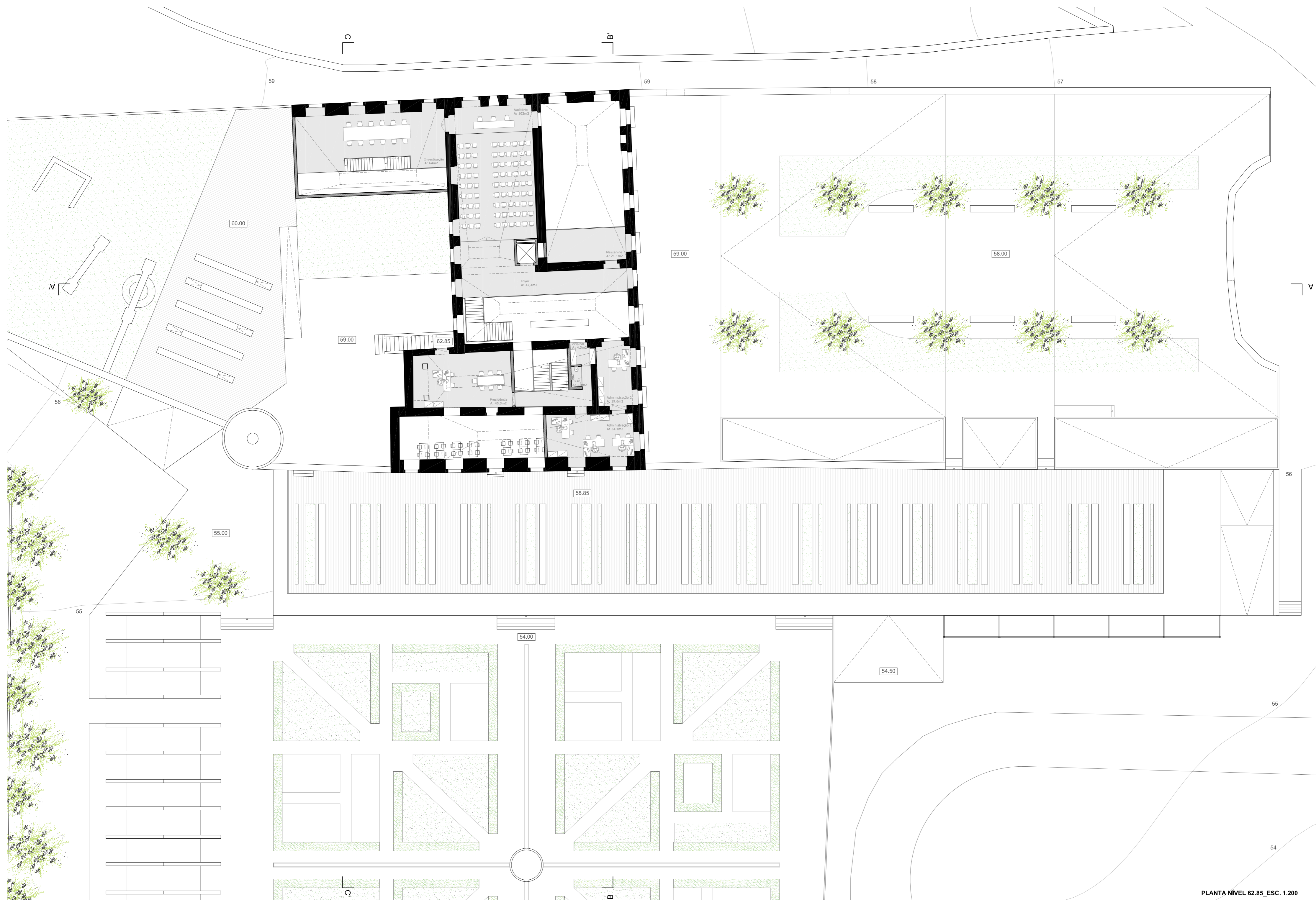


PROJECTAR COM O LUGAR | CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE MARVILA

FACULDADE DE ARQUITECTURA | UNIVERSIDADE DE LISBOA | M.L.ARQ.
Orientador: Prof. Dr. Amílcar Gil Pires | Discente: Ana Luísa Graça | #5850



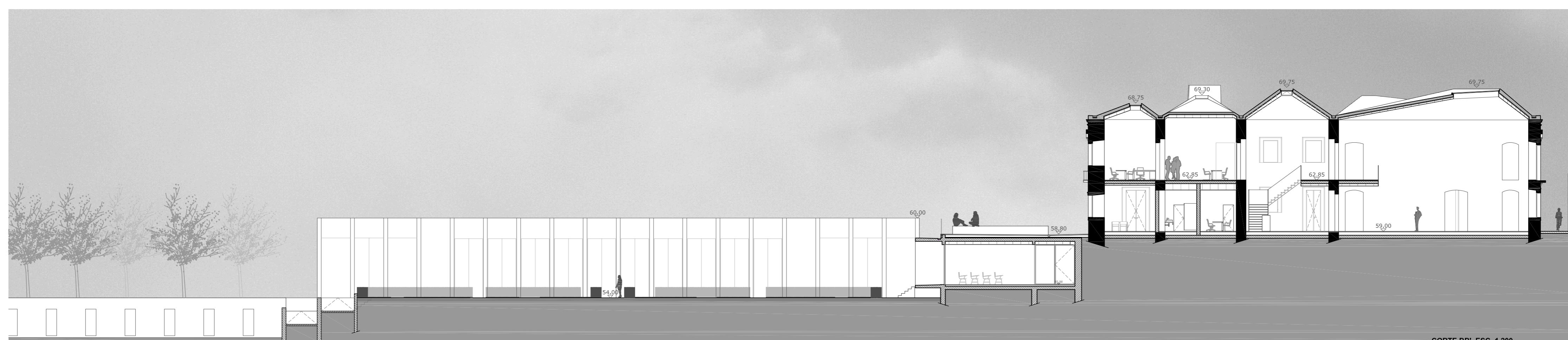
02



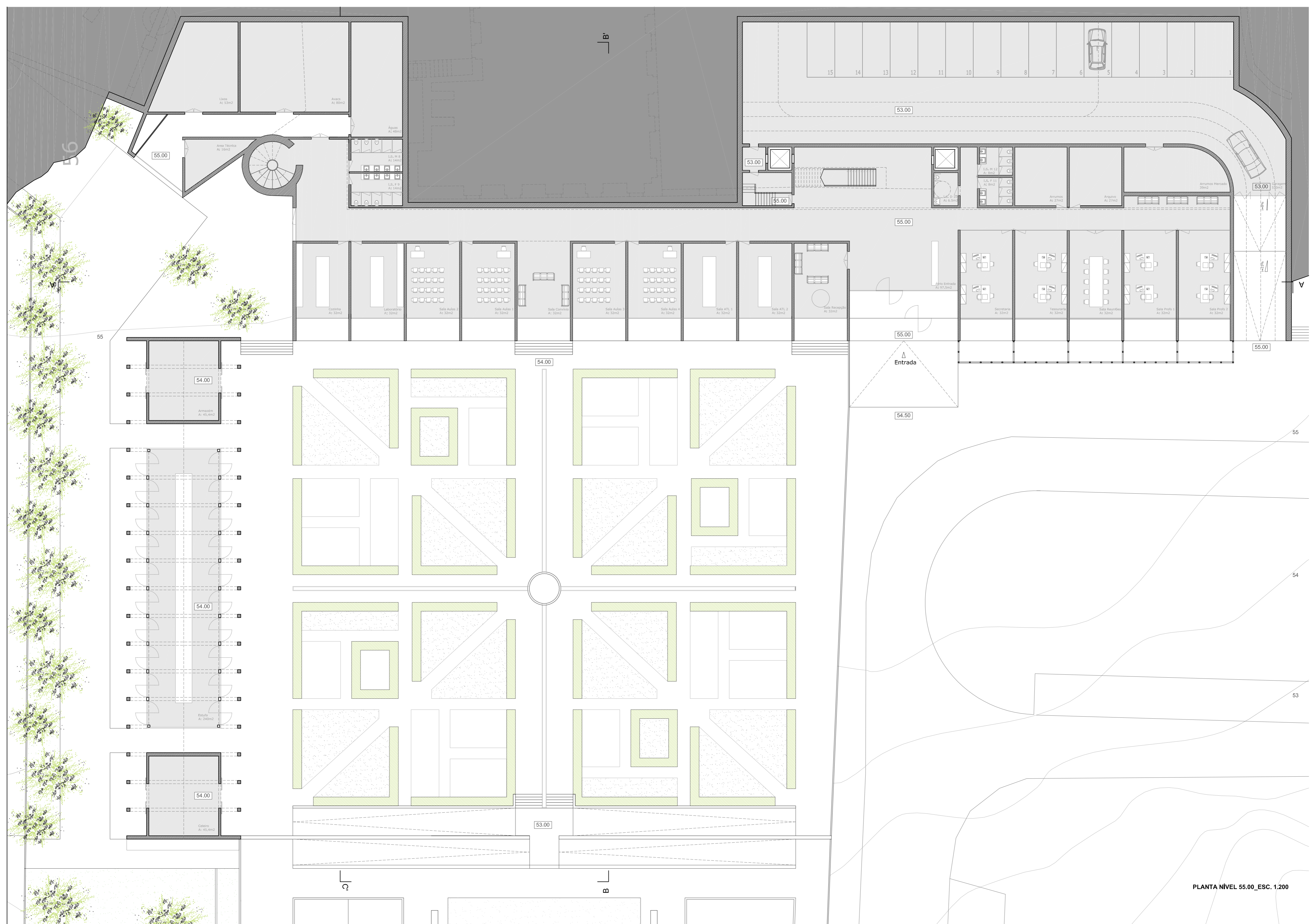
PLANTA NÍVEL 62.85_ESC. 1:200

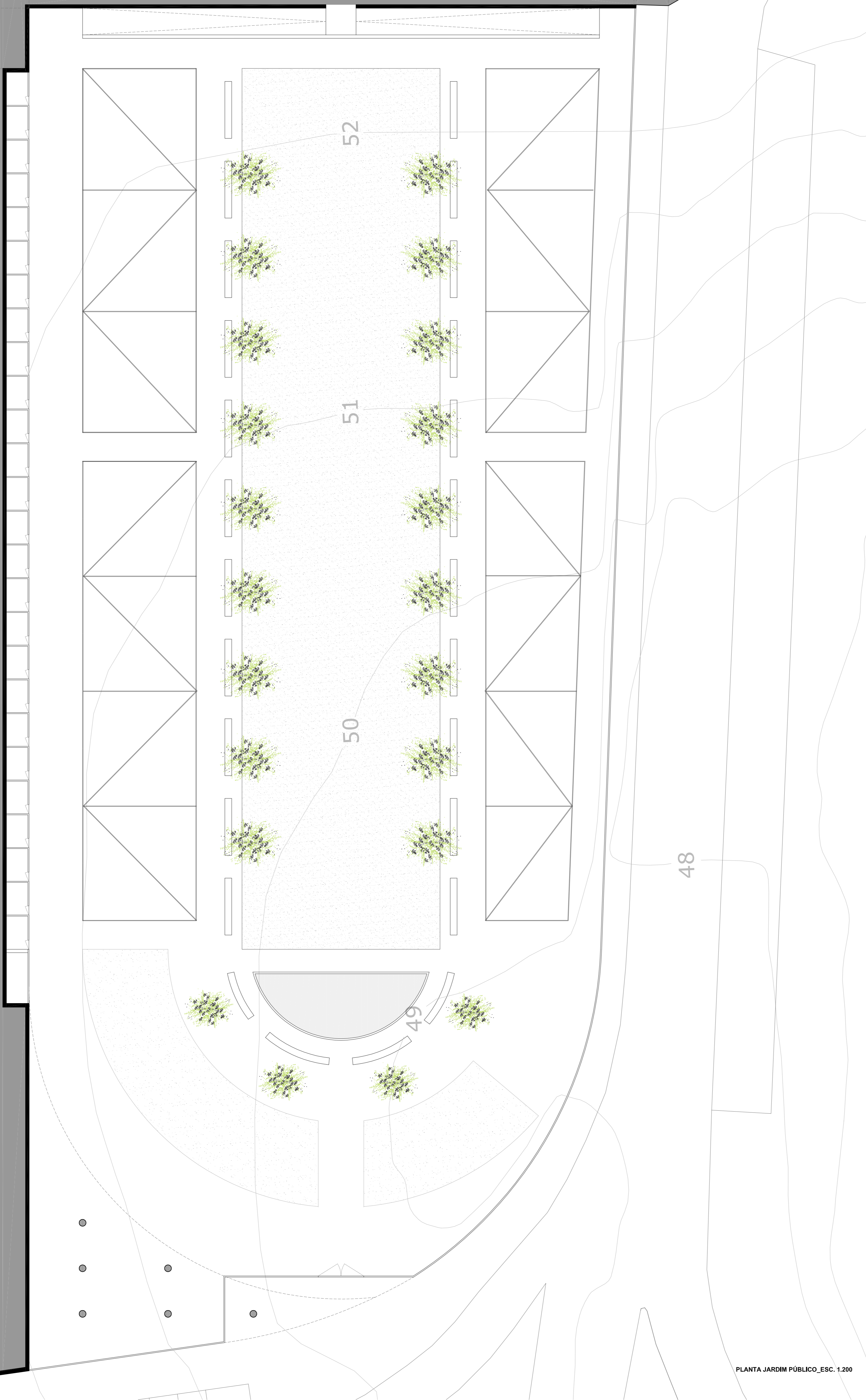


PLANTA COBERTURA_ESC. 1:200

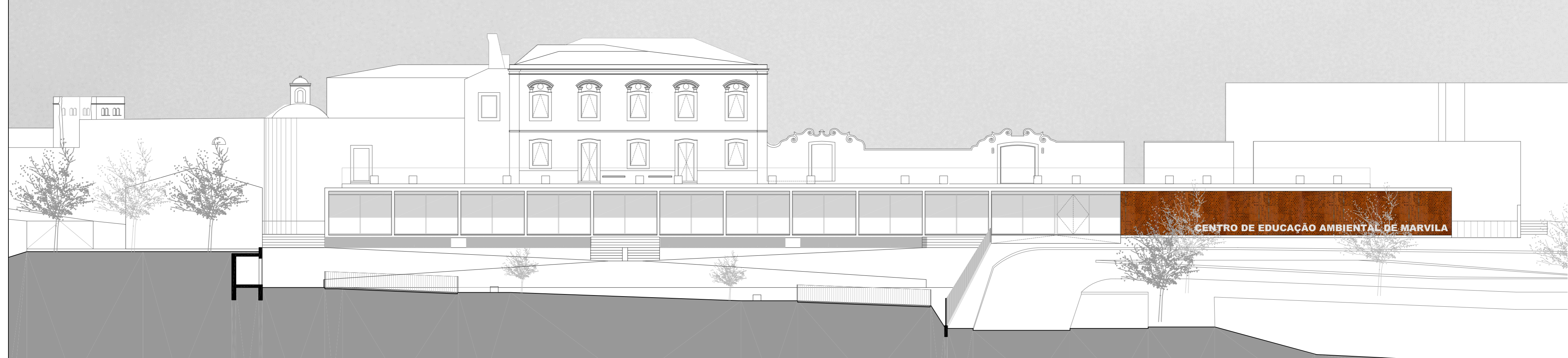


CORTE BB'_ESC. 1:200

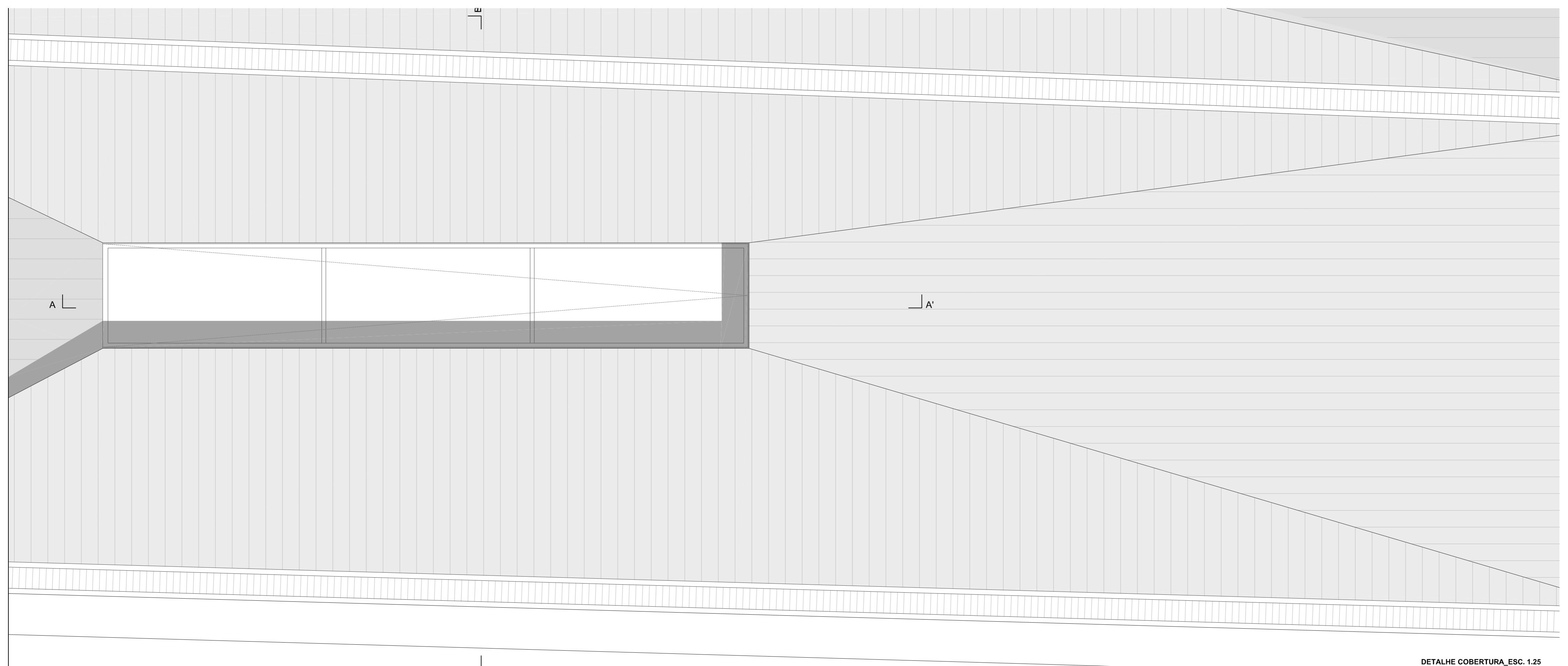




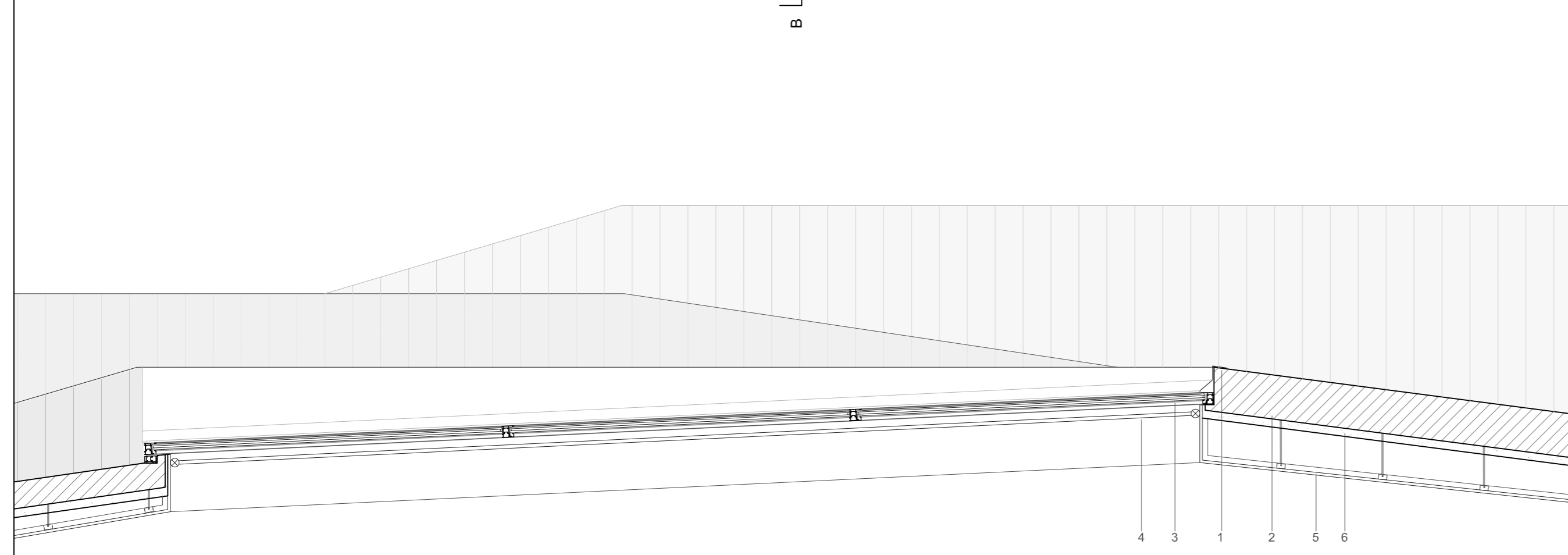
PLANTA JARDIM PÚBLICO_ESC. 1:200



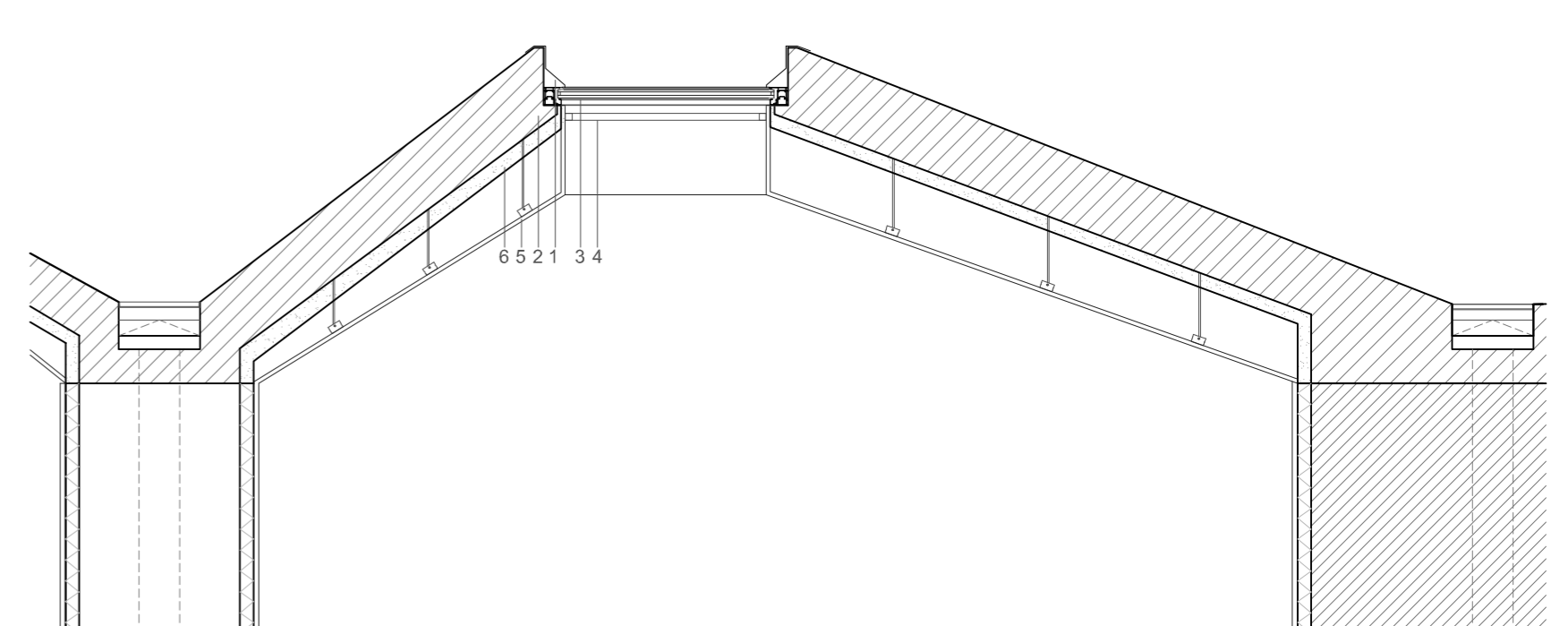
ALÇADO POENTE_ESC. 1:200



DETALHE COBERTURA_ESC. 1.25



CORTE COBERTURA AA_ESC. 1.25



CORTE COBERTURA BB_ESC. 1.25



SECCÃO CONSTRUTIVA_ESC. 1.50

1- Rufo em chapa de latão; 2- Cobertura em betão branco aparente descobrido; 3- Caixa de vidro duplo temperado e laminado de alta resistência com 10mm de espessura; 4- Cortina rolante eléctrica por controlo remoto; 5- Tecto falso em gesso cartonado suspenso por uma estrutura metálica; 6- Isolamento projectado em poliuretano; 7- Caldeira de águas pluviais embutida no betão; 8- Tubo de queda das águas pluviais embutido na parede de alvenaria existente; 9- Estrutura de betão armado embutida na parede existente; 10- Isolamento térmico tipo wallmate; 11- Reboco de 20mm pintado com tinta plástica branca; 12- Pedreira em pedra natural; 13- Caixa de alumínio oscilo-batente; 14- Peltoril em pedra natural com ruptura térmica; 15- Ladrão em madeira de faveira; 16- Soalho em madeira de faveira; 17- Ripas de assentamento do soalho; 18- Laje em betão armado; 19- Porta de abrir em madeira; 20- Arco de porta de abrir em madeira; 21- Parede de betão armado; 22- Piso de betão alagado; 23- Betão pobre; 24- Isolamento térmico tipo floormate; 25- Camada de enchimento; 26- Pavimento em pedra natural; 27- Impermeabilização; 28- Isolamento térmico tipo roofmate; 29- Terra compactada; 30- Caldeira de recolha águas pluviais em latão; 31- Guarda de vidro; 32- Caixa de alumínio de portas de correr com dois painéis; 33- Senca com iluminação; 34- Porta Pivotante em madeira; 35- Fundações; 36- Brita; 37- Tubo de drenagem furado em pvc rígido; 38- Betão de limpeza; 39- Camada vegetal; 40- Terreno; 41 - Sistema A/C.